



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

Relma Lúcia Passos de Castro Mudo

A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E SENTIDOS
EM CONTEXTOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA
INGLESA E SEUS REFLEXOS NA PROFISSIONALIZAÇÃO

JOÃO PESSOA – PB

2009

Relma Lúcia Passos de Castro Mudo

**A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E SENTIDOS
EM CONTEXTOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA E SEUS
REFLEXOS NA PROFISSIONALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do Título de Mestre em Letras, na área Linguagens e Cultura, na linha de pesquisa Discurso e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa

JOÃO PESSOA – PB

2009

M945c Mudo, Relma Lúcia Passos de Castro.
A constituição de sujeitos e sentidos em contextos de ensino-
aprendizagem de língua inglesa e seus reflexos na
profissionalização/ Relma Lúcia Passos de Castro Mudo.– João
Pessoa, 2009.
124f. :il.
Orientador: José Wanderley Alves de Sousa.
Dissertação (Mestrado) – UFPb - CCHLA

1. Discurso. 2. Ensino-aprendizagem – Língua inglesa.
3. Sujeito.

UFPb/BC

CDU: 82-5(043)

Responsável pela catalogação: Maria de Fátima dos Santos Alves-CRB -15/149

Relma Lúcia Passos de Castro Mudo

**A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E SENTIDOS
EM CONTEXTOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA E SEUS
REFLEXOS NA PROFISSIONALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do Título de Mestre em Letras, na área Linguagens e Cultura, na linha de pesquisa Discurso e Cultura.

Aprovado em ____/____/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa – Orientador
PPGL/UFPB

Profa. Dra. Íris Helena Guedes de Vasconcelos – Examinadora
UFCG

Profa. Dra. Marli Moraes de Lima - Examinadora
UFPB

À memória do meu pai, Ruy José de Castro, com quem gostaria de compartilhar este momento.

À minha mãe, Luiza, e às minhas irmãs, Regina e Dorinha, sempre presentes na minha vida;

Aos meus filhos Lucas e Alana, razão do meu viver;

A todos os que acreditam no meu trabalho.

COM AMOR, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e força para enfrentar os desafios.

Ao Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa, pelo interesse, orientação e dedicação sobre o tema do trabalho.

À coordenação e aos professores do Programa de Pós Graduação em Letras da UFPB, que sempre atenderam, com muita simpatia, aos nossos questionamentos e dúvidas.

Aos alunos e colegas Professores de Língua Inglesa dos Cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE bem como aos representantes da VALEEXPORT pelas informações cedidas, as quais possibilitaram a realização da minha pesquisa.

Ao meu esposo Melquíades Eugênio Mudo, pelo seu apoio;

Aos meus amigos de Garanhuns, Isabel, Helena, Edilma e Gustavo, companheiros de viagens e discussões durante o curso.

Ao meu amigo de todas as horas, Wilson Rolim dos Santos, pelos incentivos e orientações.

À minha família, pela paciência e aceitação das minhas ausências necessárias ocorridas no período deste mestrado.

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

(Michel Foucault)

RESUMO

Em virtude do alargamento de fronteiras comerciais na região do Vale do São Francisco, o aumento do número de escolas de idiomas na cidade de Petrolina-PE, a globalização e sua repercussão no processo sócio-histórico-cultural e o surgimento de empresas de exportação e importação de produtos e serviços na região, a presente dissertação tem como objetivo investigar a importância do domínio da Língua Inglesa e seus efeitos de sentido na prática profissional junto aos alunos e professores de idiomas dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE no mercado de trabalho no que se refere ao processo de comunicação, seja falado ou escrito. O marco teórico centra-se nos pressupostos da Análise de Discurso, de orientação francesa, que refletem sobre os elementos que movimentam as relações entre discurso, cultura, história, sujeito e sentido, como também preconiza um quadro teórico que os alie à Língua Inglesa e à aprendizagem, a fim de que indiquem como o idioma tem influenciado na inclusão ou exclusão profissional dos sujeitos envolvidos. O *corpus* discursivo é constituído por um conjunto de sequências discursivas, obtidas em entrevistas semiestruturadas. Para tanto, foram investigadas as concepções dos alunos e professores no que se referem ao ensino-aprendizagem da Língua Inglesa e a prática profissional nos cursos acima citados, bem como as expectativas empregatícias em relação às exigências do mercado de trabalho de um representante da Empresa VALEXPORT. Cinco alunos dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior, três professores da FACAPE que lecionam a disciplina Língua Inglesa e dois representantes da empresa VALEXPORT foram colaboradores da pesquisa. O resultado apreendido propõe, para os alunos, contribuições para uma reflexão crítica dos problemas abordados. Assim, ao compreenderem melhor a dinâmica da sociedade em que vivem, poderão perceber-se como elementos ativos de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar mudanças estruturais que apontem para um modelo mais justo de sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Discurso. Ensino-aprendizagem da Língua Inglesa. Sujeito. Sentido.

ABSTRACT

Because of the enlargement of commercial frontiers in the region of São Francisco valley, the crescent number of school idioms in Petrolina-PE city, the globalization and its repercussion in the socio-historical-cultural process and the appearance of exportation and importation companies of products and service in the region, the present dissertation has as objective to investigate the importance of English Language domain in Secretariado Executivo and Comércio Exterior courses at FACAPE in the work market in reference to communication process, spoken or written one. The theoretic guide is centered in Discourse Analysis presupposes, of French orientation, that reflects about the elements which moves the relations among discourse, culture, history, subject and sense, and also it recommends a theoretic board which align them to the English language and the learning, for indicating how the idiom has influenced in the professional inclusion and exclusion of the involved subjects. The discursive *corpus* is constituted by a set of discursive sequences, obtained in semi-structured interviews. To this, the students and professor's conceptions were investigated which refer to English Language teaching-learning and the professional practice in the courses mentioned above, and also the employment expectations in relation to the work market requirements of a VALEXPORT company's representative. Five students from Secretariado Executivo and Comércio Exterior Courses, three professors from FACAPE who teach English Language and two employees from VALEXPORT Company contributed to the research. The caught result proposes, to the students, contributions to a critical reflection of the mentioned problems. So, by understanding better the society dynamism where they live, could notice themselves as life elements of political force and transforming capacity, and also make structured changes which point to a fairer society.

KEY-WORDS: Discourse. English Language teaching-learning. Subject. Sense.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	NO CERNE DOS ESTUDOS SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO	15
2.1	UM BREVE OLHAR DESCRITIVO DO PERCURSO DA ANÁLISE DO DISCURSO	16
2.1.1	Ideologia, sujeito e sentido	23
3	A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E SENTIDOS EM CONTEXTOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA	29
3.1	A LÍNGUA INGLESA NO MUNDO E NO BRASIL: RECORTES HISTÓRICOS	35
3.1.1	O lugar da Língua Inglesa nos Cursos da FACAPE	40
3.1.1.1	<i>Petrolina: a vocação para as relações exteriores com os países de Língua Inglesa</i>	42
3.2	A CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO E COMÉRCIO EXTERIOR	44
3.2.1	O lugar do Inglês Instrumental nos Cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE	47
4	A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS E SUJEITOS: O QUE REVELAM DOS DISCURSOS.....	51
4.1	SUJEITO-ALUNO	54
4.2	SUJEITO-PROFESSOR	62
4.3	SUJEITO-EMPRESA	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS.....	83
	ANEXOS.....	87

1 - INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que aprender uma língua estrangeira não é apenas desenvolver competências linguísticas, mas desenvolver o saber, relacionando-o ao dia a dia e à profissionalização, como também que, para que se possa utilizá-la como instrumento de trabalho, é preciso ter um conhecimento mais aprofundado de suas estruturas, vocabulário e boa desenvoltura oral e escrita, é que nos propusemos a investigar, pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa, a importância do domínio da Língua Inglesa e seus reflexos na prática profissional, bem como averiguar até que ponto o idioma tem influenciado para a inclusão ou exclusão dos alunos dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE no mercado de trabalho no que se refere ao processo de comunicação, seja falado ou escrito. De forma mais específica, pretendemos:

- Verificar as concepções de alunos e professores sobre o ensino-aprendizagem da Língua Inglesa nos Cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE, observando seus papéis na formação de profissionais;
- Descrever as transformações históricas no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigido, gerados por mudanças sócio-histórico-culturais e pelo processo de estruturação da sociedade, mediante a exigência do domínio da Língua Inglesa;
- Analisar o papel da Língua Inglesa como instrumento de comunicação, interação e trabalho.

A escolha do *corpus* discursivo desta dissertação de Mestrado está relacionada à nossa prática de sala de aula. Tal iniciativa surgiu a partir de visitas realizadas às empresas da cidade pelos alunos da disciplina Língua Inglesa IV do curso de Secretariado Executivo da FACAPE, que tinham como objetivo fazer um contraponto entre a teoria vivenciada pela disciplina em sala de aula e a prática profissional, os quais revelavam facilidades e dificuldades de ascensão na empresa em função do domínio e do não domínio do idioma, seja falado ou escrito. Em tempo e, ao longo da minha experiência na área educacional como professora, pude perceber também, por diversas vezes, que a aprendizagem e a prática da Língua Inglesa têm sido concebidas apenas como uma utilização de metodologias

audiovisuais, com seu enfoque sobre a língua como um “código composto por um conjunto fixo e estável de regras abstratas e usadas por falantes abstratos e idealizados” (SOUZA, 2003 p. 87). E diante desse novo cenário global, assistimos cada vez mais os alunos em busca de identidade social e cultural em função de heranças históricas que marcaram o crescimento do país e da região, como também pela introdução da tecnologia administrativa oriunda da era da industrialização e do processo da globalização.

Com base nas palavras de Orlandi (2002) de que sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia, buscamos as respostas para as seguintes problematizações:

- Até que ponto os estudantes dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE estão preparados para encarar este mercado de crescente necessidade lingüística.
- Que fatores contribuem para a inclusão ou exclusão dos mesmos na prática profissional no que se refere ao uso da Língua Inglesa.
- Que representações os professores, os alunos e as empresas constroem sobre o ensino-aprendizagem do idioma e sua relação com a prática.

A Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE foi escolhida para a nossa pesquisa por ser uma faculdade de médio porte na região, uma vez que atende um grande número de alunos distribuídos em oito cursos: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Secretariado Executivo, Economia, Turismo, Comércio Exterior e Direito.

Participaram da pesquisa cinco alunos, escolhidos aleatoriamente, dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior - ingressantes e concluintes, três professores da FACAPE que lecionam a disciplina Língua Inglesa - sendo dois substitutos e um efetivo, e um representante da empresa VALEXPORT. A opção pelos números acima citados remete ao fato de haver, nessa amostra, um quantitativo de depoimentos que contemplam a pesquisa proposta.

O processo de busca e análises dos dados foram realizados de forma qualitativa e descritiva, tendo como referência os objetivos dessa pesquisa, levando em conta as

subjetividades dos sujeitos envolvidos na investigação e o contexto social no qual estão inseridos.

Nas entrevistas foram investigadas as concepções dos sujeitos acima citados no que se referem ao ensino-aprendizagem da Língua Inglesa e à prática profissional. Especificamente, com o sujeito-professor, buscamos informações sobre sua formação acadêmica, titulação, tempo de formação, experiência profissional, outras atividades profissionais, metodologia em sala de aula, recursos utilizados para o ensino, sistema de avaliação e interação com seus alunos. Com o sujeito-aluno, foram colhidos depoimentos, objetivando a coleta de informações sobre dificuldades e receptividade dos mesmos em relação o ensino-aprendizagem da disciplina e a prática profissional. Já na entrevista com o sujeito-empresa foram investigados os critérios para a contratação de um Secretário Executivo e/ou um bacharel em Comércio Exterior, as diferenças salariais para quem domina um outro idioma, a percepção sobre a relação entre teoria e prática da Língua Inglesa e o mercado de trabalho, bem como a concepção do mesmo sobre o processo de globalização.

Os dados obtidos foram submetidos à análise, realizando operações de sínteses descritivas que esclareçam os novos paradigmas de formação profissional, bem como de inclusão e exclusão profissional. Para tanto, utilizamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, bem como os gêneros discursivos de Bakhtin (2003). Segundo o autor, os gêneros discursivos são como enunciados que se elaboram no interior de cada esfera da atividade humana e que todas essas esferas, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com o uso da língua (enunciados orais e escritos), concretos e únicos. Bakhtin (2003) ressalta, ainda, que existem dois tipos de gêneros: o primário e o secundário. Para o autor, os gêneros primários são aqueles que estão ligados às relações cotidianas e que se constituem a partir de comunicações verbais espontâneas e mantêm uma relação direta com o dia a dia. Já os secundários são aqueles que surgem a partir de comunicações culturais mais desenvolvidas, como: atividades científicas, artísticas, políticas, educacionais, dentre outras. Vale ressaltar que, para Bakhtin, tais gêneros são interdependentes uma vez que há constantemente uma passagem do plano secundário para o primário e vice-versa. Segundo Bakhtin (2003 p.264), “em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso”, pois a sua compreensão é de fundamental importância na locomoção das diversas formas de interação

verbal. Nessa perspectiva, o discurso e gêneros constituem-se nas estruturas e processos sociais, ou seja, o discurso deriva das instituições e os gêneros das ocasiões sociais convencionais.

O trabalho de pesquisa que aqui apresentamos foi dividido em três partes abaixo descritas, o qual foi estruturado de forma a contemplar os objetivos traçados, detendo o olhar sobre a bibliografia específica para o tema escolhido.

O primeiro capítulo apresenta um breve olhar descritivo acerca dos conceitos constituintes da Análise do Discurso de orientação francesa. Dentre outros, nossos pressupostos teóricos são os conceitos de discurso, de Análise de Discurso, suas bases fundadoras, seus precursores Michel Foucault e Michel Pêcheux em suas respectivas fases, seu processo histórico, inscrição do sujeito na língua, a ideologia e a constituição de sentidos. Para tanto, nos apoiamos nos estudos realizados por autores como Foucault (2007, 2008), Pêcheux (1993), Orlandi (2002, 2007), Gregolin (2001, 2007), Veiga-Neto (2005), Brandão (2004), dentre outros que, com seus olhares discursivos, levaram-nos ao fio condutor desta pesquisa.

O segundo capítulo objetiva apresentar uma revisão bibliográfica sobre a constituição de sujeitos e sentidos em contextos de ensino-aprendizagem de Língua Inglesa à luz dos estudos culturais e da profissionalização, abordando as relações históricas do idioma com a educação no mundo e no Brasil, sua invasão no processo de comunicação, a língua inglesa de um ponto de vista discursivo, a inscrição do sujeito nessa discursividade, a identidade, bem como o processo de globalização e sua relação como idioma. Além desses pressupostos teóricos, apresentamos um breve olhar sobre a Língua Inglesa nos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE uma vez que os mesmos não propõem contrapontos e têm em suas matrizes curriculares a Língua Inglesa como disciplinas curricularmente equivalentes, um panorama do idioma em Petrolina e no vale do São Francisco, a história da FACAPE e da Associação dos Produtores e Derivados do Vale do São Francisco - VALEXPORT, bem como uma abordagem descritiva acerca do Inglês Instrumental na formação de alunos dos Cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE. Os escritos de alguns nomes relevantes, como Coracini (2003), Veiga-Neto (2005), Almeida Filho (2003, 2007), Bakhtin (2006), entre outros, enriqueceram a pesquisa e ampliaram o conhecimento sobre os assuntos tratados.

O terceiro e último capítulo volta-se para a transcrição das entrevistas dos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior, professores de Língua Inglesa da FACAPE e representantes da VALEXPOT, bem como suas análises, tendo como referencial as teorias da Análise do Discurso, a fim de buscar os elementos que constituem os sujeitos e os sentidos no contexto da profissionalização. Para a efetivação destas análises nos baseamos, mais uma vez, nos pensamentos de Foucault (2008) Orlandi (2007), Gregolin (2001, 2007), Almeida Filho (2003, 2007), entre outros.

O resultado da nossa pesquisa não pretende ser absoluto, mas propõe um re-olhar sobre a questão do ensino-aprendizagem da Língua Inglesa e sua prática profissional. Para tanto, colocamos olhares discursivos, que propõem um (re)pensar sobre a função do ensino-aprendizagem da Língua Inglesa, uma vez que a mesma constitui Sujeitos e Sentidos e se articula com outros campos do saber, da história, do imaginário e da ideologia. Com isso, esperamos que o resultado deste trabalho possa contribuir para uma maior reflexão sobre o processo de ensinar e de aprender uma Língua estrangeira e que professores e alunos questionem e reconstruam suas práticas profissionais, recuperando os vazios teóricos, propondo superações e reconstruindo o conhecimento lingüístico.

2 - NO CERNE DOS ESTUDOS SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise de Discurso (AD) tem seu ponto inicial no fim dos anos 60, na França, por meio de uma integração filosófica e linguística, caracterizada não só por uma reorientação teórica da relação entre o linguístico e o extralingüístico, como também por uma mudança da postura do observador em face do objeto de pesquisa. Tem como propósito o debate teórico e metodológico do discurso, ou seja, a linguagem como prática social. Segundo Orlandi (2007, p.15) “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. Ela afirma ainda que “com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ibid). No ponto de vista de Brandão (2004, p.46) “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza”. O discurso é o porta-voz dos acontecimentos sócio-histórico-ideológico porque ele é veiculado pela linguagem, ou seja, o sujeito é concebido como essencialmente histórico, pois sua fala é sempre produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. Nas palavras de Chauí (2006):

A história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas [...]. Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. (CHAUÍ, 2006, p. 23)

A partir desse ponto de vista, podemos dizer que não devemos tomar a história apenas como uma sucessão de acontecimentos, de fatos, nem tampouco como evolução temporal, mas como uma forma dos homens, a partir de determinadas condições, criarem os meios e as formas de sua existência social, econômica, política ou cultural. Segundo Fiorin (1990), a linguagem cria a imagem do mundo, mas é também produto social e histórico. O autor diz ainda que, à medida que os sistemas lingüísticos vão se constituindo vão ganhando certa autonomia em relação às formações ideológicas, entretanto, o componente semântico do discurso continua sendo determinado por fatores sociais. Com isso, a formação ideológica do sujeito tem como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas e materializadas na/pela linguagem em forma de texto.

Para Brandão (2004 p.10-11):

O reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos lingüísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua. Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na Língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso.

Nessa perspectiva, surgem alguns conceitos. Para Fiorin (1990, p. 77), a Análise do Discurso vai, à medida que estuda os elementos discursivos, montando por inferência a visão de mundo dos sujeitos inscritos no discurso. Lucena (2004, p.48) diz que, com o advento da AD francesa, o discurso passa a ser visto não só como produção linguística, mas ainda como produção social, produção do imaginário. Orlandi (2007) ressalta que a Análise de Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e que essa compreensão, por sua vez, implica em explicar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Isto posto, podemos dizer que a articulação da língua com a história, e com ela a materialidade do processo enunciativo que é o discurso. Portanto, a Análise do Discurso não pretende instituir uma nova linguística, mas consolidar uma nova alternativa de análise, um alargamento teórico originado de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas lingüísticas; privilegia em seus estudos a noção de sujeito e de interdiscursividade, acrescentando às mesmas as noções de história e de ideologia. E para dar conta de entendermos o processo de construção da Análise do Discurso, vejamos os caminhos percorridos a partir de seus precursores bem como de sua leitura histórica.

2.1 UM BREVE OLHAR DESCRITIVO DO PERCURSO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A AD tem como maiores precursores Foucault e Pêcheux que desestabilizaram certezas sobre a língua, discurso, sujeito e sentido. Com seus estudos, construíram as bases para que possamos pensar, hoje, nas relações entre língua e discurso, na evidência dos sentidos, nas articulações da subjetividade com a alteridade no diálogo, na intertextualidade e na interdiscursividade.

Michel Foucault foi e continua sendo um dos pensadores mais famosos do Século XX e suas obras constituem referência em diversos segmentos sociais, filosóficos, esquerdistas, étnico-raciais, dentre outros. Pesquisadores desse grande pensador identificam três fases históricas do seu pensamento: a arqueologia, a genealogia e a ética. Vale ressaltar que tais fases não são estanques, mas são, segundo Gregolin (2006), etapas que indicam predominâncias de certos temas, de certas teorizações. Gregolin (2006, p.53-54) relata também que:

O projeto foucaultiano não tinha como objetivo imediato construir uma teoria do discurso – suas temáticas sempre foram amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental e, inserido em vastas problemáticas, sua investigação abriu-se em várias direções: buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” na sua fase chamada de “arqueológica”; tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes, na fase denominada de “genealógica”; investigou a construção histórica das subjetividades, em uma “ética e estética da existência”.

Veiga-Neto (2005), em sua obra *Foucault e a Educação*, referenda essas fases de domínios foucaultianos e as chama de “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”. Nas palavras desse autor, no domínio do “ser-saber”, Foucault faz uma arqueologia dos sistemas de procedimentos que têm como finalidade distribuir, fazer circular e regular os enunciados; no “ser-poder”, o poder é visto como elemento capaz de explicar como os saberes são produzidos e como nos constituímos na relação entre eles. Diz, ainda, que Foucault não só repensa o poder como também resitua o saber contidos nos discursos, especificamente os das ciências humanas e os das disciplinas clínicas; e no “ser-consigo” trata da relação de cada um consigo próprio – com o sexo ou por meio do sexo – e de como se constitui e emerge a subjetividade, ou seja, trata da ética, entendida como a “relação de si para consigo”.

Nas palavras de Gadelha (2007), em seu artigo na Revista Educação, Foucault tanto mapeia as estratégias de dominação, regulação e controle que substanciam as sociedades disciplinares de regulamentação e normalização, como se esforça para pensar, como podemos nos lançar em experimentações éticas de modos outros de subjetivação (de relação a si), que corporifiquem resistências às tecnologias políticas de poder, inclusive às que caracterizam as emergentes sociedades de controle. Em relação à educação, o referido autor diz, ainda, que Foucault mostra que a figura abstrata do “Homem” somente passou a existir a partir das relações de Saber-Poder e que sua objetivação, subjetivação normalização só foram possíveis

por meio da disciplinarização (adestramento, regulação e controle), tornando-o submisso à governabilidade e útil ao sistema capitalista. E pela ação de dispositivo da sexualidade, produzia subjetividades (identidades, personalidades, maneira de agir, pensar e sentir) enquadrando-o em normalidade ou anormalidade.

Já Michel Pêcheux, como já foi referendado no início deste capítulo, funda a Análise do Discurso por meio de sua obra *Análise Automática do Discurso*, na França, no final dos anos 60 juntamente com o lançamento da revista *Langages* organizada por Jean Debois. Maldidier (2003 p.19) relata que “*Análise Automática do Discurso* é um livro original que chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido”. Gregolin (2007) diz que Pêcheux constituiu um novo objeto – o discurso – que é diferente de enunciado e de texto, que põe o linguístico em articulação com a História. Acrescenta ainda que a Análise visa a apreender esse novo objeto, que ela chama de discurso como processo, questionando sobre suas condições de produção, a partir do pressuposto de que o discurso é determinado pelos acontecimentos históricos e sociais que o constituem.

Isso posto, podemos dizer que Pêcheux coloca em cena o discurso como objeto de análise e que esse elemento diferencia-se tanto da língua, quanto da fala uma vez que o discurso evoca uma exterioridade ideológica e social da linguagem. Orlandi (2007, p. 48) diz que “a ideologia aparece como efeitos da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. Diz, também, que “a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário”. Nessa perspectiva, a função da ideologia é produzir evidências, pondo o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência, ou seja, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, onde o sujeito é interpelado por ela para que se produza o dizer. Porém, Orlandi (2007) ressalta que nem a linguagem, nem os sentidos e nem os sujeitos são transparentes, uma vez que os mesmos têm sua materialidade e se constituem em processos em que língua, história e ideologia concorrem conjuntamente.

Orlandi (2007) destaca, ainda, que a proposta de Pêcheux para a Análise de Discurso estrutura-se sob três grandes áreas do conhecimento:

1. Uma teoria da linguagem, fundamentada pelos estudos de Saussure, que se firmam no Estruturalismo – A LINGUÍSTICA: interroga a Linguística pela historicidade, que é deixada de lado;

2. Uma teoria da sociedade, baseada no Materialismo histórico, através dos estudos de Marx, relidos por Althusser – O MARXISMO: questiona o materialismo perguntando pelo simbólico;
3. Uma teoria psicanalista, através das ideias de Freud, relido por Lacan – A PSICANÁLISE: demarca da Psicanálise pela forma como, levando em consideração a historicidade, trabalha a ideologia como materialismo relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Ainda mais, a partir dos estudos de Pêcheux, é possível delimitarmos, também, três grandes momentos da AD:

A **AD1 (1969-1975)** foi pensada como uma exploração teórico-metodológica de uma noção autodeterminada e encerrada em si. Essa noção resulta de uma posição estruturalista pós-saussureana e pode ser compreendida como um conjunto de discursos produzidos em um dado momento. Esses discursos eram considerados como homogêneos e fechados em si. Nessa primeira época, o sujeito foi tratado como assujeitado, mas com a ilusão de ser a fonte do discurso. Como mostra Gregolin (2006), essa noção de sujeito foi formulada por Pêcheux a partir de suas leituras das teses de Althusser. As teses althusserianas sobre os aparelhos ideológicos e o assujeitamento propõem um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente (GREGOLIN, 2006). Dentro desse contexto, Mالدیدیر (2003) afirma que o famoso artigo de Althusser foi decisivo para Michel Pêcheux uma vez que suas reflexões sobre o discurso o levaram exatamente ao ponto de encontro da língua com a ideologia.

A língua natural seria uma base invariante sobre a qual se desdobram os processos discursivos. O trabalho de análise, segundo essa proposta, focalizava cada sequência linguística como um pré-requisito para a análise do *corpus*. As sequências linguísticas eram consideradas neutras. Imputava-se também, uma neutralidade à sintaxe, considerando que as máquinas discursivas constituíam unidades justapostas com começo e fim predeterminados.

A **AD2 (1975-1980)** apresenta a noção de Formação Discursiva tomada de empréstimo da obra de Michel Foucault em sua obra *A Arqueologia do Saber*. Nela, Foucault (2008, p.82) diz que os sistemas de formação não devem ser tomados como blocos de imobilidades, formas estáticas, não são coações originadas do pensamento dos homens ou de suas representações uma vez que esses sistemas residem no próprio discurso. Assim, o autor ressalta:

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal obrigação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela singularidade de uma prática. (FOUCAULT, 2008, p.82-83).

Foucault (2008, p.83) fala, ainda, sobre o papel da formação discursiva:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma formação temporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

Orlandi (2007) assegura que a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito. Diz ainda que (2007, p.43-44), a partir daí, decorre a compreensão de dois pontos:

- A) O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. [...] As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra.
- B) É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes.

Assim, o discurso se constitui a partir de outros discursos determinado por outros dizeres, ou seja, pelo interdiscurso. As palavras derivam seus sentidos a partir das Formações Discursivas que se inscrevem e a Formação Discursiva constitui-se de outras formações discursivas, de elementos que vêm de seu exterior, ao que Pêcheux denominou de pré-

construído. Nesse momento de formulação teórica, aparece também no interior das reflexões a noção de interdiscurso. O interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição (GREGOLIN, 2001, p.18). Para Orlandi (2007) o interdiscurso significa a relação do discurso com a multiplicidade de discursos, representa a alteridade (o outro), a historicidade. Porém, a noção de sujeito discursivo permanece como efeito de assujeitamento à formação discursiva com a qual ele se identifica.

A **AD3 (1980)** é a fase em que se opera a desconstrução da noção de maquinaria discursiva caracterizada pela heterogeneidade dos discursos e marcada pela noção de polifonia e de intertextualidade. Estabelece-se o primado teórico do outro sobre o mesmo; a ideia de homogeneidade atribuída à noção de condições de produção do discurso é definitivamente abandonada; a ideia de estabilidade é banida em função do reconhecimento da desestabilização das garantias sócio-históricas; há o reconhecimento da não neutralidade da sintaxe; a noção de enunciação passa a ser abordada e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa levam à discussão sobre o discurso do outro. Enfim, são colocadas várias interrogações sobre o sujeito do discurso, o espaço de memória e sobre a Análise do Discurso em si, enquanto procedimento de análise e, até mesmo, sobre a possibilidade de redefinição de uma política da Análise do Discurso.

Todas essas indagações, os conceitos acrescentados e os reformulados abriram caminho para que a formulação teórica da Análise do Discurso tivesse continuidade após a morte de Pêcheux, em 1983. A partir dos anos 80, portanto, a AD entra em uma nova fase. Os estudos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin, acerca do dialogismo trazem para o seio da Análise de Discurso, a noção de Heterogeneidade Enunciativa. A linguagem não é mais concebida como homogênea, mas é sítio de conflitos de várias vozes, concordantes ou discordantes.

O dialogismo, a partir dessa fase, constitui-se como um princípio, que se manifesta no discurso através do interdiscurso, no âmbito do inconsciente, que se manifesta no discurso através da polifonia e no texto através da intertextualidade. “Ele é polifônico, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). Ou seja, o sujeito deixa de ser visto como voz unitária para ser heterogêneo, disperso, plural.

A noção de heterogeneidade enunciativa traz para a AD novos questionamentos, novos rumos, novos olhares. Traz a noção de sujeito NO e DO discurso. Vale salientar a grande colaboração dos estudos de Benveniste nesta questão da subjetividade na linguagem. Foi ele, através dos estudos sobre pronomes, o primeiro a evidenciar a presença do sujeito na linguagem, ou melhor, a presença do “eu”. No entanto, o “eu benvenistiano” em muito difere do sujeito da AD, pois é um eu localizável na superfície textual, é o sujeito denominado de *sujeito no discurso*, o qual podemos encontrar através do uso da primeira pessoa do discurso. Um eu relacionado a um tu.

O sujeito da AD está inscrito em todo o discurso, mesmo que não seja localizado através de marcas linguísticas, na superfície textual. É o sujeito do discurso, constitutivo da discursividade. Dentro dessa perspectiva Authier-Revuz (1990) apresenta uma divisão da heterogeneidade enunciativa:

- **Heterogeneidade Constitutiva** – essa constitui o discurso. Está relacionada ao sujeito do discurso, que mesmo não sendo localizável na superfície textual, está lá, uma vez que o discurso seja qual for, é produzido por sujeitos histórico e ideologicamente marcados. A heterogeneidade constitutiva é, pois, constitutiva da linguagem;
- **Heterogeneidade Mostrada** – corresponde às possibilidades de localização de marcas do outro no discurso, seja através de elementos marcados na superfície textual (discurso direto, aspas, citação) ou através de elementos tidos como sócio-culturais, como a ironia que pode ou não ser percebida, dependendo do conhecimento prévio do sujeito-leitor. A heterogeneidade mostrada pode estar relacionada à noção de *sujeito no discurso*.

Reafirmamos, então, que a AD não trabalha com o texto nele mesmo, mas com o discurso, com o movimento dos sentidos. A partir desse olhar, o analista preocupa-se com as condições de produção de cada discurso, com a historicidade, a memória, os equívocos, as falhas, os esquecimentos e com os silêncios constitutivos de sentidos. Essa forma de os sujeitos produzirem sentidos, em se filiando às formas discursivas que já estão aí, faz parte do jogo discursivo que os sujeitos assumem, ao empregarem a língua na vida social. As enunciações dos sujeitos que, ao enunciarem, estão empenhados em significar os acontecimentos de sua existência histórica, são sempre novas, sempre outras, mas somente são possíveis se, em conformidade com as regras de uso da língua que configuram campos,

gêneros e tipos discursivos como formulações discursivas através das quais se representam modos de organização da sociedade.

Atualmente, a AD se inscreve em uma renovação em nível internacional. No Brasil, somente começou a ter espaço a partir da década de 80, em função do fim da ditadura militar. A partir daí, surgiram grandes pesquisadores brasileiros a exemplo de Eni Orlandi e Rosário Gregolin que realizam consagrados trabalhos acadêmicos. Sua origem difere da França, mas tem como premissa os estudos concebidos por seus precursores. Ferreira (2007) diz que, no início, a Análise do Discurso era criticada pela Linguística e acusada de não dar importância à língua uma vez que a mesma se fixava à análise de discursos políticos. No entanto, esse conceito mudou em virtude do grande leque de interesse dos objetos que os analistas brasileiros pesquisam na área das ciências humanas e sociais. Ferreira (2007) assegura ainda que:

Da matriz francesa ficou, o legado de Michel Pêcheux, -“a relação de nunca acabar”- que ganhou desdobramentos e deslocamentos importantes e decisivos para a manutenção ainda hoje desse campo teórico com prestígio que desfruta entre nós. (FERREIRA, 2007, p.21)

Nesse sentido, podemos afirmar que a problemática da discursividade surgida com as contribuições da Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico e que a AD busca, em sua essência, gestos de interpretação considerando o texto como ponto de chegada e de partida dos sentidos, buscando neste os vários discursos que do texto fazem morada, não morada fixa, determinada, mas morada constituída em cada contexto sócio-histórico-ideológico.

2.1.1 Ideologia, sujeito e sentido

Nas palavras de Chauí (2006), o termo Ideologia surge pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, que pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, onde seus seguidores eram chamados por Napoleão Bonaparte de "ideólogos" no sentido de deformadores da realidade. A autora diz que Karl Marx conservou o significado napoleônico do termo e desenvolveu uma teoria da ideologia concebendo-a como uma forma de falsa consciência cuja origem histórica ocorre com a emergência da divisão entre trabalho intelectual e manual cujas transformações constituem o solo real da história real. É a partir deste momento que surge a ideologia, derivada de agentes sociais concretos, ou seja, dos

intelectuais, resultado da luta de classes. Após Marx e Engels, outros pensadores abordaram a temática da ideologia, onde alguns mantiveram a concepção original de Marx e outros, como sinônimo de “visão de mundo”.

Segundo Althusser (2007), a ideologia é materializada nas práticas das instituições e o discurso, como prática social, é a “ideologia materializada”. No discurso, a ideologia possui uma dimensão que relaciona as marcas deixadas no texto com as suas condições de produção, e que se insere na formação ideológica; essa dimensão tanto pode transformar como reproduzir as relações de dominação. Assim, a ideologia é constitutiva dos atos de dizer, se define como o mecanismo que naturaliza sentidos para o sujeito, tornando-os evidentes, óbvios e naturais. Orlandi (2006) advoga de que, de acordo com a Análise do Discurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, podemos entender que a ideologia tem papel relevante para a AD, uma vez que a mesma implica valores, crenças, hábitos e rituais partilhados numa sociedade e, por serem partilhados, podem gerar certos efeitos de sentido.

Para Fiorin (1990), ideologia é a concepção de mundo que o sujeito tem. Chauí (2006) ressalta que um dos traços fundamentais da ideologia consiste, exatamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando, na verdade, é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas. No ponto de vista de Bakhtin (2006) toda palavra carrega um índice de valor, que é produto das atividades avaliativas que os indivíduos realizam apoiados nas referências-chaves, isto é, na ideologia. Partindo de tais pontos de vistas e considerando a ideologia uma mediação valorativa, podemos afirmar que os efeitos ideológicos são os modos de enunciação, dos temas dos enunciados e das formas de discursividades. O sujeito é interpelado pela ideologia e passa a ocupar um lugar social, visto que não há sujeito sem ideologia e, nesse processo de constituição do sujeito, a interpelação e o reconhecimento exercem papel importante no seu funcionamento. Seu reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos que regulam essas relações, possibilitando captar as relações de antagonismo, de aliança, de dissimulação, de absorção que se processam entre diferentes Formações Discursivas. Althusser (2007, p.85) relata que a ideologia “é a representação imaginária que interpela os sujeitos a tomarem um determinado lugar na sociedade, mas que cria a ilusão de liberdade do sujeito”. Segundo o

autor, a ideologia é reproduzida através de aparelhos ideológicos como religioso, o político, o escolar, entre outros, nos quais as classes sociais são organizadas em um todo complexo de atitudes e representações. Portanto, sujeito e ideologia são interdependentes, pois este tem sua posição enunciada e reconhecida por aquela, ao mesmo tempo em que a ideologia necessita do sujeito para manifestar-se e continuar seu movimento.

Com vistas a analisar o sujeito, Veiga-Neto (2005, p.136) ressalta os três modos que transformam os seres humanos em sujeitos, de acordo com o pensamento foucaultiano:

[...] a objetivação de um sujeito no campo dos saberes – que ele trabalhou no registro da arqueologia-, a objetivação de um sujeito nas práticas do poder que divide e classifica – que ele trabalhou no registro da genealogia – e a subjetivação de um indivíduo que trabalha e pensa sobre si mesmo – que ele trabalhou no registro da ética. Em outras palavras nos tornamos sujeitos pelos modos de investigação, pelas práticas divisórias e pelos modos de transformação que os outros aplicam e que nós aplicamos sobre nós mesmos.

Em outras palavras, podemos dizer que conceituar sujeito não é tarefa fácil, uma vez que o mesmo é apresentado como fragmentado, dividido, onde sua subjetividade se manifesta através da formação discursiva que pode ser detectada no discurso, sua voz é influenciada pelo que se espera a partir dessa posição.

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia do sujeito, Brandão (2004) afirma que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico, pois, segundo a autora, a formação ideológica tem como um de seus componentes básicos uma ou várias formações discursivas interligadas, o que resulta em dizer que os discursos são governados por formações ideológicas. Não existe para a Análise do Discurso um sentido literal, mas um sentido dominante, que é tomado como natural por efeito ideológico de evidência.

Pelo viés da Análise do Discurso, o sujeito é atravessado tanto pela ideologia como pelo inconsciente, o que produz um sujeito descentrado, ideológico, atravessado por uma memória do dizer. Vale destacar que a memória discursiva difere da memória da psicologia, uma vez que a primeira diz respeito à existência histórica do enunciado e a segunda às informações adquiridas ao longo do tempo. Dessa forma, o sujeito do discurso é caracterizado por Pêcheux como uma Forma Sujeito. Pêcheux (1995) diz que Forma Sujeito caracteriza-se como realizando a incorporação, dissimulação dos elementos do interdiscurso, ou seja, a

unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente, passado, futuro. O sujeito, ao usar o seu discurso, além de marcar seu lugar social e temporal, também vem marcado por formações discursivas, uma vez que, por meio delas, temos a constituição do sentido e a identificação do sujeito. É por meio dessas formações discursivas que se pode reconhecer, nos discursos, o cruzamento de vários outros discursos e, ao mesmo tempo, a dominância de um deles. É, também, nesses espaços discursivos que se processam o que chamamos de “assujeitamento”, ou seja, o condicionamento do sujeito à ideologia e ao inconsciente.

Ainda no domínio discursivo, o processo de constituição do sujeito também supõe um assujeitamento à ordem significante. E esse assujeitamento ao jogo dos significantes se faz na relação da língua com a história. Pensando mais sobre o assujeitamento, vale refletir sobre a questão da criatividade na língua. Isso porque não se pode conceber o sujeito produtor do discurso como um “robô programado para dizer”. Há certa liberdade no âmbito da organização do discurso, pois, se assim não fosse, estaríamos negando à linguagem a possibilidade de criatividade, mas vale lembrar que essa liberdade é direcionada por determinações sócio-históricas.

O objetivo da AD não é buscar o que o sujeito quer dizer com seus enunciados, mas o discurso como efeitos de sentido entre interlocutores, uma vez que ele é determinado por suas condições de produção para significar. De acordo com Orlandi (2007), ao se defrontar com o texto, materialidade linguística do discurso, o analista do discurso busca localizar o que o texto diz e o que não diz, o que o constitui significativamente e que, através de recortes da “dessuperficialização”, os discursos fazem do texto seu sítio. O analista inscreve o texto num dado campo discursivo, e assim analisa os movimentos de sentidos, os gestos de interpretação, busca as formações discursivas e suas respectivas formações ideológicas.

Podemos, pois, dizer que, enquanto as formações ideológicas determinam o que somos, as formações discursivas ditam o que dizer, ou seja, regulam os dizeres possíveis em uma dada sociedade e a língua é a base de realização dos efeitos de sentido que o discurso manifesta; é a condição primeira da possibilidade de processos discursivos. Na visão de Orlandi (2007), todo dizer, na realidade, encontra-se na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação) e que é desse jogo que tiram seus sentidos. Ressalta, ainda, que é preciso não confundir interdiscurso com intertexto uma vez que ambos mobilizam o que denominamos relação de sentido. Para ela, o interdiscurso é da

ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, já o intertexto restringe-se às relações de um texto com outros textos. Segundo Orlandi:

Sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na psicanálise, temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise do Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia. (ORLANDI, 2002, p.66)

Essa inscrição do sujeito na língua nos leva a uma produção de sentidos que se encontra inscrita na rede de significantes, sofrendo os efeitos da tensão constitutiva do funcionamento da linguagem entre a paráfrase e a polissemia. Segundo Orlandi (2007), a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado; está do lado da estabilização. Já, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação; a mesma joga com o equívoco. Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que as palavras mudam de sentido a partir das posições dos sujeitos que a empregam, onde as representações verbais vinculam-se entre si em função dos processos de reformulação parafrástica inerentes às formações discursivas. E, como efeito de sentido, essas representações produzem uma consistência imaginária para o sujeito.

O sentido é constituído pela interação entre os sujeitos, visto que é regulado socialmente, de maneira que uma mesma expressão ou gestos podem produzir sentidos diferentes, a depender de quem enuncia e/ou da posição que o sujeito ocupa, uma vez que o sentido não se depreende da materialidade discursiva, mas de uma série de relações a serem estabelecidas entre o enunciado, o enunciador e o contexto que envolve a enunciação.

Para a AD, o discurso é uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo, marcando posições e/ou selecionando sentidos; revela aquilo que constitui o cerne das ações e representações humanas. Em função disso, deve ser visto de forma contextualizada como um acontecimento, uma vez que gera interpretação, constrói uma vontade de verdade e produz um recorte da realidade sócio-histórica-ideológica quando se põe algo em evidência. Por outro lado, no momento em que essa realidade não é abordada na sua totalidade, é, apenas, compreendida por partes, o que significa admitir que o discurso também é, muitas vezes, elaborado por lacunas, por aquilo que ele não diz, pelos aspectos sobre os quais silencia ou

apaga e, conseqüentemente a isso, a ideologia vai funcionar como reprodutora das relações de produção.

3 - A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E SENTIDOS EM CONTEXTOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA

Há quem diga não gostar de inglês e não saber nada dessa língua. Entretanto, sua presença é notória no cotidiano brasileiro, uma vez que lemos, ouvimos, falamos ou até escrevemos palavras e expressões sem nunca ter estudado o idioma. Segundo Steinberg (2003, p.11), uma língua reflete uma sociedade que dela se utiliza como meio de comunicação. Assim, podemos afirmar que o sentido apreendido de uma língua é homologado pela/na cultura, uma vez que os sujeitos envolvidos sofrem influências e são influenciados por diversos fatores externos (vale ressaltar que os sujeitos a quem nos referimos são os alunos dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE). Esses sujeitos passam, também, por um processo de transformação sócio-histórica onde o conhecimento não é apenas a acumulação de teorias, mas a busca de certo domínio sobre o que é abrangido e esse “processo de mundialização” adentra em nossas vidas locais e “transformam a maneira como a gente vê o mundo” (Jovchelovich, 2001, p.46).

Essas reflexões sobre o sujeito e a aprendizagem de línguas nos levam a problematizar a questão da identidade. Para tanto, Coracini (2003) ressalta que, quando se fala de busca da identidade, pretende-se encontrar características capazes de definir o indivíduo ou o grupo social por aquilo que ele tem de diferente com relação aos demais indivíduos. No entanto, o domínio do idioma não é comum a todos os sujeitos. Sobre o assunto Coracini (2003, p. 151), considera que:

Embora o desejo identitário do sujeito procure a todo o preço a sua individualidade, esse desejo, recalcado, depara-se com a presença do outro, ou melhor dizendo, de outros: todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, tiveram e têm participação na sua formação, através de atitudes, textos (orais ou escritos), memória discursiva (valores, estereótipos, que são herdados...). São esses fragmentos que Bakhtin (1929/1978) denomina polifonia, pluralidade de vozes constitutivas da linguagem e do sujeito.

A identidade é vista como um processo, em movimento e o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira como um processo complexo, uma vez que o discurso é construído por alguém que fala, por um enunciado que se pretende legítimo, abafando outras vozes. Essa enunciação, que se faz como independente do objeto e de suas condições de existência manifesta a exterioridade ou relato do objeto segundo um modelo discursivo marcado pela seleção, inclusão ou exclusão de fatos.

No tocante à memória, vale destacar seu papel como elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, uma vez que a identidade é construída a partir de um fenômeno que se produz em referência aos outros, observando os critérios de aceitabilidade e credibilidade. No ponto de vista Meihy (2005, p.63), memória são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. Com relação à memória discursiva, Brandão (2004, p.95) ressalta que é ela que “torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas”. Diz, também, que essa noção implica o estatuto histórico do enunciado inserido nas práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos de Estado. Assim, podemos afirmar que a memória da Língua Inglesa é construída a partir de uma herança de identidade cultural. Nesse sentido, Meihy (2005, p.70) também define memória cultural como o conjunto das manifestações de grupos que guardam visões articuladas sobre si e sobre o mundo segundo critérios que dão sentido e unidade ao conjunto.

Nesse processo, a língua inglesa adquire sua importância ao enraizar-se na cultura brasileira e no cotidiano dos sujeitos. Agra (2004, p. 27) diz que todo e qualquer processo de enunciação, do mais simples ao mais complexo, representa apenas uma pequena parte de uma cadeia de comunicação, que evolui continuamente em variadas direções a partir de um determinado grupo social. Já Fiorin (1990, p.72) advoga que a língua em si não é um fenômeno que tenha um caráter de classe, uma vez que ela existia nas sociedades sem classes, existe nas formações sociais com classe e continuará existindo quando as classes forem abolidas.

Partindo desses pressupostos, podemos dizer que a Língua Inglesa não é somente instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Moita Lopes (2005, p.54) acrescenta:

Tendo em vista o papel que representa na construção da nova ordem mundial, a língua inglesa é um instrumento essencial para operar no novo capitalismo, inclusive para ter acesso a modos contemporâneos de produção de conhecimento, ou seja, em rede. Mas é também um instrumento fundamental para construir futuros mais promissores ao se aprender em sala de aula como o discurso funciona na vida atual, ao mesmo tempo em que se compreende como os discursos veiculados nessa língua dão acesso à multiplicidade da vida humana em várias partes do mundo de modo que possamos nos questionar sobre quem somos, sobre como somos construídos e sobre como podemos reconstruir práticas sociais cristalizadas com base em princípios éticos.

Pensando mais sobre a relação saber-poder, Veiga-Neto (2005) diz que Foucault, ao estudar as articulações entre poder e saber, descobriu que os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder que a servem e que ambos se articulam com a produção, num corpo, que é político. Acrescenta, ainda, que o poder se manifesta como resultado que cada um tem de atuar sobre a ação de outros, de governá-los. Com relação à vontade de poder, o autor aponta que não é subjetiva, neutra, mas intencional; que se produzem e se estabelecem nos jogos das práticas concretas, buscando satisfazer interesses e que acabam conferindo legitimidades. Relata, ainda, que Foucault aproxima saber e poder como dois lados de um mesmo processo.

As relações de força constituem o poder, ao passo que as relações de forma constituem o saber, mas aquele tem o primado sobre este. O poder se dá numa relação flutuante [...], o poder é fugaz, evanescente, singular, pontual. O saber, bem ao contrário, se estabelece e se sustenta nas matérias/conteúdos e em elementos formais que lhe são exteriores: luz e linguagem, olhar e fala. É bem por isso que o saber é apreensível, ensinável, domesticável, volumoso. E poder e saber se entrecruzam no sujeito [...] pelo discurso [...].(VEIGA-NETO, 2005, p.157)

A democratização do acesso e o conhecimento de uma língua estrangeira está, também, intrinsecamente ligada ao tema da diversidade cultural, que vem adquirindo crescente importância atualmente. Em torno da mesma, estão presentes: ideologias, tradições, conceitos políticos e sociais, que podem influenciar de forma positiva ou negativa indivíduos de outras nações, dependendo da forma que esses se posicionem diante das informações que lhes são apresentadas. De acordo com Santos, J. (2004), cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social, não é algo natural, nem uma decorrência de leis físicas ou biológicas. É um produto coletivo da vida humana. O autor diz, ainda, que as várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações, que podemos localizar em duas concepções básicas: uma preocupa-

se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou de grupos no interior de uma sociedade; a outra, é que quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo.

Essas características culturais estão embutidas nos relacionamentos históricos de poder e autoridade, que garantem o status social, profissional, político e pedagógico dos sujeitos envolvidos. Santos, J. (2004) comenta, também, que as preocupações com a cultura surgiram associadas tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto das novas formas de dominação. Correlacionando com as ideias de Veiga-Neto (2005) sobre a questão do saber-poder, Santos, J. (2004) fala que o conhecimento não é só o conteúdo básico das concepções da cultura; mas também as próprias preocupações com cultura são instrumentos de conhecimento, respondem a necessidades de conhecimento da sociedade, as quais se desenvolveram claramente associadas com relações de poder. Na sequência, o autor afirma que existe relação entre linguagem e cultura e que isso pode justificar um idioma ser usado como forma de dominação de uma cultura sobre outra. Bakhtin (2006) conceitua a palavra estrangeira e também a relaciona ao poder.

[...] Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira – palavra que transporta consigo forças e estruturas estrangeiras e que algumas vezes é encontrada por um jovem povo conquistador no território invadido de uma cultura antiga e poderosa (cultura que, então, escraviza, por assim dizer, do seu tûmulo, a consciência ideológica do povo invasor) – fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a ideia de *poder*, de *força*, de *santidade*, de *verdade*, e obrigou a reflexão linguística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo. E, no entanto, a filosofia da linguagem e a linguística até hoje ainda não se conscientizaram do imenso papel ideológico da palavra estrangeira. (BAKHTIN, 2006, p.102-103)

Assim, por trás de uma língua estrangeira, existe uma cultura, um modo de vida, que é, inevitavelmente, transmitido e, em certos aspectos, anexados por outros povos. Poderíamos, pois, falar de enraizamento da Língua Inglesa nas práticas culturais de outros povos? Segundo Bosi (1996), o enraizamento é algo que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente e que tem como ponto fundamental a valorização identitária do modo de vida social e cultural. Assim, podemos dizer que o enraizamento não é único, uma vez que sofre influências e é influenciado por diversos fatores externos como o

espiritual, moral, intelectual e cultural, os quais são necessários para o desenvolvimento humano, local e social. Nesse sentido, a tradição cultural e a importância comercial do Reino Unido, assim como a posição econômica dos Estados Unidos no cenário mundial constituíram a memória institucional da Língua Inglesa, consolidando-a como um dos idiomas mais falados e a principal língua para os contatos internacionais, a qual pertence a um dos ramos das línguas indo-européias, o germânico ocidental.

Em meio a essa memória construída, temos a ratificação do enraizamento do idioma através da atual constituição da organização da sociedade brasileira, que tem propiciado o aparecimento de inúmeros cursos livres, bem como a obrigatoriedade do idioma nas escolas e nas universidades. No entanto, esse enraizamento tem gerado uma dicotomia: de um lado, tem valor negativo, quando existe uma relação política, econômica e cultural com o país de origem da língua, que pressupõe superioridade estrangeira e uma consequente geração de complexo de inferioridade nacional; do outro, valor positivo, no momento em que contribui para superar essa relação, constituindo uma visão intercultural, a qual equilibra a valoração das mais diversas culturas.

A Língua Inglesa, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do linguístico e os do extralinguístico. Trata-se de uma transdisciplinaridade com um foco específico sobre a relação entre o mundo social e a linguagem. É nesse contexto que Orlandi (2007, p.60) destaca que “os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco - o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes”. Podemos, pois, afirmar que o indivíduo tem a necessidade de, pelo uso da linguagem, entender e ser entendido, uma vez que, no momento em que um sujeito aprende um novo idioma, abre-se um caminho de diferenças sócio-histórico-culturais onde cada um tem seus valores, e, por conseguinte, sua linguagem e sua forma de expressão.

Ao entrar em contato com a língua inglesa, o sujeito-aluno inscreve-se em uma nova discursividade, o que provoca deslocamentos na sua subjetividade e, conseqüentemente, apropria-se uma nova interpretação do mundo em que vive. É possível afirmar, também, que língua, cultura e história são cacos de um mesmo vitral, cujos matizes revelam que o domínio sobre línguas estrangeiras representa mais do que uma simples habilidade linguística:

representa aptidão multicultural, bem como versatilidade de estruturar o pensamento por diferentes vias e de interpretar realidades sob diferentes óticas.

Quanto à profissionalização, qualidade, globalização e atualização são preocupações constantes para quem pretende conquistar e manter elevada a empregabilidade onde diferentes fatores devem ser levados em consideração. Segundo Carvalho e Grisson (2002, p.190)

A empregabilidade pode ser analisada como sendo uma característica que espelha conhecimentos, habilidades e capacidades individuais. Em outras palavras, a empregabilidade é definida pela utilidade dos valores culturais, morais e intelectuais que cada indivíduo dispõe para promover sua sobrevivência. Desta forma, quanto maior seu nível de conhecimentos, maiores serão suas possibilidades de se ajustar e se adaptar a evolução técnico-científica de um mundo globalizado.

Globalização é um neologismo usado como um dos processos de aprofundamento de integração econômica, social, cultural e política ocorrida em quase todos os países do mundo no final do século XX início do século XXI gerada pela necessidade da dinâmica do capitalismo de expandir seus mercados. Segundo Magnoli (2004), é um processo de integração mundial, impulsionado por fluxos de mercadorias, capitais e informações. Partindo desse ponto de vista, podemos dizer que esse processo afeta todas as áreas da sociedade, principalmente a comunicação, o comércio internacional e a liberdade de movimentação, com diferente intensidade dependendo do nível de desenvolvimento e integração das nações envolvidas.

No discurso postulado pelo processo da globalização, para o sujeito ser “cidadão globalizado”, faz-se necessário dominar uma língua estrangeira. Sobre o assunto, Bolognini (2003, p.192) assegura:

Ao falar em língua estrangeira, o sujeito está se posicionando dentro de uma história, de uma cultura estrangeira. E mesmo que a sua proficiência seja considerada boa pelos padrões tradicionais de avaliação, a sua relação com essa língua é a de um estrangeiro. Ou seja, a relação é a daquele que não tem a mesma intimidade com a história, com a cultura que um falante nativo tem. E isso o coloca em uma posição menos privilegiada em relação a seu interlocutor, falante nativo, plenamente interpelado pela história e cultura de sua língua materna.

Partindo desse ponto de vista, os sujeitos-alunos têm de se preparar para o desafio da

exigência do mercado. A necessidade do domínio de uma língua estrangeira faz também com que esses sujeitos-alunos tenham uma visão da linguagem. Brandão (2004, p.8) diz que essa visão da linguagem como interação social, em que o Outro desempenha papel fundamental na constituição do significado integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social. Brandão (ibid) também assegura que “através de cada ato de enunciação, se realiza a intersubjetividade humana, o processo de interação verbal passa a constituir, no bojo de sua teoria, uma realidade fundamental da língua”.

Dentro dessa perspectiva, entendemos, então, que, à medida que as vozes dos sujeitos entram em contato com outras vozes, nas situações de comunicação de que participam, esses futuros profissionais constroem e reconstróem seus conhecimentos, suas concepções sobre a natureza social da linguagem e da aprendizagem e, em última análise, constroem e reconstróem a si próprios como profissionais.

3.1 - A LÍNGUA INGLESA NO MUNDO E NO BRASIL: RECORTES HISTÓRICOS

As transformações, impulsionadas pelas novas tecnologias de comunicação, bem como pela globalização, tornaram-se notórias nas necessidades de aperfeiçoamento e especialização no mercado de trabalho, que, a cada ano, estão extremamente ligadas à área educacional, fazendo com que as pessoas busquem, além da formação básica, domínio de uma ou mais línguas estrangeiras e como ocorre em outras áreas da ciência, o estudo da linguagem tem sido afetado pelas inconsistências e hesitações originadas na pretensão filosófica de que o conhecimento deva ser justificado racionalmente. Assim, há muito tempo, teorias têm sido propostas a respeito da origem e da natureza da Língua Inglesa.

Nessa perspectiva, o discurso do inglês como língua internacional postula sua disseminação positiva no mundo inteiro. Segundo Lacoste (2005),

[...] de algumas décadas para cá, o inglês também se propaga no plano mundial como a língua da globalização, bem como a língua da União Européia, que engloba cerca de trinta Estados de línguas diferentes e que tem necessidade de uma língua comum, ao menos em meio às categorias sociais mais "globalizadas" de sua população. (LACOSTE, 2005, p.8)

Paiva (1996), fazendo uso das palavras do jornalista Ventura, diz que o Inglês é uma epidemia que contamina 750 milhões de pessoas no planeta e que essa língua sem fronteiras está na metade dos 10.000 jornais do mundo, em mais de 80% dos trabalhos científicos e no jargão de inúmeras profissões, como a informática, a economia e a publicidade. Ao assumir esse papel de língua global, a Língua Inglesa torna-se uma das mais importantes ferramentas, tanto acadêmicas quanto profissionais e é hoje, inquestionavelmente, reconhecido como a língua mais importante a ser adquirida na atual comunidade internacional. Partindo dessa premissa, verificamos que essa influência vem de longa data. Almeida Filho (2003 p.21) diz que:

Historicamente, o ensino de línguas após 1930 deu-se majoritariamente como oferta do currículo escolar regular, mesmo que, sob desencontrada legislação e desatenta supervisão das autoridades de ensino e, no ensino superior desde então nos cursos de licenciatura formadores de professores de língua. Depois dos anos 1960 essa formação passou a se dar também em universidades confessionais em regime de pago, e nos anos 1980 e 1990 nas inúmeras faculdades, centros universitários e universidades particulares que brotaram por todo território nacional.

Nas relações cotidianas, não há como não sentir que as tecnologias transformam o modo de viver da maioria das pessoas e, sem perceber, o mundo tecnológico invade as nossas vidas e ajuda a viver com as necessidades e exigências da atualidade. E, em decorrência e paralelamente a esse domínio comercial e tecnológico, a cultura estrangeira chega ao nosso dia a dia por meio do cinema, da música, dos programas de televisão, lazer, esportes, alimentação e, principalmente, através da informática, onde grande parte de toda essa comunicação armazenada nos computadores do mundo está em Língua Inglesa. Verificamos também que, depois do Português, o inglês é a língua mais ouvida, lida e falada no Brasil, embora sejamos cercados de países de língua espanhola e convivendo com imigrantes de várias nacionalidades, cujas “falas” a maioria dos brasileiros têm dificuldade até mesmo de identificar a origem. Segundo Martinet (1978), as palavras de uma língua não têm equivalentes exatos noutras, o que, naturalmente, acompanha a variedade dos dados da experiência.

Uma língua é um instrumento de comunicação em que, de modo variável de comunidade para comunidade, analisa-se a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fônica. Saber uma língua não é apenas uma questão relacionada ao acúmulo de informações sobre as estruturas linguísticas e o vocabulário, mas

também criar novos enunciados a partir das conexões e do gerenciamento de interações orais e escritas.

Essa mediação cultural se constitui a partir da participação de “outros” no processo, onde os sujeitos envolvidos discutem, ampliam, e (re)constroem processos de significação, viabilizando a ocorrência das interações sociais e, principalmente, mediando as operações abstratas do pensamento. Na visão de Brandão (2004)

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (BRANDÃO, 2004, p. 11)

Na perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2006), a linguagem é entendida como um fenômeno social e histórico e, em função disso, ideológico. É vista como tendo papel crucial na construção do homem como ser social. Diz, ainda, que, à medida que as vozes dos interagentes de cada situação de comunicação verbal entram em contato constroem, reconstroem, ou traduzem em sentidos os significados que estão sendo negociados, sua consciência, seu conhecimento do mundo, e, em última análise, eles próprios se completam e se constroem continuamente, nas suas práticas discursivas e nas dos outros. Bakhtin vê o sujeito imbricado em seu meio social, sendo permeado e constituído pelos discursos que o circundam. Para o autor, a linguagem também é vista como uma arena de conflitos, é inseparável da questão do poder; cada signo é materialmente constituído no sentido de ser produzido dialogicamente no contexto de todos os outros signos sociais.

Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que a unidade básica de análise lingüística é o enunciado, ou seja, elementos lingüísticos produzidos em contextos sociais reais e concretos como participantes de uma dinâmica comunicativa, onde o sujeito se constitui ouvindo e assimilando os discursos do outro, fazendo com que esses discursos sejam processados de forma que se tornem, parcialmente, as palavras do sujeito e, parcialmente, as palavras do outro. Esse fenômeno Bakhtin chama de dialogismo. Por outro lado, o que acontece com o indivíduo enquanto ser social acontece também com a comunidade; ou seja, assim como um indivíduo, a comunidade também se constitui em arena de conflito de discursos concorrentes, e esse fenômeno Bakhtin chama de polifonia. Segundo esses

conceitos, cada língua e cada indivíduo são formados por variantes conflitantes sujeitas à questão do poder.

Retomando o sentido da palavra estrangeira, Bakhtin (2006) diz que foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião e da organização política e descreve oito categorias provenientes da mesma, que serviram de base ao objetivismo abstrato. Vamos resumir abaixo essas categorias.

1. Nas formas linguísticas, o fator *normativo* e *estável* prevalece sobre o caráter *mutável*: a construção de um sistema de formas submetidas a uma norma é uma etapa indispensável e importante no processo de deciframento e de transmissão de uma língua estrangeira.
2. O *abstrato* prevalece sobre o *concreto*: a concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva.
3. O *sistemático abstrato* prevalece sobre a *verdade histórica*: nesse ponto, o formalismo e o sistematismo constituem os traços típicos de toda reflexão que se exerce sobre um objeto acabado, ou melhor, o pensamento alheio é habitualmente, se não exclusivamente, sistematizado.
4. As formas dos *elementos* prevalecem sobre as do conjunto: a linguística está voltada para o estudo da enunciação monológica isolada onde seu alcance máximo é a frase complexa (o período). Existe um abismo entre a sintaxe e os problemas de composição do discurso, pois as formas que constituem uma enunciação completa só podem ser percebidas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciações completas pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico.
5. A *reificação* do elemento linguístico isolado substitui a *dinâmica* da fala: a enunciação como um todo para a linguística, apenas subsistem os elementos do sistema, isto é, as formas linguísticas isoladas. Assim, a história da língua torna-se a história das formas linguísticas separadas (fonética, morfologia, etc.) que se desenvolvem independentemente do sistema como um todo e sem qualquer referência à enunciação concreta.
6. *Univocidade* da palavra mais do que *polissemia* e *plurivalência* vivas: o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. No entanto, há tantas significações possíveis quantos contextos, mas, nem por isso, a palavra deixa de ser una. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos

quais ela pode se inserir. Essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações. Toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto.

7. Representação da linguagem como um *produto acabado*, que se transmite de geração a geração: a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada, pois somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já constituída, graças à língua materna, confronta-se com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar.
8. Incapacidade de compreender o processo gerativo *interno* da língua: para a consciência do locutor, a língua existe como sistema de formas sujeitas a normas, só para o historiador é que ela existe como processo evolutivo. O que exclui a possibilidade de associação ativa da consciência do locutor com o processo de evolução histórica.

Assim, podemos assegurar, mais uma vez, que a aprendizagem de uma língua estrangeira está intrinsecamente ligada ao tema da diversidade cultural que vem adquirindo crescente importância na atualidade, cuja aprendizagem passa a ser uma experiência completamente nova e que a Língua Inglesa, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, uma vez que a linguagem constitui um elemento essencial de toda cultura, pois possibilita a transmissão oral ou escrita do passado de um sujeito ou de uma coletividade construída a partir de experiências pessoais, experiências dos outros, por discursos já constituídos ou a serem constituídos pelos que o cercam.

Nessa direção, vale ressaltar que a aprendizagem de uma língua estrangeira não é um sistema vazio de sentido, visto que ela traz consigo, à revelia do aprendiz, uma carga ideológica que o coloca em conflito permanente com a ideologia da língua materna. Nesse processo estão em jogo valores, símbolos e imagens da língua materna onde as representações que habitam o imaginário do sujeito são reveladoras de identidade. É pela enunciação que o

sentido novo pode surgir, uma vez que representa interpretação historicizada pelo sujeito da linguagem.

3.1.1 O lugar da Língua Inglesa nos Cursos da FACAPE

A educação escolar atua historicamente na vida do indivíduo, constituindo-se não só como necessária para sua sobrevivência, mas também como base de informação e cultura para enfrentar o mercado de trabalho e, principalmente, como formadora de agente criador e transformador da sociedade. Para Oliveira (1999), a crescente pressão competitiva, movida pela globalização e pelas inovações tecnológicas num ritmo sem precedentes no ambiente de trabalho tornou indiferenciados os limites entre educação e trabalho. Essa indiferença produziu o conceito vital de produção de conhecimento, transformado em uma meta educacional: *aprendizagem permanente - lifelong learning*. Partindo desse ponto de vista, pode-se afirmar que a ideia de que apenas um diploma não garante a sobrevivência do indivíduo no mercado de trabalho.

As grandes transformações, a globalização econômica, a aceleração da inovação tecnológica e a redução do papel do Estado na sociedade formaram um conjunto de fenômenos que têm por consequência um aumento geral da concorrência em todo o mercado de trabalho, significando: profissionais cada vez mais qualificados, busca de habilidade e agilidade no uso do computador, iniciativa, criatividade, capacidade empreendedora e domínio de um ou mais idiomas. Desse último, resulta um ponto muito importante, o de que a comunicação é uma ferramenta imprescindível no mundo moderno e está em consonância com os avanços dos recursos tecnológicos. Sem conhecer uma língua estrangeira, torna-se extremamente difícil utilizar os modernos equipamentos de modo eficiente e produtivo. (PCN, 1999, p.152). Nesse sentido, ao assumir este papel de língua global, tanto para o curso de Secretariado Executivo como para o curso de Comércio Exterior da FACAPE, a Língua Inglesa torna-se uma importante ferramenta curricular para os alunos.

De acordo com os Projetos Pedagógicos dos referidos cursos, as disciplinas de Língua Inglesa possuem carga horária de 60 horas aula semestrais, são obrigatórias e equivalentes. Nesses cursos, vivenciam-se nas suas matrizes curriculares diversos níveis do idioma: em

Língua Inglesa I: Níveis de compreensão texto; Estratégias de leitura; Estruturas básicas da língua inglesa; Língua Inglesa II: Leitura e interpretação de textos específicos da área de negócios; Elementos culturais de países falantes de língua inglesa; Elementos estruturais da língua. Língua Inglesa III: Inglês técnico para a área de Secretariado e Comércio Exterior; Estudo de estruturas básicas para habilitar o aluno à leitura e à elaboração de diversos tipos de cartas comerciais; Estudo de vocabulário específico para a área de Secretariado e Comércio Exterior; Interpretação de textos técnicos de nível intermediário. Língua Inglesa IV: Leitura, interpretação e traduções de textos técnicos para a área de Secretariado; Elaboraões de cartas comerciais relacionadas à diversas situações sociais; Estratégias para planejamento de viagens internacionais; Estudos de estruturas básicas para comunicações internas Estudo de estruturas para elaboração de relatórios. Vale ressaltar que esta última é exclusiva para o curso de Secretariado Executivo.

No tocante ao Projeto Político Pedagógico, o curso de Secretariado Executivo tem como objetivo geral viabilizar a formação de profissionais críticos, com conhecimentos teóricos, habilidades técnico-instrumentais e linguísticas aptos a facilitar a gestão de organizações públicas e privadas. Já o projeto de Comércio Exterior tem como objetivo habilitar os Bacharéis em Comércio Exterior com uma visão multidirecional, aptos para atuarem no seu mercado de trabalho, nos negócios e no comércio globalizado, exercendo a cidadania e a profissão com eficiência e eficácia, tendo em vista a qualificação desses profissionais demandados por uma sociedade, que se torna cada vez mais complexa. Seguindo o fio de pensamento e a perspectiva teórica até aqui esboçados, nos dois objetivos, podemos apreender um processo identificatório com o conhecimento linguístico uma vez que ambos inserem-se na discursividade da língua estrangeira, fazendo deslocamentos seja pelo viés da linguagem ou da globalização. Esses enfoques interacionais permitem uma compreensão da importância da percepção cultural que hoje direciona o ensino de inglês demarcado por limites sociais e históricos, onde as imagens, ideologicamente constituídas, atribuem determinados lugares ao ensino de inglês no contexto profissional.

3.1.1.1 Petrolina: a vocação para as relações exteriores com os países de Língua Inglesa



FOTO 1: Vista aérea da cidade de Petrolina. Fonte: www.google.com.br/petrolina

Petrolina é uma cidade localizada no sertão do estado de Pernambuco, a 714 quilômetros de Recife, capital do Estado. Instalada oficialmente, em 21 de setembro de 1895, essa possui, atualmente, 285 mil habitantes (estimativa do IBGE/2008). Segundo historiadores, essa denominação foi uma junção dos nomes D. Pedro II e Leopoldina, em homenagem ao Imperador e sua esposa.

Localizada na região do Submédio São Francisco, tem como vegetação predominante a caatinga, sendo que a maior extensão de sua área possui um solo apropriado para cultivos temporários ou permanentes por meio de técnicas avançadas de agricultura irrigada, utilizando-se as águas do rio São Francisco, onde a produção de uvas, vinhos e frutas tropicais situa a cidade em posição de destaque no cenário nacional e internacional. Conforme Lacerda & Lacerda (2004), a partir da implantação dos perímetros públicos e privados na região, no

final dos anos 60 e dos investimentos estatais em infraestrutura hídrica e elétrica, a agricultura irrigada tornou-se a principal atividade econômica da região, produzindo impactos significativos sobre a renda e emprego, inclusive de atividades não agrícolas.

A produção de vinhos é considerada, hoje, uma das fortalecedoras do desenvolvimento do setor no Vale do São Francisco. O incentivo à produtividade fez com que o município se tornasse o segundo polo vitivinicultor do país. São produzidas em Petrolina cerca de 2,5 safras anualmente, fato que vem despertando o interesse de empresários do mundo inteiro. Além do vinho, a região contempla, atualmente, a maior produção de frutas tropicais do país.

De acordo com informações da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Turismo, é a região que melhor representa o país na produção de frutas nos grandes mercados internacionais. Dentre elas, destacam-se manga e uva, responsáveis por uma parcela de aproximadamente 30% das exportações brasileiras do setor. Segundo dados fornecidos pelo Recife Guide, cerca de cinco milhões de caixas de uva sem sementes são exportadas para outros países, além de estimadas 12 milhões de caixas de manga sem fibra. Para tanto, dispõe de um aeroporto internacional com infraestrutura especial, incluindo serviços de alfândega, a fim de possibilitar um envio mais rápido da produção dessas frutas para os mercados consumidores como União Européia, Holanda, Portugal, Alemanha, França, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega e Espanha, de acordo com os dados fornecidos pela Associação dos Produtores e Derivados do Vale do São Francisco – VALEEXPORT.

Conforme informações cedidas pela VALEEXPORT, a referida empresa está localizada na cidade de Petrolina-PE, criada em 1988 com o objetivo de representar o empresário hortifrutigranjeiro local de forma institucional, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, nacionais ou internacionais. A empresa tem como missão manter relacionamentos e firmar convênios com órgãos, entidades e empresas públicas e privadas, no país e no exterior, que exerçam atividades relacionadas com a produção, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação e promoção de produtos hortigranjeiros no Brasil e no exterior, em todas as formas, inclusive através de participações em feiras, exposições, com fundos próprios ou de terceiros. As suas atividades consistem em fortalecer as exportações, fomentar o incremento à pesquisa de fruticultura irrigada, adequar a infraestrutura aeroportuária com foco em operações com frutas e integração da fruticultura nacionalmente. Suas principais culturas frutícolas são: uva, manga, banana, coco verde, goiaba, melão, acerola, limão, maracujá, papaia e pinha entre outras frutas de menor

expressão, perfazendo um volume aproximado de produção de 1.500 mil toneladas/ano. Suas atividades abrangem a região do submédio do São Francisco (Petrolina-PE e Juazeiro-BA).

A intensa atividade produtiva e comercial, processadas pela internacionalização das relações econômicas, tem despertado, ao longo desses anos, diversas influências linguísticas, as quais podem ser vistas como elemento de disseminação cultural. Assim, diante desse cenário, não só a cidade de Petrolina, como também toda a região do Vale do São Francisco tem sido influenciada pela necessidade de se comunicar em um outro idioma, no caso em Língua Inglesa, visto que é o idioma de maior repercussão tanto no mundo científico como no mundo de negócios.

3.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO E COMÉRCIO EXTERIOR

A Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF/FACAPE tem a seguinte missão, preconizada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2006-2010): *“Exercer uma ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.”* Desta forma, a busca do conhecimento se dá pela preparação do homem integral, assegurando-lhe a compreensão adequada de si mesmo, de seu papel na sociedade e de sua responsabilidade como profissional.

Para isso, a AEVSF/FACAPE desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nas áreas das ciências sociais e aplicadas, em particular aquelas que são contempladas pelos seus cursos de graduação e pós-graduação, sendo essas ações plenamente inseridas dentro do contexto do desenvolvimento regional, atendendo à comunidade do Vale do Sub-médio do São Francisco, cuja área de abrangência é ilustrada na Foto 2:



Fonte: Agência de Desenvolvimento de Petrolina

Segundo informações disponibilizadas em documentos, a Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE foi criada em forma de Autarquia municipal com a denominação de Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF, pela lei municipal nº 25/76 de 19 de julho de 1976. Posteriormente, a Autarquia transformou-se em órgão mantedor da FACAPE. Teve como instalação inicial o prédio da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina - FFPP, unidade da Universidade do Estado de Pernambuco - UPE, com o curso de Administração de Empresas. Sua sede própria só foi inaugurada em 1981. A autorização de seu funcionamento se deu a princípio, pela resolução nº. 01/77 de 13 de janeiro de 1977 do Conselho Estadual de Educação. Em nível nacional, pelo decreto nº. 82.475 de 23 de outubro de 1978.

Atualmente, possui oito cursos de graduação: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Economia, Turismo, Direito, Secretariado Executivo, curso reconhecido através do Ato nº 2840 de 4 de agosto de 2003, e Comércio Exterior,

aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 14 de setembro de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 5041 de 27 de setembro de 2004.



FOTO 3 : Vista aérea da FACAPE. Fonte: www.facape.br

A partir das leituras dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, observamos que a FACAPE assume os cursos de graduação em Secretariado Executivo e Comércio Exterior no propósito de atender às demandas exigidas pelo polo Petrolina/Juazeiro e de toda a sua área de influência. A justificativa se dá em virtude das transformações sócio-econômicas, que necessitam, crescentemente, da disponibilidade de profissionais especializados em diferentes áreas do conhecimento e cita como exemplos o Polo Exportador de Frutas Tropicais e da convergência de negócios e de investimentos crescentes que vêm resultando na instalação de empresas regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, a interação escola-sociedade evidencia as carências profissionais locais, justificando a oferta dos cursos.

A finalidade do curso de Secretariado Executivo é ofertar ao mercado de trabalho profissionais vinculados estreitamente à rotina das organizações - públicas ou privadas - que possam exercer múltiplas atividades de apoio aos seus dirigentes, prestando-lhes assessoria e

assistência na gestão de processos e pessoas, possibilitando a liberação destes e contribuindo para as atividades-fins de suas organizações de modo decisivo para a melhoria de resultados operacionais. Tem como objetivo formar profissionais que se enquadrem num perfil, cujas características básicas estão no domínio de conhecimentos gerais e específicos atinentes à área, e a missão de formar cidadãos profissionais bacharéis em Secretariado Executivo, providos de competência técnica e formação humanística para o atendimento às demandas sociais emergentes, notadamente da sustentabilidade regional. No Projeto Político-Pedagógico consta também que esses bacharéis podem atuar em empresas públicas e privadas nacionais, empresas de exportações, assessorias, cerimoniais e organização de eventos, gerenciamento, comunicação executiva, diferentes níveis e áreas administrativas das empresas, entidades de formação e treinamento de recursos humanos para o mercado, consultorias, agências de turismo e hotelaria e serviços.

O Projeto Político-Pedagógico do curso em Comércio Exterior tem como missão formar profissionais do Comércio Exterior, provendo-os de base técnico-científica e dotando-os de conhecimentos, habilidades e competências específicas, além de sólida base social humanística, com vistas a fornecer-lhes as condições necessárias para o exercício competente da cidadania e da profissão no contexto de um mundo globalizado e em rápidas transformações, focados na sustentabilidade regional, conservação/preservação do ambiente e valorização do humano, dentro de uma perspectiva econômico-financeira. Empresas importadoras e exportadoras, *Trading Companies*, órgãos públicos e empresas públicas e privadas, bancos, câmaras de Comércio Exterior, corporações multinacionais, instituições de ensino e pesquisa, instituições financeiras - atividades administrativas e gerenciais, consultoria e assessoria – desenvolvimento de mercados e negócios internacionais, logística interna e externa são as áreas de atuação previstas para este curso.

3.2.1 O lugar do Inglês Instrumental nos Cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE

No ponto de vista de Leffa (2006), o ensino da língua estrangeira pode ser analisado sob três grandes perspectivas: 1) perspectiva metodológica, a qual envolve a implementação de estratégias de ensino e aprendizagem da língua; 2) perspectiva política, com ênfase na

questão das relações de poder entre os países de idiomas distintos; 3) perspectiva da interculturalidade, em muitos aspectos, um desdobramento da questão política, mas vista aqui como o desenvolvimento da competência em conviver com a diversidade.

Partindo desse ponto de vista, podemos situar esta última como a que mais se aproxima do propósito de ensino da Língua Inglesa nos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da FACAPE, que tem como foco maior o Inglês Instrumental, também conhecido como *English for Specific Purpose* – ESP, que, em português significa “Inglês com Objetivos Específicos”.

Retomando os Projetos Políticos Pedagógicos, o ensino de Língua Inglesa, nesses cursos, fundamenta-se na tentativa de propiciar ao aluno a oportunidade de engajamento e interação no mundo acadêmico, científico e tecnológico, como também o faz entrar em contato com outras civilizações e culturas, os quais permitem uma melhor compreensão da importância da percepção da pluralidade cultural, que hoje direciona o ensino de inglês. Nesse sentido, a Língua Inglesa, por ser uma língua universal, apresenta-se nos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior como um instrumento indispensável para a formação e o desenvolvimento profissional dos alunos a fim de que possam interagir com eficiência em suas funções.

Cruz (2001) destaca, em seu artigo intitulado Ensino/aprendizagem de inglês instrumental na universidade, que é indiscutível a importância do conhecimento da língua inglesa nos cursos universitários atuais. Segundo o autor, a competitividade do mercado atual exige que o profissional atualize-se constantemente, adquirindo conhecimentos técnicos e informações científicas através do inglês instrumental. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que o ensino-aprendizagem desse idioma nos cursos acima citados está centrado na construção de um conhecimento conjunto. Assim, da mesma forma que a Língua Portuguesa, a Língua Inglesa é uma ferramenta para a percepção de como as pessoas agem na sociedade por meio da palavra, construindo o mundo, os outros e a si mesmos.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem do Inglês Instrumental, podemos situar sua origem na abordagem comunicativa. Almeida Filho (2003 p.28) diz que

Filosoficamente, as bases do movimento comunicativo se alinhavam a preceitos que ascendiam ao filósofo alemão Hegel (1777-1853) no que toca a concepção de que o conhecimento é socialmente produzido no contato interativo de mentes igualmente construídas na teia social. Por isso, a

aprendizagem comunicativa de línguas passa a ser vista como o envolvimento dos atores em atividades que constroem sentidos por estarem voltadas para a produção de sentidos na (re)construção de corpos de reconhecimentos, na participação em tarefas, jogos e projetos, nos estudos de temáticas e obras ficcionais ou não.

Com o passar do tempo, o que se modificou com o uso da abordagem comunicativa foi o foco do ensino, que passou a trabalhar mais com o uso da língua em vez de se concentrar no ensino de estruturas como era feito no ensino tradicional. O objetivo do ensino de línguas passou a ser o preparo do aluno para situações reais de vida, criando, então, oportunidades para que o mesmo tivesse a chance de utilizar o que estava aprendendo e que existisse uma preocupação em quem, o que, como, quando, onde e por que alguém aprende uma segunda língua. Nas palavras de Brown (2000), os problemas atuais, na aquisição da segunda língua podem estar inicialmente relacionadas a uma multidão de questionamentos, que são feitos sobre esse processo complexo.

Os papéis do professor e do aluno também são vistos de forma diferente nessa abordagem sob a influência das Teorias da Educação. Segundo Mizukami,

O aluno deve ser tratado de acordo com as características estruturais próprias de sua fase evolutiva e o ensino precisa, conseqüentemente, ser adaptado ao desenvolvimento mental e social. Cabe ao aluno um papel essencialmente ativo (a atividade é uma forma de funcionamento do indivíduo) e suas atividades básicas, entre outras, deverão consistir em: observar, experimentar, comparar, relacionar, analisar, justapor, compor, encaixar, levantar hipóteses, argumentar etc.

E ao professor caberá a orientação necessária para que os objetos sejam explorados pelos alunos, sem jamais oferecer-lhes a solução pronta. É indispensável, no entanto, que o professor conheça igualmente o conteúdo de sua disciplina, a estrutura da mesma, caso contrário não lhe será possível propor situações realmente desequilibradoras aos alunos. (MIZUKAMI, 1986 p.78)

Dentro dessa perspectiva, o professor passa a ser visto mais como um facilitador; o aluno deixa de receber passivamente toda a informação, e juntos, professor e aluno, usando o raciocínio e dividindo experiências, constroem a aprendizagem. Por outro lado, alguns pesquisadores e pensadores discutem os métodos utilizados no ensino-aprendizagem da Língua Inglesa. Leffa assegura que:

Depois de alguns séculos de uso e testagem dos mais diferentes métodos, com ênfase ora na fala ora na escrita, privilegiando às vezes a forma linguística, às vezes a comunicação – chegou-se finalmente à conclusão de

que não existe qualquer garantia de que um determinado método funcione ou, o que ainda é pior, chegou-se a conclusão de que qualquer método pode funcionar. Não existe nenhum método, por mais errado que seja, que *não* tenha produzido um falante proficiente da língua estrangeira – como também não existe nenhum método, por mais correto que seja, que *não* tenha fracassado completamente em produzir um falante proficiente. Em outras palavras, a causa do sucesso ou do fracasso em aprender uma língua estrangeira deve ser buscada em algum lugar que fique além da metodologia usada. Um desses lugares, não o único, é o espaço político do aluno e do professor. (LEFFA, 2005, p.205)

Já na perspectiva Vygotskiana (VYGOTSKY, 1998) a construção da competência de ensino do professor de Língua Inglesa é entendida como um processo que se constitui no interior das relações sociais, através da mediação social das atividades do indivíduo, o que possibilita a construção partilhada de instrumentos e de processos de significação. Essa mediação social se constitui a partir de uma interdisciplinaridade onde professores e alunos discutem, ampliam, e (re)constroem processos de significação, viabilizando a ocorrência das interações sociais e, principalmente, mediando as operações abstratas do pensamento.

Nesse sentido, podemos afirmar que, independente do método usado, o processo de ensino-aprendizagem acaba sendo um processo duplo de construção e desconstrução do saber uma vez que há uma história e um imaginário implicados e que a relação professor-aluno será sempre uma relação, ao mesmo tempo, de tensão e constituição recíproca, uma vez que não se resolve, mas se desenvolve.

4 - A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS E SUJEITOS: O QUE REVELAM OS DISCURSOS

Podemos afirmar que o discurso é definido como efeitos de sentidos entre locutores, uma vez que as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, marcados na consciência e no inconsciente pelos sujeitos e pelas formações discursivas. Ou seja, o discurso é o somatório das combinações de elementos lingüísticos usados pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou do mundo interior, de agir sobre o mundo (FIORIN, 2001). A condição de produção e da interpretação das discursividades reside na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço da memória, com vistas a ser entendida não como documental, mas como memória dos sentidos, através da qual o sujeito recorta seu dizer a partir do que foi dito. Segundo Meihy (2005, p.61) “o passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal”. Para o autor, a memória individual é pessoal, biológica e psicológica, enquanto a grupal é essencialmente cultural e transcendente onde uma depende da outra e uma se explica pela outra. Dessa forma, a historiografia surge a partir de novas leituras do passado, memória e revisões. Com isso, a Análise de Discurso monta e revela a visão de mundo dos sujeitos inscritos na história, dentro de uma discursividade.

Gregolin (2001, p.14), fazendo uso das palavras de Foucault, diz que “o discurso é uma prática que relaciona a língua com outras práticas no campo social e que deve ser pensado, portanto, enquanto prática discursiva”. As formações discursivas, por sua vez, produzem sentidos e são estruturadas pela ideologia, que se materializa na linguagem, que faz parte de seu funcionamento. Gregolin (2001, p.15) diz também que “uma formação discursiva agrupa um conjunto de acontecimentos enunciativos”. No entanto, o que a mesma revela não é um segredo, a unidade de um sentido oculto, nem uma forma geral e única; o que a análise pode encontrar em uma FD, diz Gregolin (2001, p.15), utilizando novamente as palavras de Foucault, é “um sistema regulado de diferenças e de dispersões”.

Assim, entendemos que o sentido da palavra jamais é transparente e o discurso mantém sempre relação com outros dizeres; portanto, não é uma entidade homogênea e o sujeito, por sua vez, constitui-se na relação com o outro e pelo outro. Podemos, ainda, afirmar que a enunciação se caracteriza pelas condições em que os textos são produzidos, sejam elas de tempo, espaço, figuras, objetivos, relações sociais ou outras sob a forma de enunciado, e

que os sentidos podem ser gerados a partir daquilo que é dito, ou seja, a linguagem é o meio usado pelo enunciador para expressar o que está pressuposto inter ou extratextualmente. É possível, também, dizermos que, todo e qualquer processo de enunciação, do mais simples ao mais complexo, representa apenas uma pequena parte de uma cadeia de comunicação, que evolui continuamente em variadas direções a partir de um determinado grupo social ou de um momento. Como diz Foucault (2008), o enunciado é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles fazem sentido ou não, a depender das regras que se sucedem ou se justapõem e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação, seja oral ou escrita.

Brandão (2004, p.33-36) assegura que Foucault enumera quatro características constitutivas do enunciado. A primeira delas está relacionada ao referencial, ou seja, é aquilo que o enunciado enuncia. Segundo a autora, é a condição de possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos e relações que são designados pela frase. A segunda é a relação do enunciado com o seu sujeito: nela, Brandão afirma que Foucault se situa na vertente oposta a uma concepção idealista do sujeito, que vê a história como um discurso do contínuo, sem rupturas, pois o mesmo é interpretado como o fundador do pensamento e do objeto pensado. Diante disso, diz a autora, que Foucault lança uma nova visão da história como ruptura e descontinuidade, onde não há espaço para um projeto divino ou humano. Para ele, continua Brandão, o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante, das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso. A terceira característica está relacionada a um domínio, a um campo adjacente, relacionado a um conjunto de outros enunciados. E a quarta é a que surge como objeto e refere-se a sua condição material. Para assegurar a materialidade, Brandão diz que Foucault diferencia enunciado de enunciação, onde o primeiro está marcado pela singularidade e o segundo, pela repetição.

Gregolin (2006), parafraseando Foucault, ressalta que são necessários determinados princípios para analisar o discurso:

- **Um princípio de inversão:** em vez de enxergar a originalidade, a continuidade, é necessário observar o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso.

- **Princípio de descontinuidade:** os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas que se cruzam, se ignoram e se excluem.
- **Princípio da especificidade:** o discurso deve ser concebido como uma prática, pois é nela que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da regularidade.
- **Princípio da exterioridade:** passa as condições externas de possibilidade do discurso, a partir do próprio discurso, de sua regularidade,

Sob o olhar da teoria discursiva, os enunciados são unidades do discurso e são heterogêneos, uma vez que se caracterizam por vozes diferenciadas e/ou representadas por sujeitos em diferentes posições, uma vez que são constituídos nas práticas discursivas. Daí, acreditarmos que as análises abaixo apresentadas não se esgotam nelas mesmas, uma vez que “uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes”. (ORLANDI, 2007, p.27). Ou seja:

Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise, mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. Por isso o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do corpus, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes. (ORLANDI, 2007, p.64).

Com base no pensamento de Bakhtin (2006), que diz que a língua não é apenas um mero instrumento de comunicação, mas um sistema complexo que permite ao homem exteriorizar suas emoções, necessidades, seus pensamentos, tomamos como *corpus* principal para as análises que ora apresentamos, depoimentos, sob a forma de entrevistas semi-estruturadas, de cinco alunos dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior, três professores de Língua Inglesa da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE e de dois representantes da empresa VALEXPORT, uma das mais antigas associações de exportação de frutas e vinhos do Vale do São Francisco, a fim de que pudéssemos compreender as concepções desses sujeitos sobre a Língua Inglesa e seus efeitos de sentido no ensino-aprendizagem e na profissionalização.

4.1 - SUJEITO-ALUNO

As sequências analisadas foram extraídas dos depoimentos de cinco alunos, sendo dois ingressantes e três concluintes dos cursos de Secretariado Executivo e de Comércio Exterior da FACAPE. Para isso, foram feitas perguntas abertas aos entrevistados, para que respondessem por escrito sobre suas percepções em relação ao domínio da Língua Inglesa e o mercado de trabalho e como caracterizavam um bom professor e um bom aluno de inglês.

Baseados na concepção bakhtiniana da linguagem como processo dialógico da comunicação, acreditamos que os dizeres desses alunos estão marcados por diferentes vozes que os constituem e que somente é possível compreender a construção lingüística, tomando por referência os elementos associados à condição de produção, à sua formação social, momento sócio-histórico, bem como valores ideológicos.

A partir dessa base inicial, analisamos os efeitos de sentido produzidos por esses sujeitos sem pretender discutir as questões sobre a verdade, mas considerando o sujeito na e pela linguagem, uma vez que, segundo Orlandi (2002), sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia.

No tocante à importância do idioma para o exercício da profissão, os dizeres desses alunos apontam para o aprendizado da língua inglesa como uma necessidade profissional, haja vista as qualificações exigidas, marcadas dentro de uma verdade de mercado globalizado e competitivo, implicando, pois, num reconhecimento da presença da ideologia na língua. Concebem, portanto, que:

Para o profissional de Comércio Exterior, o idioma é de grande importância.
(Aluno A)

O inglês é um idioma que influencia no desenvolvimento e no aprimoramento profissional de todo e qualquer profissional, principalmente de uma secretária executiva. (Aluno B)

O domínio de outro idioma para o profissional de secretariado executivo ou para o profissional de comércio exterior é de fundamental importância para o sucesso profissional do mesmo. (Aluno C)

O inglês, a língua considerada “universal”, tem grande importância para ser praticada na vida profissional. (Aluno D)

Vimos que o mercado de trabalho exige o domínio do inglês, principalmente em minha área (Comex). (Aluno E)

O domínio da língua inglesa, sob tais óticas, acaba por definir ideologicamente as posições dos sujeitos nas cadeias discursivas, nas quais os discursos veiculam o saber como gerador de poder. Esses dizeres são entendidos como algo que caracteriza a relação que Foucault denomina de “*saber-poder*”, por considerar o discurso como o ponto de articulação entre ambos. Como diz Veiga-Neto (2005, p.141), ao estudar articulações entre poder e saber, Foucault descobriu que os saberes se engendram e se organizam para “atender” a uma vontade de poder. Em seu livro *Vigiar e Punir*, Foucault diz que temos de admitir que:

[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2007a, p.270)

Nesse sentido, o domínio do idioma representa posições mais privilegiadas no mercado de trabalho, gerando efeitos de sentidos produzidos pelas práticas discursivas. Práticas essas que perpassam pelas academias institucionais construindo um sistema de significados, os quais capturam o pensamento e a reflexão sobre a realidade profissional de quem tem o domínio da Língua Inglesa tem maior poder para a empregabilidade. Para Foucault (2008), as práticas discursivas funcionam como um processo que produz transformações constantes, de forma que um discurso, decorrente de uma dada formação discursiva, é constituído a partir de regras de aparecimento de suas condições de apropriação e utilização. Entendem, assim, que:

O profissional que tem essa ferramenta a seu favor tem mais oportunidades de emprego. (Aluno C)

Em virtude das exigências do trabalho, o idioma é mister no nosso dia a dia, considerando ser fator preponderante para a avaliação de perfil profissional. (Aluno D)

Os discursos desses sujeitos revelam o domínio de idioma como elemento transformador, pois está posicionado dentro de uma concepção de que um profissional

qualificado tem “garantia de estabilidade empregatícia, de sucesso profissional, de completude”, assumindo um caráter cada vez mais informacional e significativas mudanças sobre o perfil do emprego e provocando, também, modificações nas relações, forma e conteúdo do trabalho. De acordo com Lastres e Albagli (1999, p.9):

Poder que não mais se restringe ao domínio dos meios materiais e dos aparatos políticos e institucionais, mas que, cada vez mais, define-se a partir do controle sobre o imaterial e o intangível — seja das informações e conhecimentos, seja das ideias, dos gostos e dos desejos de indivíduos e coletivos.

Por outro lado, o não domínio do idioma os colocam em uma posição de incompletude. Segundo Orlandi (2007, p.52), “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constitui-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta também é lugar do possível”.

Nesse sentido, ao dizer que “é excluído do processo e do mercado de trabalho”, as marcas discursivas revelam um sujeito que, no momento em que não atesta o domínio do idioma, se vê fora desse mercado e, portanto, distanciado de ocupar um lugar institucionalizado pelas exigências do mercado globalizado. No segundo momento, a conjunção “mas” formula uma verdade de habilidades exigidas que reforça o sentido dessa exclusão, constituindo um assujeitamento do sujeito com as demandas do mercado. Pêcheux (1993) diz que o assujeitamento, também chamado de interpelação do sujeito, efetua-se pela identificação do sujeito à formação discursiva que o domina; essa identificação fundadora da unidade imaginária do sujeito repousa sobre o fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, estão reinscritos no discurso do próprio sujeito. Pêcheux diz, ainda, que todo indivíduo social só pode ser agente de uma prática caso se revista de uma forma-sujeito. A forma-sujeito é entendida como uma forma de existência do sujeito histórico da Formação Discursiva, afetado pela ideologia. Em outros termos, o assujeitamento do sujeito está relacionado ao espaço ocupado em um determinado grupo ou formação social sem que o mesmo tenha consciência disso.

Nas palavras dos informantes:

O profissional que não tem nenhum domínio do idioma é excluído do processo e mercado de trabalho. (Aluno D)

Inclusive surgiu vaga para atuar no comércio exterior mas na época não havia profissional com os pré-requisitos exigidos, ou seja, domínio do idioma inglês. (Aluno E)

Em relação às exigências do mercado de trabalho, os sujeitos-alunos revelam um discurso advindo do processo de globalização, visto que, por meio dos estudos de Pêcheux, sabemos que um discurso nasce a partir de outro discurso. Para falar do assunto, Santos, M. (2008, p.18 a 21) aponta uma dicotomia sobre o processo de globalização e revela três formas de visualização da mesma, onde diz que devemos considerar a existência de, pelo menos, três mundos em um:

- 1) O mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula – revela um mercado avassalador dito global, apresentado como capaz de homogeneizar. Há uma busca de uniformidade ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.
- 2) O mundo como é: a globalização como perversidade – desemprego crescente, aumento da pobreza, classes médias perdem em qualidade de vida, salário médio tende a baixar, a educação de qualidade é cada vez mais inacessível, dentre outros. O autor diz que a perversidade sistêmica, que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade, tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos, que atualmente caracterizam as hegemônicas e que todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.
- 3) O mundo como pode ser: uma outra globalização – pensa-se na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, as convergências do momento e o conhecimento do planeta. No entanto, ressalta o autor, essas mesmas bases podem servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos e que tais novas condições tanto se dão tanto no plano empírico quanto no plano teórico. a) No plano empírico, o reconhecimento de certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história como: a mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes, os progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do

racionalismo europeu. Um outro dado seria a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permitiria ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. b) No plano teórico, seria a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, de um novo grande relato, onde a universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo que um mundo datado como o nosso, a explicação de acontecer possa ser feita a partir de categorias de uma história concreta e que permita conhecer as possibilidades existentes, e escrever uma nova história.

Nesse contexto, verificamos que esses dizeres apontam um mundo tal como nos fazem crer, onde a globalização se apresenta como meio de homogeneização, legitimada e regulada pelas regras do mercado profissional, as quais, normalmente, são acompanhadas de conflitos e de ideologias. Acreditamos, também, que o domínio de um outro idioma enquadra-se nesse sistema de regulação, visto que é apontado como “necessidade de comunicação para como os outros países”, o que gera uma representação identitária do próprio e do alheio cultural.

As discursividades sobre a globalização e o conhecimento de outros idiomas são práticas que governam o sujeito em uma nova ordem do discurso e em regimes de verdade (Foucault, 2007), uma vez que implicam na constituição de suas identidades, num sujeito transformado adequação às mudanças que esse “mundo globalizado” exige no meio acadêmico.

Conforme revelam os dizeres dos enunciadores:

Com o mundo globalizado o mercado praticamente se torna um só, havendo uma necessidade de comunicação para com outros países, sendo assim, o Inglês, uma língua ou idioma praticamente falado em quase todos os países, se torna essencial para a inclusão do profissional da área de Comex. (Aluno A)

[...] as exigências do mercado globalizado, requer cada vez mais um profissional capacitado, com habilidade para falar e escrever um idioma fluente. (Aluno B)

No tocante ao processo ensino-aprendizagem, os sujeitos expõem, em seus dizeres, uma não satisfação na forma como a Instituição de ensino aplica a disciplina de Língua

Inglês no programa curricular dos referidos cursos. Revela, também, um sujeito preocupado com o fator tempo de duração das disciplinas de idioma, visto que, nos projetos pedagógicos, são oferecidos três semestres de aula no curso de Comércio Exterior e quatro no curso de Secretariado Executivo, ambos com sessenta horas aula em cada semestre, fato que gera, para tais sujeitos, uma falta e os afastam de uma condição de construção de um saber. Tais discursos nos remetem ao que Orlandi denomina de incompletude. Segundo a autora (2007, p. 52), “essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta também é lugar do possível”. Vejamos:

A faculdade nos oferece noções do inglês instrumental para a secretária executiva, o que não nos prepara para o mercado de trabalho. (Aluno C)

Na minha opinião, sugiro que a faculdade possa dar um apoio maior a esses alunos, pois esses levam o nome da instituição, o que pode ser bom ou ruim para a mesma. (Aluno E)

Penso que na grade curricular da FACAPE o ensino da língua inglesa deveria ser ministrado em todos os períodos. (Aluno D)

Partindo do ponto de vista discursivo, o sujeito é entendido não somente pelo seu papel social, mas também pela sua inscrição nas Formações Discursivas as quais apresentam, em seu interior, a presença de outros discursos que, na Análise do Discurso, denomina-se interdiscurso. Para Gregolin (2001),

[...] a tarefa da AD deve ser a análise lingüístico-discursiva do enunciado em referência a um corpo interdiscursivo de traços sócio-históricos, tendo em conta que a incidência dos efeitos interdiscursivos apresenta a evidência de grandes variações, ligadas às modalidades da presença do *discurso outro* como o discurso de um outro e/ou o discurso do Outro. (GREGOLIN, 2001, p. 25)

Portanto, é necessário levar em conta que é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais Formações Discursivas. São por meio das Formações Discursivas que se pode reconhecer, nos textos, o cruzamento de vários discursos e, ao mesmo tempo, a dominância de um discurso.

Na sequência abaixo, foi questionada a percepção que os discentes tinham sobre o que é ser um bom professor de Língua Inglesa. Nesses fragmentos, podemos notar a presença de discursos atravessados por outros discursos, uma vez que vislumbram possíveis caminhos para um ensino de qualidade, que não beire a repetição, a falta, mas que promova a construção de conhecimentos, a não passividade dos mesmos em sala de aula. Tais relatos retomam um *não dito* quanto ao padrão discursivo tradicional da metodologia do professor em sala de aula.

Retomando o pensamento da aprendizagem de uma língua estrangeira pelo viés da história e da memória, podemos dizer que a aprendizagem instrumentaliza, ao menos teoricamente, o sujeito a se posicionar dentro de uma história e de uma cultura do outro. Nesse processo, o portador da memória, no caso o professor, influencia saberes e domínios de técnicas capazes de produzir uma verdade ou revelação, influencia na imposição de normas, reconhece desejos e subjetividades uma vez que a memória opera com liberdade selecionando acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns e seu registro discursivo permite a compreensão do encontro e do arranjo de múltiplas formas de sociabilidade e de produção, remete a marcos e situações privilegiadas que se recusam a morrer ou a serem esquecidas, que insistem em produzir e atribuir sentidos e na medida em que os sentidos se constituem, por meio da materialização nas formas lingüísticas, o caráter discursivo da Língua Inglesa é determinado historicamente. Dessa forma, a Análise de Discurso monta e revela a visão de mundo dos sujeitos inscritos na história, dentro de uma discursividade.

É possível evidenciarmos, também, nesses dizeres, a presença de elementos que retomam um já dito, que constroem sentidos de que o professor se legitima pela sua completude no saber, como alguém que poderia garantir uma aprendizagem efetiva no contexto escolar. Aponta, ainda, para a configuração de alguém que poderia, dependendo de sua atuação, transformar a aprendizagem da língua inglesa. São eles:

Um bom professor (a) de Inglês, em primeiro momento, deve conhecer seus alunos, para que possa desenvolver com dinâmica e domínio todo o seu plano de aula a ser desenvolvido. (Aluno A)

O bom professor é aquele que transmite tudo que ao longo do tempo estudou para que informasse o que lhe foi ensinado. (Aluno B)

Ser um bom professor é, em primeiro lugar, ter uma metodologia de ensino que deixe os seus alunos participantes nas aulas. (Aluno C)

Uma pessoa capaz de ensinar sua disciplina com clareza, de forma que os alunos obtenham um entendimento e sintam prazer em assistir e participar das aulas. (Aluno D)

Um bom professor de Inglês precisa ser dinâmico e criativo, para que a aula se torne interessante e atrativa através de jogos, leituras e conversação. (Aluno E)

Percorrendo o caminho da Análise do Discurso, podemos afirmar que, o que importa são os dizeres do sujeito, o que enunciam, dizer que é determinado pelo lugar que ocupa no interior de uma formação ideológica. Sobre formações ideológicas, Fiorin (1990, p.33) diz que “deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo”. Partindo desse ponto de vista, constatamos que os dizeres abaixo revelam um discurso consciente da posição dos sujeitos-alunos, de autonomia para aprender, evidenciando mudanças e superações do processo de aprendizagem e de ensino visto que “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da "existência material" das ideologias”. (BRANDÃO, 2004, p.46)

É possível, observarmos, ainda, um dizer que aponta uma verdade e um já dito no discurso educacional do aluno ideal, onde o aprender não depende apenas do professor, mas de uma interação entre ambos e de um aprofundamento fora da sala de aula. Nessa linha de pensamento, Almeida Filho(2007, p.15) relata que “está superada a visão do professor como emissor e do aluno como receptor numa relação opressiva de cima para baixo”.

Os excertos abaixo descrevem esses discursos.

Um bom aluno(a) deve ter: Concentração, Disposição, Pontualidade, Curiosidade. (Aluno A)

O bom aluno de inglês é aquele que não fica apenas esperando pelos ensinamentos do professor em sala de aula, mas sim aquele que vai além do que vê na sala de aula. Fazendo, assim, uma ligação entre aluno e professor por uma melhoria educacional. (Aluno B)

Um bom aluno participa da aula e se interessa pela didática do professor, participa junto com o professor das atividades para que a aula não se torne monótona e apenas teórica. (Aluno E)

Um enunciador aponta, ainda, a aprendizagem como uma necessidade curricular e particular, o que retoma o discurso do mercado globalizado e competitivo bem como das qualificações exigidas. Seu dizer sinaliza, também, o aprendizado da língua inglesa como uma verdade que garante o sucesso profissional numa possível utilização do idioma em tempos futuros. Corroborando com esse dizer, Almeida Filho (2007) diz que a aprendizagem de uma língua estrangeira constrói o seu aprendiz e em algum momento futuro não vai apenas ser falada com propósitos autênticos pelo aluno, mas vai revelar índices de sua subjetividade e das significações específicas dessa língua-alvo. O enunciador diz que:

Ser um bom aluno é nada mais do que interesse próprio em adquirir todos os conhecimentos de outro idioma para enriquecer o seu currículo, pensando em seu futuro... sua vida profissional. (Aluno C)

Retomando o pensamento da incompletude de todo discurso, salientamos o “não dito” no depoimento do sujeito-aluno D no tocante à sua percepção sobre o que é ser um bom aluno. E para compreendê-lo discursivamente o relacionamos ao silêncio, que, segundo Orlandi (2007, p. 83) é uma “outra forma de se trabalhar o não-dito”, uma vez que pode ser considerado um tipo de discurso que marca os sujeitos sociais produtores de sentidos. Diz a autora que esse pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido.

4.2 - SUJEITO-PROFESSOR

Três sujeitos-professores da FACAPE participaram da pesquisa, sendo que um é efetivo e dois são substitutos, apresentando os seguintes perfis: uma doutoranda e dois especialistas; todos têm vários anos de experiência em sala de aula, aprenderam o idioma em cursos livres e não possuem outra atividade profissional além de lecionar Língua Inglesa.

Não houve critério de seleção dos mesmos, uma vez que o número de professores de Língua Inglesa da instituição é restrito. Os docentes entrevistados conhecem a pesquisadora,

pois também faço parte do corpo funcional permanente da Instituição de ensino, fato que gerou certa facilidade de acesso aos colaboradores. Os depoimentos foram feitos por escrito, tendo sido preservadas as identidades dos colaboradores.

Para compor o *corpus* discursivo dessa análise, foram feitas três entrevistas semi-estruturadas e individuais, com questionamentos referentes à metodologia em sala de aula, recursos usados, procedimentos avaliativos, interação com os alunos e percepção teoria/prática e mercado de trabalho.

Iniciemos a análise, tomando como ponto inicial o questionamento sobre a metodologia usada pelos docentes em sala de aula. Segundo Almeida Filho (2007, p. 93), metodologia “é o conjunto de ideias que justificam o ensinar de uma certa maneira, isto é, um método”.

Percebemos, nos dizeres dos três professores, certa homogeneidade na descrição da metodologia utilizada. No entanto, dois deles substituem o termo **metodologia** pelo termo **abordagem**. Almeida Filho (2007) diz ainda que a abordagem é mais ampla e abstrata do que a metodologia por se endereçar não só ao método, mas também às outras três dimensões de materialidade de ensino que são: a do planejamento após a determinação dos objetivos, a dos materiais e a do controle do processo mediante avaliações.

Por outro lado, a modalização desse discurso mobiliza uma memória discursiva de que o termo abordagem comunicacional é defendida como referencial teórico para o ensino-aprendizagem de Língua Estrangeira uma vez que centraliza o ensino na comunicação. Essa abordagem, diz Almeida Filho (2007), mostra-se preocupada com o próprio aluno, enquanto sujeito e agente, no processo de formação através de uma nova língua e que tem menor ênfase no ensino e mais força no que o faz crescer como pessoa e cidadão. Nesse sentido, os sujeitos-professores constituem uma identidade profissional.

Na segunda sequência discursiva, verificamos, no dizer do enunciador, o atravessamento de outros discursos, vindos do discurso do *estrangeirismo* para exemplificar sua metodologia de ensino, assumindo um sujeito sócio-historicamente constituído.

Percebemos, também, o discurso de sedução usado pelos três docentes, interpelando o sujeito-aluno por meio da ideologia, pelo uso das palavras “dinâmicas diversificadas”, “estímulo à curiosidade do aluno”, “cativo o aprendizado participativo”. Discursos esses, que

podem ser entendidos como uma *verdade*, que pode estimular a subjetividade do aluno em sua aprendizagem. Verdade essa que, na perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, não pode ser entendida como única, fixa e estável, mas como verdades que são constantemente construídas e postuladas para certos momentos, em dados lugares (FOUCAULT, 2008).

Assim, os professores revelam suas práticas de ensino:

Estudo orientado, leitura crítica dos termos geradores acompanhados de textos, aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupo utilizando dinâmicas diversificadas, construção de textos individuais e coletivos. (Professor A)

Depende do enfoque que se quer dar à aprendizagem do idioma:
Inglês Instrumental – avaliação da condição do aluno/nivelamento; estratégias de leitura; textos apropriados à área; estímulo à curiosidade do aluno; outras leituras de mundo (visual / auditiva / contextual). Inglês para comunicação - aplico as metodologias comunicativas (abordagem) seguindo todos os passos (*warm up, previous review, words in action, predicting, explanation, internalization, practice*, etc). (Professor B)

No contexto geral procuro abordar (trabalhar) os três fundamentos básicos da Língua, ou seja: o som, vocabulário e estrutura nas diferentes realidades profissionais. Inglês Instrumental para Turismo, Comex e Secretariado Executivo. O enfoque principal é abordar a língua no âmbito comunicacional empresarial capacitando assim o discente a ter subsídios necessários para a comunicação em seus locais de trabalho. Cativo o aprendizado participativo onde os alunos estudam as teorias e as colocam em seguida em prática. (Professor C)

No que diz respeito aos recursos utilizados, o discurso sujeito-professor B revela, por meio da palavra “depende” uma certa *falta* no seu dizer, algo que se deseja e espera para alcançar a condição de completude, mas não se sabe como vai acontecer. É, precisamente, essa falta que vai acabar tornando-se o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente. Na Análise do Discurso, a falta ganha um estatuto teórico através da noção de real, que pode desdobrar-se em real da língua, real do sujeito, real da história e real do discurso. Assim, para a Análise de Discurso:

- a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 2007, p.19-20)

Observemos, então, a sequência discursiva do sujeito-professor:

Depende do que a instituição onde leciono oferece. A coerência de local adequado e maquinário/recursos faz-me utilizar material próprio, implicando num custo altíssimo. (Professor B)

Ainda no que se refere aos recursos utilizados, observamos enunciadores marcados por heterogeneidade de vozes nos seus dizeres. Fator esse que gera certo deslocamento nas diversidades dos recursos aplicados em sala, que vão dos livros até o uso de recursos marcados pelas mudanças provocadas pelo advento da globalização. Tais discursos o inserem no contexto de que o mundo globalizado é dominado pela evolução tecnológica e que é visto como uma necessidade imediata a fim de não se ficar preso a um passado.

Além de livros, utilizamos retroprojektor, vídeo, TV, projetor multimídia. (Professor A)

Quando usa-se o laboratório (vídeo de fácil compreensão). Data-show quando desejo mostrar algo ilustrativo. Som quando quero trabalhar música. (Professor C)

Um dos pontos mais debatidos no discurso pedagógico recai sobre a avaliação. Sacristán (2000) diz que a prática da avaliação é explicada pela forma como são realizadas as funções que a instituição escolar desempenha e, por isso, sua realização vem condicionada por numerosos aspectos e elementos pessoais, sociais e institucionais. O autor relata ainda que a complexidade da prática de avaliar exige a abordagem desse tema a partir de duas perspectivas que se inter-relacionam:

1. como uma função didática que os professores realizam, fundamentados numa forma de entender a educação, de acordo com os modos variados de enfocá-las, proposições e técnicas diversas para realizá-las;
2. de um ponto de vista crítico, onde o fato de realizar a avaliação e fazê-la de uma determinada forma, desencadeia concepções positivas e negativas no relacionamento professor/aluno.

A partir desse ponto de vista, podemos afirmar que a memória discursiva do processo de avaliação escolar vem se constituindo em uma dicotomia: de um lado como elemento

facilitador e valorizador; do outro, exercendo o papel do poder e de medição da produção do conhecimento. Nesse sentido, o sujeito-professor é constituído, aqui, como alguém que pode garantir uma aprendizagem efetiva e o processo avaliativo pode significar a sua posição, historicizando o discurso pedagógico a partir de suas perspectivas, produzindo seus sentidos. Pelo viés da Análise do Discurso, fatores que constituem os discursos como: concepções de interdiscurso, intradiscurso, subjetividade e formações ideológicas se imbricam no processo de ensino-aprendizagem. Entendendo, aqui, interdiscurso como referência à memória discursiva, à dimensão não linear do dizer, como o já-dito que está na base do dizível; intradiscurso como formulação do enunciador no fio do discurso, suas construções e representações de semelhanças e diferenças, em relação ao que já foi dito antes e ao que dirá depois, ou seja, o tecido do representável e que constitui a realidade para o sujeito; subjetividade como algo que incide tanto no interdiscurso como no intradiscurso, a partir do momento que o sujeito é constituído e formações ideológicas como um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma formação social, em um determinado momento.

Verificamos nos dizeres dos enunciadores abaixo, vozes de outros discursos, que representam os campos do conhecimento, que, por sua vez, também são de natureza discursiva. Desse modo, não são a realidade absoluta, mas pontos de vista dos sujeitos, onde o eixo organizador das representações da avaliação configura-se como a qualificação do aluno enquanto sujeito.

Na primeira e na terceira sequência discursiva, esses dizeres abrigam, também, o atravessamento de outros discursos, vindos do discurso do *estrangeirismo* para exemplificar um tipo de avaliação bem como as etapas percorridas pelo aluno nesse processo. Vejamos:

Participação do aluno em sala de aula, trabalhos em grupo e individual, testes escritos e pesquisas (project work), avaliação no processo. (Professor A)

Avalio os estudantes qualitativa e quantitativamente. Ofereço-lhes oportunidade de demonstrarem o crescimento e o amor à língua que estão estudando. Sem esse incentivo, nada vale a pena! (Professor B)

Gosto sempre de trabalhar com avaliações contínuas na qual posso por exemplo, aplicar uma avaliação valendo 5,0 e dois trabalhos (um valendo 2,0 e outro 3) assim os alunos têm oportunidade de aprender *step-by-step*. (Professor C)

A interação com os alunos foi o questionamento para esta sequência discursiva, visto que, ocupando posições diferentes no discurso pedagógico, professor e aluno são interpretantes.

O professor significa a sua posição regulado pelo contexto histórico e social de que é legitimado para ensinar; ao mesmo tempo, seus dizeres, como qualquer outra produção discursiva, é atravessado por vários outros dizeres, que circulam dentro e fora da sala de aula. Nessa perspectiva, Orlandi (2002, p. 249) afirma que:

As relações entre os homens são relações de sentidos, e a análise de discurso procura compreender como isso funciona produzindo efeitos de tal modo que, ao significar, os sujeitos se significam. O aluno, ou o professor, já têm sentidos pelo fato mesmo de, ao entrarem na Escola, esta se apresenta como um lugar de significação (de interpretação) em que os sentidos já estão postos e funcionando antes mesmo que *x* ou *y* entrem nela (posições-sujeito).

Partindo desse ponto de vista, tais trechos revelam um sujeito que se sente responsável pela subjetividade do aluno, centrada no indivíduo enquanto um ser social, o que implica em um efeito de sentido de que o professor é completo no que se refere à metodologia da sala de aula. Revela a crença de um sujeito consciente do processo de aprendizagem, das estratégias, do controle sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Consideramos necessidades básicas para a interação com os alunos: estímulo oferecido durante as aulas; método do trabalho e segurança com que as informações são passadas, além disso, olhar o aluno como um ser humano em desenvolvimento constante no campo social e cultural. As interações são importantes e precisam ser levadas em consideração. (Professor A)

Como já disse: gosto de fazer um ensino-aprendizagem participativo, motivando todos os alunos a se engajarem nesse processo junto com o professor. (Professor C)

Já na sequência discursiva abaixo, o sujeito-enunciador define o ato de ensinar língua inglesa no contexto escolar como algo que “causa alegria”; com isso, assume uma conduta de amante da profissão. Podemos observar, também, que é um sujeito que se aceita, satisfeito com a sua profissão, vê o seu trabalho como sua identidade.

Sou apaixonada pelo que faço! Ensinar línguas é a razão da minha vida! Realizo-me ao sentir que “conquistei” algum aprendiz para o “encantamento” que o domínio de qualquer idioma favorece [...] “Meus alunos”, acaso possa considerá-los assim, são meus parceiros quando está envolvida a realização, o cumprimento de objetivos que traçamos para cada etapa de aprendizagem.(Professor B)

Sobre a relação teoria e prática do idioma para o mercado de trabalho, temos enunciadores que revelam um discurso pedagógico de que a aprendizagem de um idioma estrangeiro pode gerar oportunidades no mercado de trabalho, discurso que se entrecruza com o do processo de globalização que diz que o mesmo tem provocado, no ser humano, uma emergência na aquisição de novos conhecimentos.

Por esse viés, podemos afirmar que o espaço FACAPE é caracterizado como um lugar constitutivo do saber onde professores e alunos se inter-relacionam a partir das propostas dos projetos pedagógicos que apontam que os bacharéis em Comércio Exterior e Secretariado Executivo deverão, dentre outros, adquirir conhecimentos gerais e específicos na área das ciências comerciais e humanas, com habilidades técnico-instrumentais e linguísticas que os possibilite a terem uma atuação mais abrangente e sólida nas diversas funções públicas e/ou privadas desempenhadas. Nessa relação dialógica, os sujeitos-professores enunciam que teoria e prática da língua inglesa não se limitam apenas à transmissão de signos e estruturas, mas uma relação interacional com o mercado de trabalho, efeitos de uma ideologia do professor quanto ao resultado do seu trabalho em sala de aula. No ponto de vista de Orlandi (2007, p.46), “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. Os seguintes segmentos delineiam os dizeres desses professores:

É de suma importância o embricamento entre a teoria e a prática na aquisição do conhecimento técnico e científico para que o aprendiz possa enfrentar o mercado de trabalho com segurança e competência linguística. (Professor A)

A teoria é aquilo que nós abordamos em tese em sala de aula. É a instrução formal. A prática é a consequência do aprendizado teórico no qual o aluno aplicará em prática e experimentos aquilo que ele aprendeu. (Professor C)

Por outro lado, na sequência discursiva abaixo, um outro enunciador revela um dizer marcado por uma dualidade entre sentimento e razão, por uma ausência, por um desejo

recalcado, por uma negação na relação teoria / prática, causas do suposto insucesso do ensino da língua inglesa no contexto escolar. Dizer que corrobora com o do aluno de uma não satisfação no tocante ao papel institucional da Faculdade em relação ao ensino-aprendizagem da língua estrangeira. Essas contradições vividas por esses enunciadores mostram uma relação que o sujeito mantém com as discursividades que o constituem, o que comprova a complexidade de sua subjetividade. Coracini (2003, p.154) diz que:

[...] se inscrever numa língua estrangeira significa, sempre e inevitavelmente, provocar confrontos, portadores de conflitos entre as formações discursivas fundamentais, melhor dizendo, entre os modos de significação introjetados no sujeito, próprio à primeira língua, impregnados, naturalmente, por maneiras próprias de pensar e ver o mundo (aspectos ideológicos), e as formações discursivas ou os modos de significação da segunda língua. É, pois, essa relação contraditória e da capacidade de cada um em articular as diferenças que decorre o grau de sucesso e o modo de acontecimento do processo de aquisição de uma segunda língua.

Podemos, ainda, dizer que a parte prática do ensino aprendizagem da Língua Inglesa nesses cursos é a que abafa a completude do desejo desse enunciatador, o que gera a distinção entre o real do discurso e o imaginário. Nas palavras de Orlandi (2007), o real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivos tanto do sujeito como do sentido. Já o imaginário está no nível da completude, da coerência, da não contradição.

Nesse sentido, temos, como o imaginário, a proposta pedagógica e os objetivos a serem alcançados nas disciplinas dos cursos relativos à contemplação dos ementários das disciplinas já mencionados no capítulo anterior onde aponta uma plena aquisição dos conhecimentos lingüísticos. Entretanto, no real do discurso, o idioma é apresentado de forma segmentada, onde o aluno não tem meios de encaixar estes fragmentos em seu dia a dia.

Essa é a realidade mais triste da profissão. Alunos que devem ter certa proficiência nos idiomas requisitados em suas grades curriculares, saem do curso com um conhecimento exíguo dos mesmos. Há cursos em que o contato dos alunos com idioma chega a 2 anos (4 semestres) e ele sai dos mesmos com um parco conhecimento das línguas envolvidas. (Professor B)

Caminhando por esse mesmo fio condutor da relação teoria e prática do idioma, podemos dizer que as transformações sócio-histórico-culturais, por que a sociedade atual tem

passado têm demandado dos indivíduos uma constante busca pelo conhecimento, e, num cenário competitivo do mercado de trabalho, o domínio de uma língua estrangeira não confere apenas o propósito de instrumento de comunicação, mas de interação instrucional e possibilidade de identidade trabalhista. Conforme aponta Meihy (2005, p. 82), todos estamos submetidos a uma multiplicação de polos possivelmente identitários, que, por sua vez, sofrem alterações, dadas as influências das variações da cultura e as situações a que se submetem as pessoas.

No momento em que esses sujeitos se inserem na discursividade da língua estrangeira, entram em confronto com a sua própria discursividade, fazendo deslocamentos consideráveis, em suas filiações sócio-históricas de identificação, o que comprova, mais uma vez, a complexidade de suas subjetividades.

O seguinte segmento revela a prática de uma *verdade* que mostra algo que demanda condições especiais não presentes na instituição de ensino, a do pleno domínio do idioma no período referente às aulas na graduação. Esse dizer coloca alunos e professores numa posição de imobilidade em relação ao ensino de língua inglesa. Nega-se o potencial das escolas para ensinar o idioma e idealiza-se os cursos livres como o lugar privilegiado para a aquisição do mesmo. A busca por cursos livres representa, pelo viés desse dizer, uma forma de superação da desigualdade de oportunidades, certa aquisição de competência para a disputa de acesso ao mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Nesse sentido, o sujeito-aluno torna-se um assujeitado dos efeitos desse interdiscurso de aquisição de uma segunda língua, pois o processo de aprendizagem na instituição universitária é lento e fragmentado.

Podemos observar, também, que o uso do termo “exige”, entre aspas, contribui para reforçar o sentido de que a língua inglesa é um instrumento essencial para operar nesse mercado de trabalho, do seu *poder* que vem da história e da memória. Logo em seguida, o enunciador usa também o termo “abandonado” também entre aspas para revelar situações de desigualdade (econômica, por exemplo), uma realidade excludente, que deixa grande parcela da população estudantil à margem do mercado de trabalho em virtude de uma outra *verdade*, que é a não qualificação profissional. Esse imbricamento, que anuncia e denuncia a heterogeneidade educacional, nos faz retomar o pensamento de Foucault em relação à educação (2007, p.44) onde diz que “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que esses trazem consigo”. Vejamos, então, esse dizer:

É notório que o aluno necessita desembolsar dinheiro para estudar idiomas em cursos especializados. Isso, quando dispõem desses recursos. Por onde tenho lecionado, é raríssimo encontrar algum aluno que detenha conhecimento prévio dos idiomas vivenciados. Tampouco saem com um domínio mínimo que o requisito merece. Considere-se, acima de tudo, que o mercado de trabalho “exige” profissionais com níveis de proficiência em línguas para atender às demandas sempre recorrentes.

O aluno sabe dessa necessidade premente, porém, sente-se “abandonado” e sem base para lutar por uma chance de concorrer, em nível de igualdade, com tantos profissionais mais bem preparados no requisito “domínio de idiomas”. (Professor B)

4.3 - SUJEITO-EMPRESA

O sujeito-empresa selecionado por esta pesquisadora foi a VALEEXPORT por se tratar de uma das mais antigas associações de exportação de frutas e vinhos no vale do São Francisco. Segundo informações coletadas em entrevista, seu objetivo principal é manter relacionamentos e firmar convênios com órgãos, entidades e empresas públicas ou privadas, no país e/ou no exterior, que exerçam atividades relacionadas com a produção, a preparação, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a exportação e a promoção de produtos hortigranjeiros no Brasil e no exterior, em todas as formas, inclusive através de participação em feiras e exposições. A empresa possui atualmente 30 colaboradores (termo usado pela pessoa entrevistada) entre funcionários efetivos, prestadores de serviços e estagiários.

Para o *corpus* discursivo desta análise, foi feita uma entrevista semiestruturada com a gerente administrativa, que trabalha na empresa há dezoito anos. Os questionamentos foram referentes a critérios usados para a contratação de um Secretário Executivo e/ou um bacharel em Comércio Exterior, a existência de diferenças salariais para quem domina um outro idioma, a percepção sobre a relação entre teoria e prática da Língua Inglesa de um Secretário Executivo e/ou um bacharel em Comércio Exterior com o mercado de trabalho e a concepção sobre o processo de globalização. Vale ressaltar que, em virtude de a entrevistada relatar que não se sentiu segura em responder o último questionamento, a mesma encaminhou para o superintendente, uma vez que o mesmo, segundo ela, tinha relação direta com o assunto por conduzir trabalhos realizados atualmente na área.

Relativo aos critérios usados para a contratação de um Secretário Executivo e/ou um bacharel em Comércio Exterior, vemos um discurso, que corrobora tanto com o do sujeito-aluno como com o do sujeito-professor no sentido da necessidade de conhecimentos não só nas mais diversas áreas, como também do conhecimento linguístico para a atuação no mercado de trabalho. Nesse fragmento, a língua inglesa é vista como uma qualificação básica do indivíduo, algo que contribui, sobremaneira, para a obtenção de um cargo nessa empresa. Um discurso que reflete ideias da memória discursiva da idealização da língua inglesa. Retomando esse pensamento, Paiva (1996, p.26) diz que “a língua inglesa circula entre nós como uma mercadoria de alta cotação no mercado”.

Ao usar a palavra “trunfo”, o enunciador revela uma comparação que retoma o discurso que advém dos jogos de cartas, onde o trunfo é uma carta superior às demais em determinados jogos e que é usado, muitas vezes, para vencer a partida. Por outro lado, perpassa, também, a ideia de re-significação em um momento decisório, podendo provocar deslocamentos na constituição do papel subjetivo da competência profissional. Para Coracini (2003 p.153), inscrever-se numa língua estrangeira é *re-significar* e *re-significar-se* nas condições de produção de uma outra língua, ou seja, é ser falado por ela. A autora diz, ainda, que essa inscrição será portadora de novas vozes, novos questionamentos, alterando a constituição da subjetividade, modificando o sujeito, sem gerar o apagamento da discursividade da língua materna que o constitui.

Esse dizer aponta que:

Além dos critérios básicos que identificam a postura e nível profissional, principalmente o domínio do idioma da língua inglesa que é também um critério básico na seleção. O domínio da língua se tornou um trunfo na empresa para os que o possuem, além do fator determinante no valor da mão-de-obra desse profissional.

Relativo à remuneração, verificamos que o discurso da diferença salarial, em virtude da proficiência na língua, é revelado pelo enunciador como uma recompensa. Esse dizer está sedimentado por uma verdade historicamente constituída sobre as exigências do mundo moderno, onde se supõe um efeito de assujeitamento do funcionário em sua carreira profissional uma vez que há diferenças salariais incorporadas diante do domínio de um outro idioma em seu currículo.

Por esse viés, torna-se claro que a competitividade se legitima não apenas pela experiência profissional, mas também pelo conhecimento lingüístico, discurso que se articula mais uma vez com o que Foucault chama de saber-poder. Foucault (2008, p.205) pontua que “o saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas”. Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que a dimensão polifônica do domínio da língua inglesa reflete na hierarquização de lugares sociais, bem como na forma de enunciação desse sujeito.

Sim, principalmente porque a colaboração do funcionário e a sua atuação se tornam mais abrangentes no exercício da sua função, por esse motivo se é aplicado uma diferença salarial significativa sobre o salário do profissional bilíngüe (preferencialmente língua inglesa).

Quanto à proporção, é aplicado por níveis. Na Diretoria, existe uma diferença para aqueles que falam fluentemente inglês para aqueles que não falam, cuja média é em torno de 45%.

No tocante à relação teoria e prática da Língua Inglesa de um Secretário Executivo e/ou de um bacharel em Comércio Exterior com o mercado de trabalho, esse sujeito-empresa percebe o idioma como fundamental para a comunicação empresarial, corroborando, mais uma vez, com as concepções dos alunos e dos professores em relação ao discurso da eficiência trabalhista.

Essa homogeneidade discursiva estabelece um elo entre esses três sujeitos (professor, aluno, empresa) no sentido de buscar preencher uma lacuna no atendimento aos propósitos educacionais e profissionais. Vale ressaltar aqui a importância do papel da instituição acadêmica na formação profissional do aluno e sua interação com o mercado de trabalho, uma vez que essas relações não são sempre bem sucedidas, pois demanda contatos, acompanhamento de necessidades vigentes, de atualização e compromisso. Para tanto, os professores de Língua Inglesa devem buscar cumprir as propostas dos perfis dos egressos nos projetos pedagógicos, que dizem que o “Secretário Executivo deverá ser preparado para desempenhar, com alto padrão de competência, as tarefas peculiares à profissão, contribuindo para maior produtividade nas organizações” e que o profissional do Comércio Exterior “deverá adquirir conhecimentos gerais e específicos na área das Ciências Comerciais e Humanas, buscando, na referência do conhecimento, o aprofundamento dos conteúdos das áreas correlatas, um leque de informações amplas que o possibilitem a ter uma

atuação mais abrangente e sólida nas diversas funções públicas e/ou privadas desempenhadas pelos Bacharéis”.

Na ótica do sujeito-empresa, o saber do funcionário perpassa, também, como um elemento disseminador e/ou transformador de imagem empresarial. Nesse contexto, convém ressaltar o *poder* do conhecimento linguístico ao acesso a diversos níveis de situações sociais e empresariais. Segundo Foucault (2008, p.205), “um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos que se ocupa em seu discurso”.

No dizer “*Se o fazemos de forma incorreta ou ineficaz, corremos o risco de estar deixando lacunas e passando uma imagem deficiente da nossa organização*”, podemos conferir uma visão implícita das práticas de gestão desenvolvidas pelas organizações empresariais referente à inclusão ou exclusão do indivíduo numa determinada esfera empresarial relativo ao conhecimento profissional acadêmico, bem como do aprimoramento da capacidade comunicativa, uma vez que, nas palavras de Orlandi (2007, p.82), “há sempre no dizer um não dizer necessário”.

Outro ponto que observamos foi a preocupação que esse sujeito revela com relação ao processo de comunicação com outras instituições, com a competitividade. Competitividade definida, aqui, como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado (HAGUENAUER, L.; FERRAZ, J. C.; KUPFER, D. S., 1996 p.196).

Assim, o sujeito-empresa enuncia:

Existe uma relação direta entre a teoria e prática. A comunicação eficaz depende de uma comunicação escrita e verbal construída com estruturas corretas. Exemplifico com o próprio português, nossa língua nativa. Quando nos comunicamos, estamos propagando uma imagem da empresa. Se o fazemos de forma incorreta ou ineficaz, corremos o risco de estar deixando lacunas e passando uma imagem deficiente da nossa organização. Afinal, a comunicação nos dá um alcance com associados, fornecedores, instituições brasileiras e estrangeiras, parceiros, embaixadas, etc.

Conforme foi citado anteriormente, essa sequência discursiva foi relatada por outro sujeito-empresa, a qual trata da concepção sobre o processo de globalização. Pensamos, aqui, em tentar compreender as transformações históricas no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigido. Santos, M. (2008) assegura que o modelo de construção histórica da

globalização tem de ser encarado a partir de dois processos. Um, por meio das condições materiais que nos cercam e que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações e o outro por meio da produção de novas relações entre países, classes e pessoas. Segundo o autor, um tem como base o dinheiro e outro se funda na informação. Assim:

O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados Nacionais. (SANTOS, M. 2008, p.66)

Nessa perspectiva, o processo de globalização recorrente é parte indissociável que molda o homem que procura compreender seu tempo, seu passado. Nesse contexto está inserida, também, a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de alargar o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam a atividade humana. Ambos os processos reclamam a questão da identidade, seja ela de minorias, seja do ponto de vista da nação. Daí o discurso de “memória” alcançar tamanho significado nos dias de hoje.

Para este sujeito, a representação da globalização é vista por esse sujeito como algo favorável, associada ao progresso e ao desenvolvimento empresarial. O efeito de sentido produzido pelo processo de globalização é o de que as empresas brasileiras mostram-se atraentes para o investidor estrangeiro, mas, ainda, com certas limitações financeiras e culturais.

A Globalização foi determinante à Democratização da informação, da tecnologia, e, sobretudo, ao aumento das relações internacionais num contexto que envolve a cultura, os costumes, as potencialidades de cada país ou região, e, principalmente, no que diz respeito às trocas internacionais. O Brasil, apesar de estar inserido nessa nova concepção de mundo globalizado já há algum tempo, ao nos reportarmos especificamente ao nosso comércio exterior, ainda possuímos um grande percurso a percorrer, principalmente, pela ausência de uma cultura exportadora mais agressiva e inclusiva, que beneficie principalmente as empresas de pequeno porte (grande geradora de emprego e renda), como também, mais investimentos na promoção de nossos produtos e abertura de novos mercados.

Diante do exposto, é importante ressaltar, inicialmente, que o nosso propósito, nessas análises não foi estabelecer relações entre objetos de áreas diferentes para ver qual deles seria mais verdadeiro, ou buscar verdades que certos saberes ocultariam ou revelariam; como também não foi o de pensarmos uma certa linha de continuidade entre diferentes saberes, nem o que haveria em comum entre saberes; tampouco o de buscarmos uma verdade sobre os sujeitos ou sobre os objetos que recortamos. E sim, buscarmos as condições que tornaram possíveis configurar um certo saber sobre determinado objeto, mediante procedimentos, que recortam e localizam o objeto pelo viés da Análise do Discurso. Como diz Fernandes (2007, p.11) na Análise do Discurso,

[...] não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como um sujeito empírico, ou seja, como alguém que tem uma existência individualizada no mundo. Importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes.

Essas diferentes vozes dos sujeitos mostram uma relação amplamente inconsciente que os mesmos mantêm com as discursividades que os constituem, o que comprova, mais uma vez, a complexidade de suas subjetividades e, no momento em que esses sujeitos se inserem na discursividade da língua estrangeira, entram em confronto com a sua própria discursividade, fazendo deslocamentos consideráveis, em suas filiações sócio-histórica-ideológica de identificação.

Ancorados nessas reflexões, acreditamos que os pressupostos teóricos bem como alguns aspectos colocados significam apenas uma pequena abordagem em meio a tantas mais, que poderiam ser elencadas como contribuições, que a Análise do Discurso nos oferece ao ensino-aprendizagem da Língua Inglesa. Em função disso, ao verificarmos a constituição dos sujeitos e dos sentidos nos dizeres analisados, gostaríamos de destacar o caráter de incompletude de nosso discurso, pois, segundo Orlandi (2007, p.27), “uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais”.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar e aprender uma língua estrangeira na atual conjuntura, longe de ser uma representação de status, caracteriza uma nova realidade social, uma vez que temos, de um lado, a fantástica globalização das atividades e do outro, os sujeitos se sentindo pressionados a aderir a essa nova ordem de discurso para não cair na discriminação, na exclusão. Como relata Foucault (2007, p.31), “uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é, nem mesmo, o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade”.

O objetivo dessa pesquisa foi investigar a importância do domínio da Língua Inglesa e seus reflexos na prática profissional, bem como averiguar até que ponto o domínio ou não do idioma tem influenciado na inclusão ou exclusão dos alunos dos cursos de Secretariado Executivo e Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE no mercado de trabalho, no que se refere ao processo de comunicação. Para tanto, recorreremos aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, numa perspectiva transdisciplinar de entender como os sujeitos e os sentidos de constituem em contextos de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, visto que a história, a ideologia e a subjetividade do sujeito traduzem-se como elementos fundamentais da linguagem humana. São valores assumidos pelo enunciador e materializados no discurso.

Juntamente com a AD, abordamos, dentre outros pontos, as transformações históricas no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigido, gerados por mudanças sócio-histórico-culturais e pelo processo de estruturação da sociedade; o papel da Língua Inglesa como instrumento de comunicação, interação e trabalho, mediante a exigência do domínio da Língua Inglesa; assim como as concepções dos alunos, professores e empresas sobre o ensino-aprendizagem do idioma, observando seus papéis na formação de profissionais.

As análises apreendidas revelaram que os alunos têm consciência da necessidade de saber um idioma estrangeiro. Em função disso, são influenciados por diversos fatores internos e externos, como o intelectual e o profissional. Passam, também, por um processo de transformação sócio-histórico-cultural onde o conhecimento não é apenas a acumulação de teorias vividas em sala de aula, mas o domínio pleno sobre tudo o que é abrangido pela tarefa que se encontra sob a responsabilidade direta do indivíduo no mercado de trabalho, onde a

maximização desses conhecimentos é aspecto importante a ser considerado para a perfeita harmonia e integração da funcionalidade do ensino-aprendizagem da Língua Inglesa, os quais são necessários para o desenvolvimento profissional e social.

As análises mostraram, ainda, que, ao se inserirem na discursividade da língua estrangeira, os sujeitos-alunos estão, na verdade, em confronto com a sua própria discursividade, visto que, fazem deslocamentos consideráveis em suas filiações sócio-históricas-ideológicas de identificação, o que caracteriza a complexidade da subjetividade de quem estuda outro idioma, uma vez que as contradições com outras formações discursivas puderam ser percebidas em seus discursos. O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos (ORLANDI, 2007, P.17).

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que esses sujeitos-alunos não estão preparados para encarar esse mercado de crescente necessidade linguística e que os mesmos têm de se preparar para o desafio da exigência desse mercado, que faz da Língua Inglesa o idioma preferencial na maioria dos negócios realizados, uma vez que essa interação depende de uma construção conjunta em um contexto sócio-histórico-cultural. Conforme Meksenas (1994), “a relação existente entre compreensão e ação no mundo é mediada pelo uso da linguagem. Assim, a linguagem pode ser considerada como um suporte para o desenvolvimento do conhecimento”.

Para tanto, temos de um lado a instituição de ensino, representada por sujeitos-professores preparados pedagogicamente, conhecedores dos projetos pedagógicos dos cursos aqui pesquisados, bem como dos ementários propostos das disciplinas, mas com dificuldades na aplicabilidade prática na sala de aula, lugar que representa e evidencia o trabalho de um professor. Segundo Almeida Filho (2007, p. 15),

Ensinar uma Língua Estrangeira implica [...] uma visão condensada e frequentemente contraditória (uma imagem composta) do homem, da linguagem, da formação do ser humano crescentemente humanizado, de ensinar e de aprender uma outra língua, visão essa emoldurada por afetividades específicas do professor com relação ao ensino, aos alunos, à língua-alvo, aos materiais, à profissão e à cultura.

Nesse sentido, dada a complexidade que envolve a inscrição tanto do sujeito-professor

quanto do sujeito-aluno no processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, não trabalhar no sentido de detectar qual é o ponto de bloqueio que impede uma relação de aprendizagem dessa língua, deixa uma lacuna, que as noções de “professor e de aluno de sucesso” não pode preencher e, como isso, correm o risco de não atingirem seus objetivos.

Por outro lado, embora o conhecimento linguístico seja, reconhecidamente, insuficiente, tanto nos dizeres dos sujeitos-professores como nos dos alunos, no decorrer do curso de graduação, visualizamos um Projeto Pedagógico institucional que homogeneiza os sentidos da perfeita profissionalização. A partir dessas perspectivas, podemos dizer que tais projetos mascaram a heterogeneidade do sujeito e do discurso e levam a homogeneizar, de forma ilusória, a sala de aula, os sentidos, a profissionalização, aprisionando o sujeito-aluno-profissional e mascarando a subjetividade dos mesmos, atuando diretamente na imagem de todos os envolvidos.

As análises revelaram, também, que os docentes vivenciam, na prática pedagógica, um certo contraponto ao projeto pedagógico proposto, visto que muitos aprendizes, mesmo com o aprimoramento de métodos, abordagens e técnicas, não conseguem estabelecer uma relação de identificação com a língua estrangeira, fato que leva a apresentar uma visão da realidade escolar brasileira, não apenas em relação à Língua Inglesa, mas acerca do sistema escolar. Sobre o assunto, Foucault (2007, p.44-45) faz um questionamento:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?

Partindo, ainda, do pensamento de Foucault, Meksenas (1994) diz que a organização escolar:

Visa, como na fábrica, à produtividade: obter notas, frequência mínima, diploma. A concepção de ensino que prevalece é do aprendizado individual, em que alunos competem entre si. Não há valorização do aprendizado como ato coletivo, com partilha do saber. A organização disciplinar fez o espaço escolar funcionar como uma máquina de ensinar e também de vigiar, hierarquizar, recompensar e, ao mesmo tempo, de controle e punição. A escola organizada sob esses parâmetros coincide historicamente com o acesso que as classes populares têm ao ensino formal. O fato de a própria burguesia incorporar no seu discurso a necessidade de as massas serem instruídas significa a percepção de que, para a burguesia, a escola deve disciplinar os trabalhadores, preparar consciência e corpo para que ao saírem

da escola sejam assalariados produtivos, capazes de incremento da mais-valia no processo de acumulação do capital. (MEKSENAS, 1994, p.80)

Coracini (2003) ressalta que, ao ensinar uma língua estrangeira, não se pode limitar a transmitir conhecimentos sobre a língua, é preciso, pois, reconhecer o ensino como uma força (trans)formadora de identidades concebidas em meio às constantes (re)negociações, diante de um novo contexto sócio-histórico-cultural provocado por uma crescente miscigenação de povos e culturas.

O processo de inscrição do sujeito aprendiz de uma língua estrangeira durante os cursos de graduação, deixa, a nosso ver, uma lacuna. Diante dessa necessidade de completude linguística e de multiculturalismo, verificamos a busca por cursos livres de idiomas, que prometem, através de diferentes métodos de ensino, a aprendizagem da língua estrangeira num espaço mínimo de tempo.

Ainda no tocante ao enfoque interacional do ensino da língua inglesa com a prática profissional, as análises demonstraram que fatores como o não domínio do idioma, o não conhecimento e não acompanhamento do processo de globalização, bem como a não conscientização da diversidade cultural contribuem para a exclusão, não total, mas parcial, dos sujeitos-alunos na prática profissional, principalmente nas empresas de exportação, visto que a necessidade comunicacional é apontada pelo sujeito-empresa como primordial. Essa lacuna exprime uma realidade profissional da não qualificação do indivíduo, geradas, a nosso ver, não somente pela instituição de ensino, mas por questões econômicas, sociais, culturais, motivacionais, que se opõem ao desenvolvimento e à constituição do saber-poder do sujeito profissional, uma vez que o aperfeiçoamento da aprendizagem modifica o pensar, transforma o sujeito.

À luz do nosso pensamento, essa heterogeneidade do discurso é fruto do processo de inscrição dos sujeitos aqui pesquisados. Implica a singularidade de cada um, o reconhecimento da presença da ideologia na língua, implica, também, uma posição menos privilegiada em relação a outro sujeito que tenha o conhecimento lingüístico, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem de outro idioma o posiciona dentro de uma história do outro, de uma cultura estrangeira. Coloca-o, ainda, em uma posição menos privilegiada pelo fato de não estar se comunicando em sua língua, onde, suas experiências, se constroem a

partir das experiências dos outros, e isso poderá provocar desejos recalcados, frustrações, contradições, polifonia. Sobre o assunto, Coracini (2003, p. 152) diz que:

[...] a própria homogeneização da "língua-padrão", tanto no ensino da língua materna como no ensino da língua estrangeira, produz como efeito o abafamento da heterogeneidade, das diferenças, promovendo uns ao lugar de centro e relegando outros às margens. [...] Daí se infere a dificuldade, ou melhor, a impossibilidade do controle total sobre a linguagem, sobre qualquer sujeito, inclusive sobre si mesmo.

Percebemos, ainda, que a faculdade não dispõe de um ambiente adequado nem de materiais didáticos suficientes para as aulas de idiomas que permitam melhorar a formação do profissional do aluno, o que ocasiona dispêndio financeiro para os professores e um ensino de forma fragmentada. Partindo desse ponto de vista, apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1999), apontarem que, grande parte das propostas de ensino de idiomas fornece uma abordagem comunicativa, as atividades trabalhadas em sala de aula, de modo geral, ainda exploram muito as estruturas gramaticais, deixando, às vezes, de lado as habilidades requeridas (ler, ouvir, falar e escrever).

Em função disso, sugerimos que os professores de idiomas envolvam mais os alunos desses cursos em atividades contextualizadas com suas profissões, a fim de que os mesmos se sintam contribuindo com o próprio processo de ensino-aprendizagem. Assim, poderão visualizar as aulas de Língua Inglesa como um momento de interação intelectual e humana, de dialogismo, de inclusão profissional, tornando o processo de ensino-aprendizado mais próximo, confiante e eficaz, visto que o processo de ensino-aprendizagem representa mais que uma marca cultural; refere-se, pois, a algo da ordem de uma inscrição de sujeitos e sentidos no discurso do ensino-aprendizagem da Língua Inglesa e da prática profissional, que estão além da aprendizagem.

Diante do exposto, esperamos que a nossa pesquisa possa contribuir para uma reflexão crítica sobre os problemas abordados, bem como sobre a relação saber-poder. Assim, a partir do momento que os sujeitos-alunos compreenderem melhor a dinâmica da sociedade em que vivem, poderão perceber-se como elementos ativos de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar mudanças estruturais que apontem para um modelo mais justo de sociedade e de empregabilidade uma vez que uma língua estrangeira é muito mais que um instrumento de comunicação, de garantia de um emprego melhor em um mercado de

trabalho cada vez mais competitivo, pois, mesmo que seja aprendida com um fim meramente utilitarista, ela traz consigo conseqüências para a constituição de sujeitos e sentidos,

Por fim, temos ciência de que os aspectos que foram colocados nessa pesquisa significam apenas uma pequena abordagem, em meio a tantas mais, que poderiam ser elencadas como contribuições que a Análise do Discurso oferece ao ensino-aprendizagem da Língua Inglesa, visto que a Análise do Discurso é uma prática indissociável da reflexão, onde o sentido não é totalmente controlado pelo sujeito, podendo escapar de maneira imprevisível para um lugar diferente, e esse terreno do novo pode ser propício para que a outras análises surjam, reestruturando seus postulados e se constitua um novo dizer, uma vez que, para analisar o discurso em suas condições, seus jogos e seus efeitos é preciso questionar a vontade de verdade, restituindo ao discurso seu caráter de acontecimento. Como diz Foucault (2008, p.171), analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.

REFERÊNCIAS

- AGRA, Mary Cristina de Menezes. Linguagem e Ideologia: Elementos constitutivos do sujeito social. In: LUCENA, Ivone Tavares de, OLIVEIRA, Maria Angélica de, BARBOSA, Rosemary Evaristo (orgs). **Análise do Discurso: Das movências de sentido às nuances do (re)dizer**. João Pessoa: Ideia, 2004. p.13-32.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Ontem e hoje no ensino de línguas no Brasil. In: **Caminho e Colheita: Ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Org, STEVENS, Cristina Maria Texeira & CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti, Brasília: UNB, 2003, p. 19-34.
- _____. **Linguística Aplicada: Ensino de Línguas e Comunicação**. Campinas, SP: Pontes Editores e ArteLíngua, 2 ed. 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos 19. Campinas: UNICAMP/IEL, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 ed., São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOLOGNINI, Carmen Zink. A língua estrangeira como refúgio. In: CORACINI, Maria José R. Faria (org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP: Chapecó; Argos Editora Universitária, 2003. p.187-195.
- BOSI, Ecléa (org.). **Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.
- BROWN, H. Douglas. **Teaching by principles: and interactive approach to language pedagogy**. 2. ed. San Francisco State University: Longman, 2000.
- CARVALHO, Antonio Pires de; GRISSON, Diller (orgs). **Manual do Secretariado Executivo**. São Paulo: D'Livros Editora, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (et al.) São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CORACINI, Maria José R. Faria. Língua estrangeira e língua materna uma questão de sujeito e identidade. In: _____ (org.). **Identidade e Discurso:** (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.p.139-159.

CRUZ, Décio Torres. **Ensino/aprendizagem de inglês instrumental na universidade.** Revista New Routes, n. 15, outubro, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise de Discurso:** reflexões introdutórias. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso:** uma relação de nunca acabar. 2 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p.13-22.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Elementos de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. (Coleção Leituras Filosóficas)

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 33 ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2007a

GADELHA, Sylvio. **Focault como intercessor.** Revista Educação-Especial: Foucault pensa a Educação. ISSN 1415.5486. Editora Segmento: março 2007. p.75-83

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (et all). **Análise do Discurso:** entornos do sentido. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

_____. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso:** diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Olhares oblíquos sobre o sentido do discurso. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. **Análise do Discurso:** as materialidades do sentido. 3 ed., São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p.5-16

HAGUENAUER, L.; FERRAZ, J. C.; KUPFER, D. S. Competição e Internacionalização na Indústria Brasileira. In: BAUMAN, Renato (org.). **O Brasil e a economia Global.** Rio de Janeiro: Elsevier: SOBEET, 1996.

JOVCHELOVICH, Sandra. Representações Sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva. In: **Cultura e Pesquisa**, caderno n. 2, Blumenau, setembro, 2001.

LACERDA, Marta Aurélia Dantas de; LACERDA, Rogério Dantas de. O Cluster da fruticultura no Polo Petrolina/Juazeiro. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Volume 4, Número 1. 1º Semestre 2004.

LACOSTE, Yves (org.). **A geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

LEFFA, Vilson Jose. O professor de línguas estrangeiras: do corpo mole ao corpo dócil. In: FREIRE, Maximina M.; ABRAHÃO, Maria Helena Vieira; BARCELOS, Ana Maria Ferreira. (Org.). **Linguística Aplicada e contemporaneidade**. São Paulo: ALAB/Pontes, 2005, p. 203-218. Disponível em <http://www.leffa.pro.br>. Acesso em 23 de abril de 2008.

_____. Língua estrangeira hegemônica e solidariedade internacional. In: KARWOSKI, Acir Mário; BONI, Valéria de Fátima Carvalho Vaz (Orgs.). **Tendências contemporâneas no ensino de inglês**. União da Vitória, PR: Kaygangue, 2006, p. 10-25. Disponível em <http://www.leffa.pro.br>. Acesso em 23 de abril de 2008.

LASTRES, Helena M. M; ALBAGLI, Sarita (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCENA, Ivone Tavares de. **Fiando as tramas do texto**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINET, André. **Elementos de Linguística Geral**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5 ed rev. e ampl.. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEKSENAS, Paulo. **Sociedade, Filosofia e Educação**. Edições Loyola. São Paulo: 1994.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino)

MOITA LOPES, Luiz Paulo. A nova ordem mundial, os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de inglês no Brasil: A base intelectual para uma ação política. In: BARBARA, Leila e RAMOS; Rosinda de Castro Guerra (orgs.) **Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2005. (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

OLIVEIRA, Luiz Silva de. **Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das Empresas no ambiente competitivo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Lingüístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 7 ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (org.). **Ensino da Língua Inglesa:** reflexões e experiências. Campinas, SP: Pontes; Minas Gerais: Departamento de Letras Anglo Germânicas. UFMG, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas, Pontes, 1993.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SACRISTÁN, J. Gimeno. A Avaliação no Ensino. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e Transformar o Ensino.** Tradução Hernán F. da Fonseca Rosa e Maria da Graça Souza Horn. Porto Alegre, Artmed Editora: 2000. p. 295-348.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 15 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Da didática à pedagogia: uma desventura brasileira de proporções pedagógicas, In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti. **Caminho e Colheita:** Ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil. Brasília: UNB, 2003.

STEINBERG, Martha. **Neologismos da Língua Inglesa.** São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Focault e a Educação.** 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamentos e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Sites Consultados:

<http://www.facape.br>. Acesso em julho de 2008.

<http://www.google.com.br/petrolina>. Acesso em julho de 2008.

<http://www.petrolina.pe.gov.br/acidade/?pag=conteudo&cat=4>. Acesso em julho de 2008.

<http://www.recifeguide.com/brasil/pe/brasil/pe/petrolina.html>. Acesso em julho de 2008.

ANEXOS

ANEXO 1 - PRINCIPAIS PARTES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO

A FACAPE, ao conceber mais um curso de graduação para a região, persegue o objetivo de atender às demandas apresentadas pelo pólo Petrolina/Juazeiro e de toda a sua área de influência, sempre atenta à necessidade social em curso. A região do Sub-médio São Francisco passa por amplas transformações sócio-econômicas, necessitando, crescentemente, da disponibilidade de profissionais especializados em diferentes áreas do conhecimento. Pólo exportador de frutas tropicais e de convergência de negócios, a região exige o concurso, também, dos profissionais habilitados em Secretariado Executivo.

A FACAPE consciente das características desse território, procura desenvolver um projeto político-pedagógico voltado à interpretação crítica desse cenário e inserção da vida acadêmica no processo de transformação social e econômica da região. Assume a concepção de sustentabilidade na perspectiva teórica que contempla as diferentes dimensões da vida e participa da economia local articulada às demandas da sociedade global. Nesse sentido, a interação escola-sociedade evidencia as carências profissionais locais justificando a oferta de cursos de terceiro grau que propiciem a articulação desses espaços de produção e contribuam para a evolução e crescimento das atividades econômicas de suporte tais como: saúde, educação, transporte, comércio, entre outras.

Decorre daí uma multiplicidade de organizações formais que vêm se instalando neste pólo, com fins lucrativos ou não, o qual passa a demandar uma necessidade de profissionais voltados para diferentes aspectos de gestão: pública, privada e social.

A finalidade do curso é ofertar ao mercado de trabalho profissionais com formação em Secretariado Executivo, vinculados estreitamente à rotina das organizações - públicas ou privadas - que possam exercer múltiplas atividades de apoio aos seus dirigentes, prestando-lhes assessoria e assistência na gestão de processos e pessoas, possibilitando a liberação destes e contribuindo para as atividades-fim de suas organizações de modo decisivo para a melhoria de resultados operacionais.

Com a implantação do novo estatuto da Autarquia, o Curso de Secretariado Executivo passou a ser vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Sociais da FACAPE. Outra mudança significativa ocorrida foi no processo de escolha do seu coordenador, sendo agora o mesmo eleito para um mandato de 4 anos pelo Colegiado do Curso, composto pelos seus pares e a representação discente.

A atual coordenadora é a Professora Relma Lúcia Passos de Castro Mudo.

2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

O curso objetiva formar profissionais que se enquadrem num perfil, cujas características básicas estão no domínio de conhecimentos gerais e específicos atinentes às áreas de Administração, Economia, Direito e Informática, dando-se ênfase à postura ética indispensável ao profissional.

2.1 Missão do Curso

Formar cidadãos profissionais bacharéis em Secretariado Executivo, providos de competência técnica e formação humanística para o atendimento às demandas sociais emergentes, notadamente da sustentabilidade regional.

3. CONDIÇÕES DE OFERTA

Regime de Oferta

- Modalidade: Presencial;
- Nº de vagas: 100 por semestre;
- Turnos de funcionamento: Tarde e Noite;
- Período Mínimo de integralização curricular: quatro anos
- Período Máximo de integralização curricular: oito anos
- Número de períodos: oito

Carga Horária

- Carga horária por disciplina: sessenta horas aula;
- Créditos por disciplina: quatro;

- Carga horária total: duas mil e setecentas horas;
- Carga horária das disciplinas obrigatórias: duas mil e quatrocentas horas;
- Estágio curricular ou monografia: trezentas horas.

4. CURRÍCULO PLENO

O perfil do curso foi estabelecido considerando-se as recomendações do Currículo de Referência proposto pela Comissão de Ensino da SBC (SBC 1996). A proposta curricular é composta dos seguintes tópicos:

- Denominação das disciplinas: obrigatórias e optativas
- Semestres com sua carga horária, créditos e pré-requisitos
- Ementas das disciplinas

5. INTERDISCIPLINARIDADE

Formas de Realização: Pretende-se com a interdisciplinaridade otimizar o relacionamento entre conhecimentos básicos e avançados, propiciando melhor aproveitamento do alunado em áreas afins do aprendizado continuado. A continuidade do conhecimento, portanto, deve ser assegurada pelo estabelecimento de pressupostos interdisciplinares na grade curricular do curso.

6. INTEGRAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Centro Universitário dispõe de um Laboratório de Práticas Profissionais, um Laboratório de Línguas, de três Laboratórios de Informática e de uma Sala de Vídeo-Conferência, os quais dão suporte à condução de múltiplas atividades do Curso de Secretariado Executivo, além de ampla rede integrada de acesso à Internet, com apoio em provedor próprio (www.facape.br), propiciando facilidade e rapidez nas atividades de pesquisa levadas a efeito por docentes e discentes do curso.

6.1 - Laboratório de Práticas Profissionais

Objetivo:

Proporcionar ao aluno condições viáveis de execução dos conteúdos planejados e abordados em sala de aula nas disciplinas de Cerimonial e etiqueta e Organização de Eventos.

6.2 - Laboratório de Línguas

Objetivos:

- Oportunizar a comunidade acadêmica o aperfeiçoamento de idiomas estrangeiras, bem como o aprimoramento da língua materna, incentivando a melhoria dos Cursos de Graduação desta Instituição;
- Oferecer Cursos de línguas Estrangeiras modernas para alunos interessados em ampliar seus conhecimentos lingüísticos;
- Oportunizar a prática do auto-aprendizado, norteado por uma pedagogia de projetos;
- Ministras aulas regularmente para turmas com até 25 alunos, utilizando os recursos multimídia disponíveis.

Recursos Disponíveis

- Computador com multimídia e transcoder;
- Vídeo;
- Aparelho de som;
- Projetor;
- TV à cabo;
- Livros de Língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola;
- Revistas especializadas.

Disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa.

6.3 - Laboratório de Informática

Destinado às aulas práticas de Informática Aplicada, Administração da Informação e outras disciplinas que necessitem utilizar a tecnologia de informação para complementar a formação dos alunos.

6.4 - CONSULTORIA JÚNIOR

A FACAPE, preocupada em oferecer ao seu alunado oportunidades mais amplas de exercício da prática profissional, criou a Consultoria Júnior, cujos objetivos são:

- Proporcionar a seus membros efetivos as condições necessárias à aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos às suas áreas de formação profissional;
- Promover a integração Universidade - Empresa, visando ao aprimoramento e à absorção dos futuros profissionais no mercado de trabalho;
- Realizar estudos, estabelecer diagnósticos e promover soluções que objetivem o fortalecimento e o desenvolvimento das unidades produtivas da economia;
- Contribuir incessantemente para a redução da taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas, assim como para o melhor funcionamento de todas as entidades do mercado, buscando o bem-estar econômico e social da região; e

Valorizar alunos, professores e a FACAPE no âmbito acadêmico, no mercado de trabalho e junto à sociedade

7. AVALIAÇÃO

7.1 - Avaliação do ensino

Os processos de avaliação do ensino são de responsabilidades dos Centros Acadêmicos e Colegiados de Cursos, que buscam dessa forma, interagir com alunos e professores com o objetivo de melhorar cada vez mais a formação profissional dentro da Academia.

Buscando a verificação contínua e sistemática do aproveitamento do alunado, o processo de avaliação está centrado na adequação das atividades programadas – e concretamente efetivadas – aos objetivos educacionais do curso, atendendo ao que se segue:

- Avaliação por disciplina e período letivo (semestral), avaliando-se o desempenho cognitivo do aluno.
- Verificação periódica, pela Coordenação do Curso, da adequação entre objetivos educacionais e as atividades acadêmicas desenvolvidas, com vistas a promover as correções e mudanças necessárias, inclusive no Projeto Pedagógico do Curso.

O objetivo da avaliação do ensino é parte do processo de busca da excelência no processo ensino-aprendizagem. É a forma proposta para auxiliar o corpo docente no diagnóstico das suas necessidades para atualizar o conteúdo e melhorar a metodologia adotada em suas disciplinas. É também a maneira de auxiliar o corpo discente na reflexão sobre os atributos dos seus professores. Finalmente, é a forma encontrada para difundir os princípios adotados pela Instituição no relacionamento professor-aluno, dentro e fora da sala de aula.

7.2 - Avaliação da Aprendizagem

Realização de provas, trabalhos, seminários e visitas técnicas de acordo com a pertinência de cada disciplina. A FACAPE conta ainda com a realização semestral do Exame Interno de Curso – EIC, onde são auferidos os conhecimentos das disciplinas cursadas no semestre anterior.

7.3 - Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional do curso está inserida no contexto da avaliação geral da instituição, seja através da Comissão Própria de Avaliação, que já iniciou os seus trabalhos, seja através da Comissão Externa, que ainda não divulgou a sua intenção de avaliar esta IES.

O Curso participará este ano do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes(ENADE), promovido pelo INEP/MEC.

A partir dos resultados iniciais da avaliação institucional e do ENADE, serão formados grupos de trabalho para discussão da atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo da AEVSF.

8. ESTÁGIO

Tratando-se de requisito legal para a consecução do grau de bacharel, o Estágio Supervisionado é atividade curricular que proporciona ao alunado o exercício da prática profissional. Para tanto, a FACAPE promove o acompanhamento pedagógico da atividade, validando o Estágio. Primordialmente, deverá ser realizado em empresas voltadas para atividades de Secretariado Executivo, tais como exportação, importação e prestação de serviços (aduanheiros, de transportes internacionais, de marketing global, de assistência jurídica).

Cabe ao Coordenador de Estágio, além de acompanhar o estágio, verificar as condições de trabalho ofertadas ao estagiário pela empresa que o concede, dela exigindo, ao final do estágio, atestado de sua conclusão. Tal avaliação segue o regulamento definido e aprovado pela Instituição e pelo Colegiado de Curso.

9. PESQUISA

Quanto às atividades de Pesquisa:

- Promover, junto ao corpo discente, atividades de estímulo e apoio à iniciação científica;
- Estimular o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do CSE;
- Identificar e analisar convênios para realização de pesquisas;
- Propor linhas de pesquisa e celebração de convênios de interesse do CSE;
- Promover seminários, encontros e reuniões de trabalho, periodicamente, para possibilitar o intercâmbio entre professores e pesquisadores de outras instituições;
- Organizar, com o apoio da Coordenação de Informática, arquivos de dados levantados para pesquisa de qualquer natureza, bem como dos agentes financiadores;
- Promover a divulgação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos corpos docente e discente;

10. EXTENSÃO

10.1 - Plano de extensão

Quanto às atividades de extensão:

- Promover e avaliar as atividades de extensão no âmbito do CSE;
- Propor diretrizes de extensão, bem como coordenar e compatibilizar suas atividades;
- Elaborar, com o Colegiado, programa de atividades de extensão;
- Propor a celebração de convênios de extensão de interesse do CSE;
- Promover e coordenar estágios extracurriculares e excursões culturais de interesse do CSE;
- Elaborar, promover e executar palestras, debates e projetos de extensão para as clientelas interna e externa da FACAPE;

- Elaborar programação semestral de seminários, conferências e palestras para docentes e discentes, sobre diferentes temas, nas áreas de interesse do CSE.

10.2 - Seminários Acadêmicos

Os Seminários surgiram com o objetivo de propiciar aos participantes acadêmicos e profissionais informações e troca de experiência que agreguem valores e atributos necessários ao desenvolvimento do perfil mais atualizado do profissional de Secretariado Executivo, diante dos novos desafios do mercado globalizado. Neste sentido, foram executados os seguintes seminários:

Seminário Acadêmico de Secretariado – SASEC nos anos 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 e 2005.

10.3 - Programas de Monitoria

No intuito de desenvolver no alunado o interesse pela carreira docente e pela pesquisa, a FACAPE implantou o Programa de Monitoria que concede ao aluno de graduação mais uma alternativa de aprendizagem via aperfeiçoamento do processo de formação profissional, embasado no aprofundamento teórico e no desenvolvimento de habilidades docentes.

O processo de seleção de alunos monitores é feito por Comissão de Professores, mediante a aplicação de testes e verificação de práticas de laboratório.

11. PERFIL DO CURSO

GRADUAÇÃO: Secretariado Executivo

TITULAÇÃO: Bacharel em Secretariado Executivo

REFERÊNCIAS LEGAIS: Aprovado pelo Parecer Nº 49/ 99 CEMS, de 12/ 05/ 99.

Reconhecido através do Ato Nº 2840, do Governador do Estado de Pernambuco, tendo em vista proposta do Secretário de Educação e Cultura, fundamentada no Parecer CEE/PE Nº 63/2003-CES, de 1 de julho de 2003, do Conselho Estadual de Educação, homologado pela Portaria SEDUC Nº 4220, de 24 de julho de 2003.

Publicado no Diário Oficial do Estado em 5 d agosto de 2003.

MODALIDADE: Presencial.

Nº. DE VAGAS: 50 por semestre.

TURNOS DE FUNCIONAMENTO: Noite.

CARGA HORÁRIA TOTAL – 2.700.

12. HABILIDADE E COMPETÊNCIAS

a. Habilidades

- Comunicação e expressão; raciocínio lógico, crítico e analítico.
- Visão sistêmica estratégica; criatividade e iniciativa.
- Negociação; tomada de decisão; liderança; trabalho em equipe.

b. Competências

Fazer uso eficiente e eficaz dos conhecimentos adquiridos na área de Secretariado Executivo; prestar serviços de consultoria e assessoria a empresas com atuação em Secretariado Executivo; elaborar planos, projetos, relatórios, pareceres e arbitragens sobre serviços e negócios pertinentes à área; desenvolver pesquisas sobre Secretariado Executivo que possam gerar dados consistentes para apoiar as empresas e seus dirigentes no processo de tomada de decisões; administrar sistemas de informações e marketing visando à otimização dos resultados organizacionais; acompanhar a evolução da legislação e do direito respeitantes à prática do Secretariado Executivo.

Agir como empreendedor, analisando as organizações de forma crítica para prever as mudanças necessárias, promovendo-as, em tempo hábil, em consonância com as exigências de mercado, cliente e produto; pensar estrategicamente; ter visão abrangente do meio cultural, social, político e econômico em que venha a inserir-se; atuar em equipes multidisciplinares.

Exibir postura consentânea com o ambiente mundial da atualidade, levando em conta a diversidade de situações que lhe são próprias e as constantes transformações por que passa; avaliar questões de impacto ambiental e social de serviços e processos atinentes à área de Secretariado Executivo.

Adotar compromisso com o aperfeiçoamento profissional contínuo pela prática da educação continuada.

13. PERFIL DO FORMANDO

O Secretário Executivo deverá ser preparado para desempenhar com alto padrão de competência as tarefas peculiares à profissão, contribuindo para maior produtividade nas organizações, devendo revelar as seguintes competências e habilidades:

- Exercício profissional com iniciativa, criatividade, maturidade, conhecimentos gerais sólidos e atualizados;
- Capacidade de articulação com diferentes níveis intra e interempresarias;
- Visão generalista da organização e das peculiares relações hierárquicas intersetoriais;
- Exercício de funções de assessoria a atividades gerenciais, com domínio sobre planejamento, organização, controle e direção;
- Utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico aplicado a fenômenos e situações organizacionais;
- Habilidade de lidar com modelos inovadores de gestão visando a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços;
- Controle e gerenciamento do fluxo de informações, assegurando uniformidade de referencial para diferentes usuários;
- Utilização eficaz de técnicas secretariais, com tecnologias adequadas, imprimindo segurança, credibilidade e fidelidade ao fluxo de informação.

14. IMPACTO SOCIAL PREVISTO PARA O CURSO

No dipolo Petrolina/Juazeiro, dada a dinamicidade da agricultura irrigada, principal atividade econômica da região do Sub-Médio São Francisco, observa-se convergência de investimentos crescentes que vêm resultando na instalação de empresas regionais, nacionais e internacionais. Em decorrência, verifica-se notável demanda por profissionais de áreas vinculadas a Gestão de Negócios, Comércio Exterior, Computação, Secretariado Executivo e Turismo, dentre outras. O impacto social do curso, na região, mede-se pela emergência desse novo profissional que dará grande contribuição à mudança de atitudes, procedimentos e culturas empresariais.

A formação do secretário Executivo na FACAPE visa oferecer ao mercado, profissionais capazes de intervenções que possam diminuir as distorções sociais, produzidas pelo desenvolvimento econômico descomprometido com avanços sociais. O “mundo acadêmico” Petrolinense tem dívidas sociais a serem sanadas, e o curso de Secretariado, pela especificidade do seu fazer, é potencialmente capaz de produzir desenvolvimento científico, cultural e social que garantam a conservação/preservação ambiental e valorização do humano.

15. ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Empresas Públicas e Privadas Nacionais;
- Empresas de Exportações;
- Assessorias;
- Cerimoniais e Organização de Eventos;
- Gerenciamento;
- Comunicação Executiva;
- Diferentes níveis e áreas administrativas das empresas;
- Entidades de Formação e Treinamento de Recursos Humanos para o mercado;
- Consultorias;
- Agências de Turismo e hotelaria;
- Serviços

16. ÁREAS DE CONHECIMENTO

1. Formação Básica
2. Núcleo de Gestão Empresarial
3. Núcleo de Técnica de Assessoria e Comunicação
4. Núcleo de Formação Complementar

17. QUADRO DE DISCIPLINAS POR ÁREA DO CONHECIMENTO

ÂMBITO DE FORMAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
1. NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA	Introdução a Secretariado	60	04
	Técnicas em Secretariado	60	04
	Língua Inglesa I	60	04
	Língua Inglesa II	60	04
	Língua Inglesa III	60	04
	Língua Inglesa IV	60	04
	Língua Espanhola I	60	04
	Língua Espanhola II	60	04
	Língua Espanhola III	60	04
	Língua Espanhola IV	60	04
	Economia	60	04
	Língua Portuguesa	60	04
	Redação Empresarial	60	04
	Sociologia nas Organizações	60	04
	Matemática Financeira	60	04
	Administração Geral	60	04
	Psicologia Aplicada a Secretariado	60	04
	TOTAL	1.020	68
2. NÚCLEO DE GESTÃO EMPRESARIAL	Marketing em Secretariado	60	04
	Processo Decisório	60	04
	Ética Geral e Profissional	60	04
	Qualidade nos Serviços em Secretariado	60	04
	Administração da Informação	60	04
	Técnicas Comerciais e Financeiras	60	04
	Relações Internacionais	60	04
	Administração de Projetos	60	04
	Contabilidade Aplicada a Secretariado	60	04
	Administração de Recursos Humanos	60	04

	TOTAL	600	40
3. NÚCLEO DE TÉCNICA DE ASSESSORIA E COMUNICAÇÃO	Comunicação Empresarial	60	04
	Organização de Eventos	60	04
	Arquivística	60	04
	Relações Públicas	60	04
	Informática Aplicada a Secretariado	60	04
	Comportamento Organizacional	60	04
	Estágio Supervisionado	300	-
	TOTAL	660	24
4. NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Terceiro Setor	60	04
	Geografia Econômica	60	04
	Metodologia da Pesquisa	60	04
	Cerimonial e Etiqueta	60	04
	Ciência Política	60	04
	Instituição de Direito Público e Privado	60	04
	Legislação Social e Direito do Trabalho	60	04
	TOTAL	420	28

Núcleo de Formação Básica (1.020 HORAS-AULA)

Este núcleo está voltado para a absorção de conteúdos cognitivos e essenciais, indispensáveis à melhor compreensão de disciplinas a serem ministradas posteriormente.

Núcleo de Gestão Empresarial (600 HORAS-AULA)

Formam este núcleo as disciplinas que vão assegurar o desenvolvimento de habilidades básicas inerentes ao exercício das atividades do profissional com formação em Secretariado Executivo, bem como atividades de gerenciamento, planejamento, liderança, assessoria e consultoria.

Núcleo de Técnicas de Assessoria e Comunicação (660 HORAS-AULA)

Privilegiando o aspecto prático da formação do Secretário Executivo, as disciplinas contidas neste núcleo proporcionarão aos alunos conteúdos cognitivos de suporte ao seu desenvolvimento profissional.

Núcleo de Formação Complementar (360 HORAS-AULA)

Compõem este núcleo as denominadas disciplinas de complementação curricular para a formação do Profissional de Secretariado Executivo.

18. EMENTÁRIOS DAS DISCIPLINAS

Língua Inglesa 1

Grammar: verbs, nouns, adjectives, articles, pronouns, prepositions, numbers, genitive case, plural, adverbs, conjunctions, functions; provide texts in accordance to the group interest; interpreting, explaining vocabulary; giving opinion.

Língua Inglesa 2

Leitura, interpretação e tradução de textos técnicos.

Língua Inglesa 3

Inglês técnico para a área de Secretariado; Estudo de estruturas básicas para habilitar o aluno à leitura e a elaboração de diversos tipos de cartas comerciais; Estudo de vocabulário específico para a área de Secretariado; Interpretação de textos técnicos de nível intermediário.

Língua Inglesa 4

Leitura, interpretação e traduções de textos técnicos para a área de Secretariado; Elaboraões de cartas comerciais relacionadas à diversas situações sociais; Estratégias para planejamento de viagens internacionais; Estudos de estruturas básicas para comunicações internas Estudo de estruturas para elaboração de relatórios.

ANEXO 2 - PRINCIPAIS PARTES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

INTRODUÇÃO

A realidade atual se caracteriza pela exigência de profissionais com uma visão multidirecional e de forma abrangente dos conhecimentos científicos de Comércio Exterior, para desafiarem as proposições dentro da área, pois a realidade requer sejam possuidores de valores fundamentais, responsáveis pela sustentabilidade das relações comerciais do homem em seu meio social, e, por conseqüência, nas relações internacionais do comércio; para isso, imprescindível se faz que, além de munido de uma competência específica deve o futuro Bacharel em Comércio Exterior responder aos anseios da sociedade de forma responsável.

A formação acadêmica desse profissional, para atender a tais exigências, deve oferecer fundamentação científica tanto das disciplinas específicas, quanto da legislação aduaneira, bem como da demanda/ oferta de mercados econômico-financeiros, além de profundo conhecimento das relações internacionais de comércio e suas transformações no mundo globalizado.

Para atender às transformações que ora se processam, o ensino deve estar voltado para novas aprendizagens. Cabe a essa Instituição a formação do ser na sua totalidade. É necessário que o espaço de direcionamento educativo/profissional signifique o seu fazer, adequando-se às novas realidades/necessidades sociais, marcadas por novas tecnologias.

A grande dinâmica das mudanças ocorridas nas sociedades de vários países sugere elaborar o projeto pedagógico de um curso para que ele constitua a caixa de ressonância dessas efetivas mudanças, através de um profissional versátil e com suficiente autonomia intelectual, capaz de se adequar aos imperativos emergentes nas múltiplas modalidades das transações comerciais no Brasil e no mundo. Vale salientar que se a sociedade se caracteriza cada vez mais pelo dinamismo de suas mudanças, as relações comerciais espelham também essa realidade, na medida em que emergem como um conhecimento novo, enfrentando as constantes modificações, nesse ramo de negócio, bem como o desafio de interpretar àquelas mudanças, com o intuito de apresentar-lhes soluções no desenvolvimento dos negócios.

2 – OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo Geral

Habilitar os Bacharéis em Comércio Exterior com uma visão multidirecional, aptos para atuarem no seu mercado de trabalho, nos negócios e no comércio globalizado, exercendo a cidadania e a profissão com eficiência e eficácia; tendo em vista a qualificação desses profissionais demandados por uma sociedade que se torna cada vez mais complexa.

2.2. Objetivos Específicos

- Proporcionar aos acadêmicos, conhecimentos gerais das Ciências Sociais e econômicas, de forma a desenvolver habilidades e competências demandadas pela profissão.
- Assegurar o envolvimento com as tecnologias modernas aplicadas ao processo ensino-aprendizagem no propósito de oferecer conhecimentos específicos na área do Comércio Exterior, articulando-os com as especificidades históricas, desse ramo de conhecimento, e proporcionando maior articulação entre a comunidade acadêmica e a apropriação do conhecimento científico;
- Desenvolver habilidades comerciais por meio de atividades inovadoras e práticas capazes de contribuir para a formação desse profissional;
- Integrar a comunidade acadêmica do Curso de Comércio Exterior com a comunidade civil, proporcionando aos estudantes o acesso às transações comerciais já existentes no Vale do São Francisco;
- Participar do processo de desenvolvimento local, regional e nacional com o propósito de sustentar o crescimento sócio-econômico, via atividades extracurriculares, orientadas e acompanhadas pelos docentes;
- Desenvolver conhecimentos sobre planejamento, gestão e execução de projetos relacionados às práticas do comércio exterior, como forma de sustentação da qualidade do curso e aceleração da prática profissional, a partir da práxis educativa na Instituição;

- Promover intercâmbio permanente com os agentes econômico – financeiros da sociedade, visando à inserção do alunado na realidade cultural, profissional que garantirão o seu melhor desempenho;
- Desenvolver discussões interdisciplinares privilegiando uma visão integradora dos vários ramos do Comércio Exterior, promovendo atividades pertinentes.

3. VOCAÇÃO

3.1. Concepção

A FACAPE assume o curso de graduação em Comércio Exterior no propósito de atender às demandas exigidas pelo pólo Petrolina/Juazeiro e de toda a sua área de influência. Essa região passa por amplas transformações sócio-econômicas, necessitando, crescentemente, da disponibilidade de profissionais especializados em diferentes áreas do conhecimento; podendo citar como exemplo o Pólo Exportador de Frutas Tropicais e da convergência de negócios; Essa realidade começa a exigir profissionais do Comércio Exterior, capazes de conhecer e atuar nesse novo panorama regional, apontando para soluções viáveis, contrastes mercadológicos para setores ainda estagnados, a despeito de inquestionáveis avanços em áreas, nas quais se inclui a Educação Superior. Considerando também que o pólo Petrolina - Juazeiro destaca-se, cada vez mais, por sua força de atração de novos empreendedores na difícil missão de cultivar produtos com características necessárias às exportações para países de primeiro mundo; além disso, demanda também por entidades de ensino de cunho universitário que se comprometa com o mercado internacional. E é em semelhante contexto que se insere o Curso de Comércio Exterior da FACAPE.

O sertão carece ainda de desenvolvimento científico, cultural e social capaz de gerar oportunidade de conservação e preservação ambiental, bem como de elementos valorizadores do humano e dos negócios, frente à intensa confluência sócio-geográfica e populacional, que requer formação de bacharéis competentes e capital específico capazes de otimizar as negociações existentes na região e assim fomentar o desenvolvimento interno/externo que atendam às necessidades de geração de emprego e renda, bem como a elevação dos níveis dos serviços já existentes. Os profissionais egressos do Curso de Comércio Exterior com certeza irão prestar serviços de qualidade, colaborando com os interesses regionais e criando oportunidades, com o objetivo de elevar e impulsionar todo um processo de crescimento financeiro e econômico do Vale do São Francisco.

3.2. Missão da FACAPE

Promover o ensino superior, buscando aperfeiçoá-lo continuamente, fomentar a pesquisa e extensão e com isso aproximar-se da comunidade. Apoiada na melhoria contínua das atividades de gestão, capacitar profissionais sintonizados com as demandas e exigências do desenvolvimento econômico e social da região, em um sentido amplo.

3.3. Missão do Curso

Formar profissionais do Comércio Exterior, provendo-os de base técnico- científica e dotando-os de conhecimentos, habilidades e competências específicas, além de sólida base social humanística, com vistas a fornecer-lhes as condições necessárias para o exercício competente da cidadania e da profissão, no contexto de um mundo globalizado e em rápidas transformações. Focados na sustentabilidade regional, conservação/preservação do ambiente e valorização do humano, dentro de uma perspectiva econômico – financeira.

É necessário, portanto buscar uma formação integral do estudante de Comércio Exterior que una a formação teórica e a prática do trabalho, para formar profissionais conscientes da realidade e capazes de transformá-la. Nesse contexto, torna-se imprescindível à edificação de um ambiente de trabalho estimulante, harmônico e criativo, propício à auto-avaliação e autocrítica, aberto à transformação permanente e à atualização dos enfoques e programas que respeitem e valorizem as diferenças e a livre iniciativa, com seriedade e respeito aos preceitos comerciais.

3.4. Competências e habilidades a serem construídas pelo aluno:

- Leituras específicas, compreensão e elaboração de textos e documentos relativos à área comercial, com a devida utilização das normas técnicas relativas ao comércio globalizado;
- Uso eficiente e eficaz dos conhecimentos adquiridos na área de Comércio Exterior; prestando serviços de consultoria e assessoria à empresas com atuação em Comércio Exterior; elaborando planos, projetos, relatórios, pareceres e arbitragens sobre serviços e negócios pertinentes à área; desenvolvendo pesquisa sobre Comércio Exterior que possam gerar dados consistentes para apoiar as empresas e seus dirigentes no processo de tomada de decisões; administrar sistemas de informações e marketing visando a

otimização dos resultados organizacionais, acompanhando a evolução da legislação e do direito respeitantes à prática do Comércio Exterior.

- Análise das organizações de forma crítica para prevê as mudanças necessárias, promovendo-as, em tempo hábil em consonância com as exigências de mercado do cliente e do produto; pensar estrategicamente, tendo uma visão abrangente do meio cultural, social, político e especialmente econômico em que venha a inserir-se, atuando em equipes multidisciplinares.
- Exibição de postura consentânea com o ambiente mundial da atualidade, levando em conta a diversidade de situações que lhe são próprias e as constantes transformações por que passa esse profissional; avaliar questões de impacto ambiental e social de serviços e processos atinentes à área de Comércio Exterior.
- Compromisso com o seu aperfeiçoamento profissional contínuo pela prática da educação continuada.
- Compreensão das políticas regionais e nacionais concernentes aos vários aspectos da sociedade comercial, sem esquecer de analisar e interpretar as diversas visões de mercado, inseridas no contexto sócio-econômico;
- Utilização de raciocínio lógico-comercial de comunicação e expressão bem como de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica, e analítica;
- Visão sistêmica e estratégica; criatividade e iniciativa nos negócios internacionais;
- Participação em projetos de pesquisa e extensão, com o intuito de valorizar a sua formação, voltando suas atividades acadêmicas fortalecendo contatos sistemáticos com a realidade do comércio internacional;
- Desenvolvimento de uma postura acadêmico-científica tendo em vista a formação do futuro profissional do Comércio Exterior, seu perfil profissional e forma de expressar-se em sociedade.
- Habilidade no manejo da informática e de outros recursos tecnológicos;
- Integração nas atividades interdisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais;
- Compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades comerciais;
- Conhecimentos específicos e adequados ao desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

3.5. Perfil do Egresso

O perfil profissional do egresso do Curso de Comércio Exterior espera-se, essencialmente que seja detentor de formação diversificada e sistêmica, comprometido com a educação contínua, com adaptação às mudanças comerciais e com o trabalho em equipe. A harmonia entre uma adequada postura ética e a eficiência profissional é o desafio posto à atividade do profissional do Comércio Exterior, em qualquer das áreas em que se desenvolva a sua ação.

Tem pela frente o compromisso e o desafio inerente a essa profissão que se fortalece com uma malha curricular que se propõe a garantir espaço aos estudos na área da exportação de produtos regionais, nacionais e internacionais. Por outro lado, constata-se no currículo, os conhecimentos de ordem técnica que asseguram a eficiência profissional em uma sociedade, cujas negociações são incessantes, fazendo surgir, a cada hora, novos desafios e novas ingerências na área em formação.

Este profissional deverá adquirir conhecimentos gerais e específicos na área das Ciências Comerciais e Humanas, buscando na referência do conhecimento o aprofundamento dos conteúdos das áreas correlatas, um leque de informações amplas que o possibilite a ter uma atuação mais abrangente e sólida nas diversas funções públicas e/ou privadas desempenhadas pelos Bacharéis.

Durante seu período de formação, o futuro profissional deverá adquirir consciência e hábito para adotá-los com a máxima eficiência. Que o egresso tenha, assim, mentalidade e formação empresarial, espírito empreendedor e possua sólidos conhecimentos; que ante a evidente redução do emprego público, esteja igualmente preparado para enfrentar o exigente setor privado ou conquistar o seu próprio espaço de trabalho como empresário, sócio ou agente das transações internacionais comerciais e que esteja muito bem informado para obter o máximo proveito das atribuições específicas e usar os diversos meios de comunicação, (rádio, televisão, jornais, etc) como ferramenta de desenvolvimento e progresso das relações internacionais responsáveis pelo avanço do comércio no mundo sem dispensar a capacidade inerente ao cidadão culturalmente preparado para conhecer seus direitos e obrigações enquanto ser humano e pessoa pública, integrante da sociedade comercial.

Ademais, a preocupação com esses novos conhecimentos não deve transformar o currículo em um amontoado de disciplinas, carentes de identidade própria. Ao contrário, é indispensável que o estudo das áreas específicas, inclusive as emergentes das novas demandas comerciais (Legislação Aduaneira, Teoria e Prática Cambial, Prática de Exportação,

Negociações Internacionais, Relações Internacionais, etc...), convivam com as grandes linhas teóricas que assegurem a unidade do conhecimento e sustentem as especializações efetivamente produtivas.

Em fim, a formação aqui proposta pretende preparar profissionais com um elenco de características indispensáveis ao fazer do Bacharel em Comércio Exterior do qual fazem parte: raciocínio lógico, capacidade de análise/síntese, espírito crítico, senso de observação, sensibilidade, comunicabilidade, iniciativa, dinamismo, criatividade, sociabilidade, liderança e responsabilidade.

3.6. Impacto social previsto para o curso

O Pólo de desenvolvimento sustentável da Região do Médio São Francisco impôs a criação do Curso de Comércio Exterior, evitando assim que muitos filhos da região se desloquem para outros centros do Brasil. A criação desse curso, na FACAPE ocorreu dentro da política geral da Instituição de estar em constante consonância com as aspirações da juventude e da população de Petrolina e adjacências. Com aproximadamente três anos de funcionamento, o curso vem funcionando como uma das maiores oportunidades de formação de competências na área de negócios, atraindo alunos tanto de Petrolina e Juazeiro como de cidades circunvizinhas, proporcionando, destarte, um desenvolvimento progressivo respaldado pela aceitação do curso na comunidade e a demanda dos empresários, por profissionais dessa área, representando assim, uma grande contribuição para uma nova postura do perfil desse novo profissional a serviço da região.

A repercussão da FACAPE estende-se hoje a vários segmentos da sociedade, possibilitando-lhes ascensão social, de grandes empresários e também de novos profissionais graduados, a exemplo de estudantes desta Instituição já procurados pelo mercado de trabalho dessa região. Em assim sendo, o curso de Comércio Exterior serve de instrumento da diminuição das distâncias comerciais e sociais, na medida em que promove a inclusão de setores diversificados da sociedade.

O impacto do curso de Comércio Exterior em Petrolina é relevante, pois em pouco tempo, já desponta como mais uma alternativa viável para o desenvolvimento da qualidade das exportações de produtos cultivados no Vale do Francisco para os mais variados países europeus, norte – americanos, canadenses e alguns países da Ásia; além de conscientizar as famílias sertanejas de que a certeza de permanecer com seus filhos na própria cidade se

ratifica pela qualidade dos cursos aqui oferecidos e pelo aproveitamento da mão de obra qualificada pela FACAPE.

A formação do Bacharel em Comércio Exterior tem a intenção de oferecer ao mercado exportador, profissionais capazes de intervenções que possam diminuir as distorções, produzidas pelo desenvolvimento desenfreado. Diante dessa realidade, buscou-se acompanhar os avanços econômicos da região e do país. O “mundo acadêmico” petrolinense tem a obrigação de sanar déficits culturais cabendo, portanto, a esse bacharelado, pela especificidade do seu fazer, potencializar e produzir conhecimento científico, cultural, social e profissional que garantam a conservação/preservação em nosso meio de um mercado vigoroso, atendendo qualitativamente a todas as espécies de demandas comerciais.

3.7. Áreas de Atuação

- Empresas importadoras e exportadoras;
- *Trading Companies*;
- Órgãos Públicos e Empresas Públicas e Privadas;
- Bancos;
- Câmaras de Comércio Exterior;
- Corporações Multinacionais;
- Instituições de ensino e pesquisa;
- Instituições Financeiras - atividades administrativas e gerenciais;
- Consultoria e assessoria – desenvolvimento de mercados e negócios internacionais;
- Logística interna e externa.

4. CONDIÇÕES DE OFERTA

4.1. Características gerais:

- Regime acadêmico: semestral;
- Regime de oferta: 50 vagas por semestre;
- Turnos de funcionamento: Vespertino;
- Duração mínima do curso: 4 anos;
- Duração máxima do curso: 7anos;
- Número de períodos: 8;

- Carga horária por disciplina: 60;
- Créditos por disciplina: 4;
- Carga horária: 2.400 horas;
- Estágio supervisionado: 300 horas;
- Carga horária curricular total: 2.700 horas.

4.2. ADEQUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA AO PERFIL DO EGRESSO DEFINIDO

4.2.1. Eixos articuladores

Este projeto do Curso de Comércio Exterior contempla a qualidade do ensino nas suas dimensões indissociáveis: formal ou técnica e política, cuja articulação curricular necessária à assimilação dos saberes, faz uma distinção entre o essencial e o acidental; o principal e o secundário; o fundamental e o acessório buscando concretizar, através dos seus eixos articuladores os propósitos que revelam as inter-relações entre a realidade nacional e internacional, no âmbito das organizações comerciais, utilizando tecnologias inovadoras que atendam aos campos interligados de formação do saber. Esses eixos aqui elucidados se denominam: 1) EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA; 2) EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL; 3) EIXO DE FORMAÇÃO TEÓRICO - PRÁTICA.

1) CONTEÚDOS DO EIXO DE FORMAÇÃO BASICA:

Foram eleitas para esse eixo as disciplinas que se relacionam com os estudos antropológicos, sociológicos, éticos - profissionais, políticos, comportamentais, além daqueles relacionados com as tecnologias da comunicação, são elas: Sociologia, Teoria Geral da Administração, Contabilidade Geral, Estatística, Metodologia do Trabalho Científico, Instituições do Direto Público e Privado, Introdução ao Comércio Exterior, Matemática, Português, Inglês e Língua Espanhola.

2) EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No Eixo de Formação Profissional a malha curricular está voltada para, focar os estudos específicos, tendo como parâmetro a formação do Profissional em Comércio Exterior, o perfil desejado para compreensão de questões científicas, técnicas, políticas, sociais e econômicas do comércio, da produção, e de seu gerenciamento, observando os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando maior flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas inerentes a esses profissionais.

As disciplinas que fazem parte desse eixo estão assim distribuídas; Microeconomia, Macroeconomia, Matemática Financeira, Direito Tributário, Economia Brasileira Contemporânea, Economia Internacional, Fundamentos de Marketing, Relações Internacionais, Legislação Aduaneira, Administração Financeira, Gestão de Marketing Internacional, Administração de Recursos Humanos, Direito do Comércio Internacional.

3) EIXO DE FORMAÇÃO TEÓRICO - PRÁTICA.

O objetivo desse eixo é a integração entre a teoria e a prática tendo em vista o desenvolvimento do aluno e sua capacidade de harmonizar as duas vertentes que são próprias do futuro bacharel. O destacado eixo prende-se às disciplinas de Teoria e Prática Cambial, Prática de Exportação, Negociações Internacionais, Prática de Importação, Agronegócios, Logística e Transportes, Cooperativismo, Mercado de Capitais, Empreendedorismo, Estratégia Empresarial e Pesquisa Mercadológica.

Assinale-se que igualmente no Estágio Supervisionado o estudante terá oportunidade de enriquecer o conhecimento mediante a aproximação da prática com a teoria.

4.3 EMENTÁRIOS DAS DISCIPLINAS

Língua Inglesa 1

Grammar: verbs, nouns, adjectives, articles, pronouns, prepositions, numbers, genitive case, plural, adverbs, conjunctions, functions; provide texts in accordance to the group interest; interpreting, explaining vocabulary; giving opinion.

Língua Inglesa 2

Leitura, interpretação e tradução de textos técnicos.

Língua Inglesa 3

Inglês técnico para a área de Secretariado; Estudo de estruturas básicas para habilitar o aluno à leitura e a elaboração de diversos tipos de cartas comerciais; Estudo de vocabulário específico para a área de Secretariado; Interpretação de textos técnicos de nível intermediário.

7.1 Matriz curricular

	Nº CÓDIGO	DISCIPLINAS	PRÉ-REQ.	CH	CR
1º	08.05.1.01	Introdução ao Comércio Exterior	-	60	4
	08.05.1.02	Matemática	-	60	4
	08.04.1.03	Português		60	4
	08.01.1.04	Teoria Geral da Administração	-	60	4
	08.04.1.05	Inglês I		60	4
		TOTAL	-	300	
2º	08.05.1.06	Microeconomia	-	60	4
	08.02.1.07	Contabilidade Geral	-	60	4
	08.05.1.08	Estatística I	-	60	4
	08.04.1.09	Inglês II	08.04.1.05	60	4
	08.04.1.10	Sociologia das Organizações	-	60	4
		TOTAL		300	
3º	08.05.1.11	Estatística II	08.05.1.08	60	4
	08.04.1.12	Inglês III	08.04.1.09	60	4
	08.04.1.13	Inst. de Dir. Público e Privado	-	60	4
	08.05.1.14	Macroeconomia	-	60	4
	08.04.1.15	Metodologia do Trabalho Científico	-	60	4
		TOTAL		300	

4º	08.04.1.16	Direito Tributário	08.04.1.13	60	4
	08.05.1.17	Economia Brasileira Contemporânea	-	60	4
	08.05.1.18	Economia Internacional	-	60	4
	08.01.1.19	Fundamentos de Marketing	-	60	4
	08.05.1.20	Matemática Financeira	-	60	4
		TOTAL		300	
5º	08.05.1.21	Administração Financeira I	08.05.1.20	60	4
	08.04.1.22	Relações Internacionais	-	60	4
	08.04.1.23	Legislação Aduaneira	08.04.1.13	60	4
	08.04.1.24	Língua Espanhola I	-	60	4
	08.05.1.25	Teoria e Prática Cambial	08.05.1.01	60	4
		TOTAL		300	
6º	08.05.1.26	Administração Financeira II	08.05.1.21	60	4
	08.04.1.27	Língua Espanhola II	08.04.1.24	60	4
	08.01.1.28	Gestão de Marketing Internacional	-	60	4
	08.04.1.29	Prática de Exportação	08.04.1.23	60	4
	08.04.1.30	Negociações Internacionais	-	60	4
		TOTAL		300	
7º	08.04.1.31	Prática de Importação	08.04.1.23	60	4
	08.04.1.32	Direito do Comércio Internacional	-	60	4
	08.01.1.33	Logística e Transportes	-	60	4
	08.01.1.34	Agronegócios	-	60	4
	08.01.1.35	Administração de Recursos Humanos	-	60	4
		TOTAL		300	
8º	08.04.1.36	Cooperativismo	08.04.1.23	60	4
	08.05.1.37	Mercado de Capitais	-	60	4
	08.01.1.38	Empreendedorismo	-	60	4
	08.01.1.39	Estratégia Empresarial	-	60	4
	08.01.1.40	Pesquisa Mercadológica	-	60	4
		TOTAL		300	

ANEXO 4 - ENTREVISTAS DOS ALUNOS

PERGUNTA 1:

Como você percebe a Língua Inglesa na profissão de vocês?

RESPOSTAS DA PERGUNTA 1:

ALUNO “A” INGRESSANTE

Para o profissional de Comércio Exterior, o idioma é de grande importância. Com o mundo globalizado o mercado praticamente se torna um só, havendo uma necessidade de comunicação para com outros países, sendo assim, o Inglês, uma língua ou idioma praticamente falado em quase todos os países, se torna essencial para a inclusão do profissional da área de Comex. Se não houver um segundo ou terceiro idioma na área deste profissional, por consequência, este será excluído de um mercado tão promissor que é Comex.

ALUNO “B” INGRESSANTE

O inglês é um idioma que influencia no desenvolvimento e no aprimoramento profissional de todo e qualquer profissional, principalmente de uma secretária executiva, pois as exigências do mercado globalizado, requer cada vez mais um profissional capacitado, com habilidade para falar e escrever um idioma fluente.

ALUNO “C” CONCLUINTE

O domínio de outro idioma para o profissional de secretariado executivo ou para o profissional de comércio exterior é de fundamental importância para o sucesso profissional do mesmo. O profissional que tem essa ferramenta a seu favor, tem mais oportunidades de emprego.

A faculdade nos oferece noções do inglês instrumental para a secretária executiva, o que não nos prepara para o mercado de trabalho.

É necessário que haja uma dedicação e estudo da língua inglesa, em uma escola especializada em línguas (estudo); mas tudo que aprendemos e estudamos, fazemos uso no trabalho, a que nos é confiado.

ALUNO “D” CONCLUINTE

O inglês, a língua considerada “universal”, tem grande importância para ser praticada na vida profissional. Em virtude das exigências do trabalho, o idioma *mister* no nosso dia a dia, considerando ser fator preponderante para a avaliação de perfil profissional. O profissional que não tem nenhum domínio do idioma é excluído do processo e mercado de trabalho.

Penso que na grade curricular da FACAPE o ensino da língua inglesa deveria ser ministrado em todos os períodos.

ALUNO “E” CONCLUINTE

Posso começar pela conclusão, falando um pouco dos dois, cada caso é um caso, pois uma grande parte dos alunos que estudam aqui tem o interesse em dominar o inglês, porém não dispõe de capital para bancar a mensalidade da faculdade e do curso (meu caso), mas há aqueles casos de pessoas que fazem o curso de inglês, porém não domina a fala ou escrita. Vimos que o mercado de trabalho exige o domínio do inglês, principalmente em minha área (comex). Inclusive surgiu vaga para atuar no comércio exterior mas na época não havia profissional com os pré-requisitos exigidos, ou seja, domínio do idioma inglês.

Na minha opinião, sugiro que a faculdade possa dar um apoio maior a esses alunos, pois esses levam o nome da instituição, o que pode ser bom ou ruim para a mesma. Existe ONG's que incentivam estes tipo de aprendizagem, remunerando os facilitadores. É isso, incentivar a maior absorção (do aprendizado) do que é colocado em sala de aula.

PERGUNTA 2:

Em poucas palavras, defina o que é ser um bom professor e um bom aluno de inglês?

RESPOSTAS DA PERGUNTA 2:

ALUNO “A” INGRESSANTE

Um bom professor (a) de Inglês, em primeiro momento deve conhecer seus alunos, para que possa desenvolver com dinâmica e domínio todo o seu plano de aula a ser desenvolvido.

Um bom aluno (a) deve ter: Concentração, Disposição, Pontualidade, Curiosidade.

ALUNO “B” INGRESSANTE

O bom professor é aquele que transmite tudo que ao longo do tempo estudou para que informasse o que lhe foi ensinado, informando nesses tempos de educação, passando sempre com amor e vontade de poder ver retribuição do outro lado que lhe confere.

O bom aluno de inglês é aquele que não fica apenas esperando pelos ensinamentos do professor em sala de aula, mas sim aquele que vai além do que vê na sala de aula. Fazendo assim uma ligação entre aluno e professor por uma melhoria educacional.

ALUNO “C” CONCLUINTE

Ser um bom professor é, em primeiro lugar, ter uma metodologia de ensino que deixe os seus alunos participantes nas aulas.

Ser um bom aluno é nada mais do que interesse próprio em adquirir todos os conhecimentos de outro idioma para enriquecer o seu currículo, pensando em seu futuro... sua vida profissional.

ALUNO “D” CONCLUINTE

Uma pessoa capaz de ensinar sua disciplina com clareza, de forma que os alunos obtenham um entendimento e sintam prazer em assistir e participar das aulas. Ponderando sempre entre as necessidades, capacidade e dedicação dos alunos.

O ALUNO NÃO RESPONDEU A SEGUNDA PARTE DA PERGUNTA.

ALUNO “E” CONCLUINTE

Um bom professor de Inglês precisa ser dinâmico e criativo, para que a aula se torne interessante e atrativa através de jogos, leituras e conversação.

Um bom aluno participa da aula e se interessa pela didática do professor, participa junto com o professor das atividades para que a aula não se torne monótona e apenas teórica.

ANEXO 5 - ENTREVISTAS DOS PROFESSORES

PERGUNTAS E RESPOSTAS - PROFESSOR “A”

1. Onde aprendeu Língua Inglesa?

Colégio e Cultura Inglesa.

2. Qual seu curso de graduação?

Letras e Administração de Empresas.

3. Qual a sua titulação?

Professor – (Doutoranda)

4. Quanto tempo tem de formado?

28 anos.

5. Há quanto tempo leciona Língua Inglesa?

28 anos.

6. Há quanto tempo leciona o idioma nesta instituição?

16 anos.

7. Possui outra atividade profissional além de lecionar? Se sim, qual?

Não.

8. Ensina apenas nesta instituição? Se não, cite outra(s)?

Sim.

9. Descreva sua metodologia em sala de aula, ou seja, como trabalha a disciplina com os alunos.

Estudo orientado, leitura crítica dos termos geradores acompanhados de textos, aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupo utilizando dinâmicas diversificadas, construção de textos individuais e coletivos.

10. Que recursos são usados para as aulas?

Além de livros, utilizamos retroprojektor, vídeo, TV, projetor multimídia.

11. Quais procedimentos são utilizados para a avaliação?

Participação do aluno em sala de aula, trabalhos em grupo e individual, testes escritos e pesquisas (project work), avaliação no processo.

12. Como se dá a interação com seus alunos?

Consideramos necessidades básicas para a interação com os alunos: estímulo oferecido durante as aulas; método do trabalho e segurança com que as informações são passadas, além disso, olhar o aluno como um ser humano em desenvolvimento constante no campo social e cultural. As interações são importantes e precisam ser levadas em consideração.

13. Como você vê a relação teoria e prática do idioma para o mercado de trabalho?

É de suma importância o embricamento entre a teoria e a prática na aquisição do conhecimento técnico e científico para que o aprendiz possa enfrentar o mercado de trabalho com segurança e competência lingüística.

PERGUNTAS E RESPOSTAS - PROFESSOR “B”

1. Onde aprendeu Língua Inglesa?

Além da convivência com a língua desde pequena (meu pai era intérprete de estrangeiros), estudei em cursos de idiomas: Yázigi, Fisk, English Toefl e CCAA.

2. Qual seu curso de graduação?

Licenciatura plena em Português e Inglês e suas respectivas literaturas, FFPP / 1979.

3. Qual a sua titulação?

Pós-graduação em Língua Inglesa e suas respectivas literaturas.

4. Quanto tempo tem de formado?

29 anos.

5. Há quanto tempo leciona Língua Inglesa?

Desde 1975, com intervalo de 15 anos (1982 / 1997 Banco do Brasil)

6. Há quanto tempo leciona o idioma nesta instituição?

Desde agosto / 2005

7. Possui outra atividade profissional além de lecionar? Se sim, qual?

Não. (aliás, creio que “ainda” sou dona de casa, mãe e esposa).

8. Ensina apenas nesta instituição? Se não, cite outra(s)?

Não. Leciono também no colégio D. Bosco (3ºs anos Inglês onde sou assessora de Inglês e Espanhol), UNEB (Universidade da Bahia - Inglês e Espanhol – curso de Comunicação Social em Multimeios / Jornalismo) (FFPP durante 2,5 anos e CCAA: 6 anos).

9. Descreva sua metodologia em sala de aula, ou seja, como trabalha a disciplina com os alunos.

Depende do enfoque que se quer dar à aprendizagem do idioma: Inglês Instrumental – avaliação da condição do aluno/nivelamento; estratégias de leitura; textos apropriados à área; estímulo à curiosidade do aluno; outras leituras de mundo (visual / auditiva / contextual). Inglês para comunicação: aplico as metodologias comunicativas (abordagem) seguindo todos os passos (warm up, previous review, words in action, predicting, explanation, internalization, practice, etc).

10. Que recursos são usados para as aulas?

Depende do que a instituição onde leciono oferece. A coerência de local adequado e maquinário / recursos faz-me utilizar material próprio, implicando num custo altíssimo.

11. Quais procedimentos são utilizados para a avaliação?

Avalio os estudantes qualitativa e quantitativamente. Ofereço-lhes oportunidade de demonstrarem o crescimento e o amor à língua que estão estudando. Sem esse incentivo, nada vale a pena!

12. Como se dá a interação com seus alunos?

Sou apaixonada pelo que faço! Ensinar línguas é a razão da minha vida! Realizo-me ao sentir que “conquistei” algum aprendiz para o “encantamento” que o domínio de qualquer idioma favorece.

“Meus alunos”, acaso possa considerá-los assim, são meus parceiros quando está envolvida a realização, o cumprimento de objetivos que traçamos para cada etapa de aprendizagem.

13. Como você vê a relação teoria e prática do idioma para o mercado de trabalho?

Essa é a realidade mais triste da profissão. Alunos que devem ter certa proficiência nos idiomas requisitados em suas grades curriculares, saem do curso com um conhecimento exíguo dos mesmos. Há cursos em que o contato dos alunos com idioma chega a 2 anos (4 semestres) e ele sai dos mesmos com um parco conhecimento das línguas envolvidas.

É notório que o aluno necessita desembolsar dinheiro para estudar idiomas em cursos especializados. Isso, quando dispõem desses recursos. Por onde tenho lecionado, é raríssimo encontrar algum aluno que detenha conhecimento prévio dos idiomas vivenciados. Tampouco saem com um domínio mínimo que o requisito merece. Considere-se, acima de tudo, que o mercado de trabalho “exige” profissionais com níveis de proficiência em línguas para atender às demandas sempre recorrentes.

O aluno sabe dessa necessidade premente, porém, sente-se “abandonado” e sem base para lutar por uma chance de concorrer, em nível de igualdade, com tantos profissionais mais bem preparados no requisito “domínio de idiomas”. Vamos fazer algo por eles ???

Eu estou aqui de braços, mente e coração abertos, para ajudar. You can count on me!

PERGUNTAS E RESPOSTAS - PROFESSOR “C”

1. Onde aprendeu Língua Inglesa?

Escola de Inglês Aecus

2. Qual seu curso de graduação?

Licenciatura plena em Letras (Inglês / Português e Literaturas)

3. Qual a sua titulação?

Especialista em Teorias e Práticas Pedagógicas para Professores do Ensino Superior.

4. Quanto tempo tem de formado?

6 anos

5. Há quanto tempo leciona Língua Inglesa?

Desde 1999 (há 10 anos)

6. Há quanto tempo leciona o idioma nesta instituição?

Um semestre em 2003. Neste semestre.

7. Possui outra atividade profissional além de lecionar? Se sim, qual?

Não

8. Ensina apenas nesta instituição? Se não, cite outra(s)?

Não. Ensino na Escola de Inglês Aecus

9. Descreva sua metodologia em sala de aula, ou seja, como trabalha a disciplina com os alunos.

No contexto geral procuro abordar (trabalhar) os três fundamentos básicos da Língua, ou seja: o som, vocabulário e estrutura nas diferentes realidades profissionais. Inglês Instrumental para Turismo, Comex e Secretariado Executivo. O enfoque principal é abordar a língua no âmbito comunicacional empresarial capacitando assim o discente a ter subsídios necessários para a comunicação em seus locais de trabalho.

Cativo o aprendizado participativo onde os alunos estudam as teorias e as colocam em seguida em prática.

10. Que recursos são usados para as aulas?

Quando usa-se o laboratório (vídeo de fácil compreensão)

Data-show quando desejo mostrar algo ilustrativo.

Som quando quero trabalhar música

11. Quais procedimentos são utilizados para a avaliação?

Gosto sempre de trabalhar com avaliações contínuas na qual posso, por exemplo, aplicar uma avaliação valendo 5,0 e dois trabalhos (um valendo 2,0 e outro 3) assim os alunos têm oportunidade de aprender *step-by-step*.

12. Como se dá a interação com seus alunos?

Como já disse: gosto de fazer um ensino-aprendizagem participativo motivando todos os alunos a se engajarem nesse processo junto com o professor. Pillet já aborda essa abordagem participativa através da interação entre o docente e os discentes no sentido motivacional e de envolvimento.

13. Como você vê a relação teoria e prática do idioma para o mercado de trabalho?

A teoria é aquilo que nós abordamos em tese em sala de aula. É a instrução formal. A prática é a consequência do aprendizado teórico no qual o aluno aplicará em prática e experimentos naquilo que ele aprendeu. Na teoria, em se tratando de idioma, aborda-se som, vocabulário e estrutura através de gramáticas e textos assim como os escritos e na prática é necessário a vivência real das teorias que são abordadas em sala de aula por parte tanto do professor quanto dos alunos.

ANEXO 6 - ENTREVISTA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA VALEXPORT

Dados do entrevistado:

Formação Acadêmica:

Graduação em Administração de Empresas. Instituição: FACAPE Petrolina-PE

Pós-Graduada em Comércio Exterior pela ESAF

Cargo ou Função:

Gerente Administrativa

Tempo de atuação na empresa:

18 anos

Sobre A Empresa: Constituição e finalidade

A VALEXPORT - Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco, foi constituída em Abril de 1988.

As atividades da Associação envolvem os interesses do setor, e na assistência aos associados em assuntos de interesse comum. O seu objetivo maior é manter relacionamentos e firmar convênios com órgãos, entidades e empresas públicas ou privadas, no país e/ou no exterior, que exerçam atividades relacionadas com a produção, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação e promoção de produtos hortigranjeiros no Brasil e no exterior, em todas as formas, inclusive através de participação em feiras e exposições.

Número de funcionários atualmente:

Entre funcionários efetivos, prestadores de serviços, e estagiários, o quadro é composto de 30 colaboradores.

As concepções:

1. Que critérios são usados para a contratação de um Secretário Executivo e/ou um bacharel em Comércio Exterior?

Além dos critérios básicos que identificam a postura e nível profissional, principalmente o domínio do idioma da língua inglesa que é também um critério básico na seleção. O domínio da língua se tornou um trunfo na empresa para os que o possuem, além do fator determinante no valor da mão-de-obra desse profissional.

2. Existe diferença de remuneração para quem domina um outro idioma? Se sim, qual a proporção?

Sim, principalmente porque a colaboração do funcionário e a sua atuação se tornam mais abrangentes no exercício da sua função, por esse motivo se é aplicado uma diferença salarial significativa sobre o salário do profissional bilíngüe (preferencialmente língua inglesa).

Quanto à proporção, é aplicado por níveis. Na Diretoria, existe uma diferença para aqueles que falam fluentemente inglês, para aqueles que não falam, cuja média é em torno de 45%.

3. Como você vê a relação teoria e prática da Língua Inglesa de um Secretário Executivo e/ou um bacharel em Comércio Exterior com o mercado de trabalho?

Existe uma relação direta entre a teoria e prática. A comunicação eficaz depende de uma comunicação escrita e verbal construída com estruturas corretas. Exemplifico com o próprio português, nossa língua nativa. Quando nos comunicamos, estamos propagando uma imagem da empresa. Se o fazemos de forma incorreta ou ineficaz, corremos o risco de estar deixando lacunas e passando uma imagem deficiente da nossa organização. Afinal, a comunicação nos dá um alcance com associados, fornecedores, instituições brasileiras e estrangeiras, parceiros, embaixadas, etc.

4. Qual a sua opinião sobre o processo de globalização? (Esta pergunta foi encaminhada para o superintendente da empresa pelo fato da entrevistada não se considerar apta para expor sua opinião sobre o assunto.)

A Globalização foi determinante à Democratização da informação, da tecnologia, e, sobretudo, ao aumento das relações internacionais num contexto que envolve a cultura, os costumes, as potencialidades de cada país ou região, e, principalmente, no que diz respeito às

trocas internacionais.

O Brasil, apesar de estar inserido nessa nova concepção de mundo globalizado já há algum tempo, ao nos reportarmos especificamente ao nosso comércio exterior, ainda possuímos um grande percurso a percorrer, principalmente, pela ausência de uma cultura exportadora mais agressiva e inclusiva, que beneficie principalmente as empresas de pequeno porte (grande geradora de emprego e renda), como também, mais investimentos na promoção de nossos produtos e abertura de novos mercados.